

ELLEN ANNUSECK

**NOS BASTIDORES DA FESTA:**

Outras histórias, memórias e sociabilidades  
em um bairro operário de Blumenau (1940-1950).

Florianópolis  
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NOS BASTIDORES DA FESTA:**

Outras histórias, memórias e sociabilidades  
em um bairro operário de Blumenau (1940-1950).

Dissertação apresentada como exigência para a  
obtenção do título de Mestre em História pela  
Universidade Federal de Santa Catarina, sob a  
orientação do professor Dr. Adriano Luiz Du-  
arte.

Ellen Annuseck

Florianópolis  
2005

*Aos meus pais, Werner e Carmen  
com muito carinho.*

## AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que cruzaram meu caminho e que eu ofereceria um grande abraço de agradecimento que essa tarefa é praticamente impossível de ser realizada. Mas para todos aqueles que me ofereceram sorrisos eu fico feliz e agradeço por todos eles, porque todos foram muito importantes durante esses dois anos de tantas mudanças. Obrigada!! Entretanto, outras pessoas muito especiais merecem ser citadas e registradas aqui.

Ao Werner e a Carmen Annuseck, ou, simplesmente, meus pais. Apesar do trabalho acadêmico e as constantes pesquisas serem um meio de vida bastante diferente do que eles conheciam e conhecem, eles souberam dar valor e respeitaram as minhas escolhas. Em nenhum momento questionaram os rumos que eu estava dando à minha vida, já que eram e ainda são tão instáveis, e participaram de todos os momentos do mestrado e das mudanças acontecidas durante ele. Nunca vou esquecer os abraços apertados do meu pai nas despedidas e os olhos lacrimejantes da minha mãe quando me observava entrar no ônibus indo para Florianópolis. Sem o apoio de vocês nada disso teria sido possível!! Obrigada!!

Meu irmãozinho de 5 anos não entendia muito bem (e ainda não entende) porque eu estudo tanto (nem eu entendo). Mas ele sempre valorizou esse trabalho quando muitas outras pessoas desconsideravam o valor da pesquisa. Para o Arthur “Folorianópolis” era o lugar que me separava dele. Quando você souber ler vai entender o que eu tanto fazia no computador enquanto você me convidava para brincar. Agradeço o amor e a admiração desse pequeno grande homem que ainda não passou do “Jardim II”, mas me impressiona a cada dia.

Agradeço também a Cintia, minha “irmãzona” que “segurou as pontas” em Blumenau junto com a minha família e eu sei que falava da sua irmã do mestrado na UFSC com orgulho. Obrigada por apoiar as minhas escolhas e estar junto comigo. Daí entrou de “gaiato” o Daniel, meu futuro ou já cunhado que sempre se mostrou muito interessado pelo andamento da dissertação e ganhou meu respeito por cuidar tão bem da minha irmã. Agradeço tias, tios, primos, primas, principalmente minha família que “trabalha e trabalhou na fábrica”, minha inspiração e motivação vieram de vocês que tem uma história de vida tão bonita ligada a esse universo de trabalho. Ao Waldemar e Elsa Annuseck e Norma Knoch (Humberto Knoch – *in memoriam*), agradeço todo o amor recebido, agradeço ter ouvido frases como a do meu “opa” Waldemar “guarde bem o que você aprendeu, porque o que está aqui (na cabeça), ninguém pode roubar, é só seu”.

Agradeço muito mesmo a Marina, a gatinha Nina (*in memoriam*) (e também o Moacir) que cederam um espaço do seu apartamento para que eu pudesse morar. A Marina conseguiu sobreviver às minhas conversas intermináveis, aos cheiros deixados no apartamento quando eu resolvia cozinhar, refogar alho, cebola e sempre permitiu que meus pais e o Bona pudessem me visitar. Obrigada! Além de tudo, foi a Marina que me iniciou à vida doméstica. Quero agradecer muito às minhas eternas amigas e “irmãs” Heide e Cony que foram meu maior suporte em Florianópolis. A solidão era amenizada por elas. Sempre me senti mais tranqüila sabendo que minha “família” estava por perto. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos de mestrado, mesmo que pelo pouco tempo passado juntos, estes sempre foram muito divertidos! Agradeço especialmente minha grande amiga Fernanda Ben. Nossas descobertas, entre dois mundos tão diferentes, foram aulas! A “Fernandita” é um dos momentos mais bonitos do mestrado. Agradeço a disposição da Dona Maura em me receber em sua pensão nos finais de semana lá e me “adotar” nas festinhas que ela promovia.

Agradeço aos meus amigos do Arquivo Histórico, Mirela, Kátia, Fábio, Jamile, Mara, Daiana e do Museu, a Carmen e a Maria, que sempre foram companhias muito agradáveis e divertidas no período da pesquisa e sempre estiveram dispostos a me ajudar e ceder o computador algumas vezes!! Agradeço minhas “madrinhas” que me acompanharam desde o início da faculdade, professoras e grandes amigas, Sueli M. V. Petry e Cristina Ferreira. Elas nunca deixaram de acreditar em mim, apesar das minhas “atrapalhações”. Nunca me deixaram faltar nada, confiança, amizade, sinceridade, e também os “puxões de orelha” muito bem dados. Essa dissertação é fruto de tudo isso e eu dedico ela a vocês também.

Quero também agradecer ao meu querido amigo Daniel, que cuidou da minha saúde e inspirou novas possibilidades em minha vida. Agradeço também ao apoio do Bona “pai”, Lecir, Lara e Aline, obrigada por estarem junto comigo todo esse tempo e toda a hospitalidade e carinho com que eu sempre fui recebida. Agradeço meus amigos por toda a força que sempre me deram. Marilu, Luis, Maicon, Ricardo Machado, Clarice, Urda, e outros tantos bons amigos, obrigada! Obrigada minha amiga Michelle pelas traduções também!

Agradeço todas as pessoas maravilhosas que encontrei durante a pesquisa em tardes de muitas lembranças, choros, risadas. O Senhor Willibaldo e Dona Domingues me deram uma grande lição de vida e um grande susto quando me vi entre duas pessoas que choraram no meu ombro. Agradeço os senhores Luiz, Gerhard, Eugen, Alfredo e as grandes mulheres, Dona Ingeborg, Ruth Missfeld, Ruth Kertischka, Norma, Paula, Isolde e também Adalberto e Dalva Day pela grande contribuição através da documentação e informações concedidas.

Finalizando, fico muito feliz de ter tido o apoio e a admiração do meu querido Bona, que sobreviveu comigo as saudades e as mudanças com nosso quase “casamento”. Nosso namoro nunca foi muito “normal” pelas distâncias, mas nós nunca desistimos em função disso. Obrigada por tudo!

Agradeço muito meu orientador, o prof. Adriano que com toda a sua paciência orientou meu trabalho e a mim também! Uma pessoa entusiasmada, com boa vontade e cheia de idéias como ele, é difícil de encontrar. Muito obrigada! Agradeço ao sr. Valdir Petry e Roziliane Freitas por fazerem a revisão gramatical da dissertação. Agradeço ao prof. João Klug e profa. Méri Frotscher por terem aceitado fazer parte da banca de qualificação e por todas as preciosas contribuições e sugestões e agradeço mais uma vez por terem aceitado participar da banca examinadora. Agradeço por fim aos professores do programa bem como a Nazaré que sempre esteve disposta a nos ajudar e a CAPES que me proporcionou a bolsa de estudos.

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações .....	viii
Lista de siglas .....	ix
Resumo .....	x
Abstract .....	xi

<b>Introdução – Imagens “esquecidas” de uma cidade .....</b>	<b>01</b>
--	-----------

### **CAPÍTULO I**

*Uma cidade faz cem anos: imagens da cidade de Blumenau nas comemorações do seu centenário de fundação.*

Festa do centenário.....	08
Os dias de festa! .....	23
Personagens (in) visíveis.....	38

### **CAPÍTULO II**

*Fazer ou não fazer greve, eis a questão: o movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia.*

Greve! Operários de braços cruzados! .....	44
(Des) ordem na fábrica .....	63
Os reflexos da greve Empresa Industrial Garcia.....	69

### **CAPÍTULO III**

*Memórias, histórias e sociabilidades do bairro Garcia*

Uma “cidade” dentro de outra cidade: vida de bairro, vida de fábrica.....	77
Os reflexos da guerra e da política assistencialista na década de 40.....	99
Festas e futebol de fábrica: o Amazonas Esporte Clube e suas festas juninas.....	107

<b>Abrindo espaço para outras imagens .....</b>	<b>127</b>
---	------------

<b>Bibliografia.....</b>	<b>132</b>
--------------------------	------------

<b>Acervos e fontes.....</b>	<b>137</b>
------------------------------	------------

<b>Anexos .....</b>	<b>141</b>
---------------------	------------

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 – Capa da Revista O Cruzeiro .....	17
Fig. 2 – Cartaz do Centenário de Blumenau .....	20
Fig. 3 – Monumento do Doutor Blumenau.....	25
Fig. 4 – Entrada do Parque de Exposições ao lado do Teatro Carlos Gomes.....	27
Fig. 5 – Préstito histórico: carro alegórico em homenagem ao Doutor Blumenau.....	30
Fig. 6 – Préstito histórico: carro alegórico representando a primeira escola da cidade.....	32
Fig. 7 – Favela Farroupilha: década de 40 .....	40
Fig. 8 – Favela Farroupilha: década de 40.....	41
Fig. 9 – Empresa Industrial Garcia: vista lateral década de 60.....	49
Fig. 10 – Cooperativa da Empresa Garcia: década de 60 .....	59
Fig. 11 – Casas Operárias: vista da Rua da Glória e Rua 12 de Outubro em 1946 .....	82
Fig. 12 – Empresa Industrial Garcia: vista aérea de 1935 .....	86
Fig. 13 – Empresa Industrial Garcia: sala de fiação .....	95
Fig. 14 – Amazonas Esporte Clube: primeiro distintivo (1919-1943) .....	109
Fig. 15 – Amazonas Esporte Clube: desfile que antecedia os jogos de futebol.....	110
Fig. 16 – Amazonas Esporte Clube: jogador Nena Poli .....	111
Fig. 17 – Empresa Industrial Garcia: festa de despedida de João Medeiros Junior .....	113
Fig. 18 – Festa junina na Escola São José .....	119
Fig. 19 – Festa junina: desfile caipira na década de 50 .....	121
Fig. 20 – Festa de inauguração do salão do C.R.B.E.E.I.G. em 1946 .....	123
Fig. 21 - Festa de inauguração do salão do C.R.B.E.E.I.G.: Rainha e Damas de companhia com diretor e funcionários da E.I.G.....	124



## LISTA DE SIGLAS

**AHJFS** – Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.

**APESC** – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

**E.I.G.** – Empresa Industrial Garcia.

**PRC** – Partido Republicano Catarinense.

**PSD** – Partido Socialista Democrático.

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro.

**UDN** – União Democrática Nacional.

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina.

**E.I.G.** – Empresa Industrial Garcia.

**CEMOP** - Laboratório de história oral da Universidade Regional de Blumenau.

**DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social.

**ACIB** – Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

**S.T.I.F.T.B.** – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau.

**A.P.I.F.T.B.** – Associação Profissional das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau.

**C.R.B.E.E.I.G.** – Centro Recreativo e Beneficente dos Empregados da Empresa Industrial Garcia.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o cotidiano dos operários da Empresa Industrial Garcia, em especial suas formas de lazer e sociabilidade em meio às estratégias de sobrevivências e condições de trabalho no período de 1940 a 1950 no contexto de sua inserção no processo de desenvolvimento da indústria têxtil regional. Num primeiro momento, parte-se do problema evidenciado no ano de 1950. Nesse período a cidade preparava-se para comemorar seu centenário de fundação em 02 de setembro de 1950. Esses festejos atuaram como um campo para a produção de uma imagem mais “brasileira” da cidade, logo após o período nacionalizador (1938-1945). Contudo, muitos personagens tornaram-se “anônimos” e muitas lembranças “esquecidas” nesse processo, em especial, os trabalhadores da cidade que apareciam nos discursos apenas quando se procurava destacar a capacidade e o “amor” ao trabalho que se idealizou na região. Enquanto isso, nesse mesmo ano de 1950, os operários tornaram evidentes as manipulações e contradições dessa imagem. Em fevereiro desse ano cinco indústrias diferentes tiveram seus trabalhos paralisados com greves, entre elas, a Empresa Industrial Garcia que ficou 27 dias, fechada ao trabalho. A greve abre os portões da fábrica e deixa que as experiências lá adquiridas fortifiquem o seu vínculo com as experiências e implicações desse trabalho além dos muros e do espaço de trabalho, apontando as dissonâncias dos discursos relacionados aos trabalhadores da cidade. Utilizou-se o bairro Garcia em Blumenau para investigar essas estratégias de vida dos operários da cidade, dando assim, mais densidade para a pesquisa, buscando identificar entre esses operários, suas próprias expectativas em relação ao trabalho, seus próprios espaços de convivência, trajetórias de vida, vínculos de solidariedade e sociabilidade, etc. Procurou-se, dessa forma, demonstrar a diversidade de histórias e experiências encontradas entre os trabalhadores da cidade e trazer para a historiografia local um trabalho sobre operários e movimento sociais.

**Palavras-chave:** Blumenau, comemorações, movimentos sociais, bairro operário, lazer, sociabilidade.

## ABSTRACT

This work's objective is to investigate the daily of the Empresa Industrial Garcia laborers, in special its forms of leisure and sociability in way to the strategies of survival and conditions of work in the period of 1940 to 1950 in the context of its insertion in the development process of the regional textile industry. At a first moment, we begin to analyze the problem evidenced in the year of 1950. In this period the city was prepared to celebrate its centenarian foundation in September 2<sup>nd</sup>, 1950. These celebrations had acted as a field for the production of a more "Brazilian" image of the city, soon after the nationalizer period (1938-1945). However, many characters had become "anonymous" and many memories were "forgotten" in this process, in special, the workers of the city who only appeared in the speeches when they wanted to highlight the capacity and the "love" for the work that was idealized in the region. Meanwhile, in this exactly year of 1950, the laborers had evidenced the manipulations and contradictions of this image. In February of this year five different industries had had its works paralyzed with strikes, among them, the Empresa Industrial Garcia who has been closed to work for 27 days. The strike opens the gates of the factory and let the experiences acquired there strengthen its bond with the experiences and implications of this work beyond the walls and the space of work, pointing the dissonances of the speeches related to the workers of the city. Garcia's district, located in Blumenau, was chosen to investigate these strategies of life of the city laborers, as a way to give more density for the research, searching to identify among these laborers, their own expectations in relation to their work, their own spaces of cohabitation, life stories, bonds of solidarity and sociability, etc. This paper wanted to demonstrate, in this way, the diversity of histories and experiences found among the city workers and to bring for the local historiography a work on laborers and social movements.

**Key-words:** Blumenau, celebrations, social movements, worker's district, leisure, sociability.

## Introdução

### IMAGENS “ESQUECIDAS” DE UMA CIDADE

- Já visitou as nossas fábricas?
- Percorri dezenas delas. Garcia, Hering, Gaitas, Artex, Cremer, com centenas de operários satisfeitos. (...) Neste abençoado Vale do Itajaí, onde a riqueza está perfeitamente distribuída parece que não existem questões trabalhistas. Lê-se satisfação nos semblantes dos operários. (...) aqui vale o termo, trabalhadores de fato! (...) Continuem trabalhando pela grandeza do Brasil!  
(*O Lume*, 06/11/1949).
- A nossa cidade foi intensamente agitada, ao decorrer da semana, por movimentos grevistas que vêm se registrando em algumas das principais fábricas locais (...).  
(*O Lume*, 19/02/1950).

Em novembro de 1949, um diálogo imaginário procurava mostrar que os operários de Blumenau viviam com boas perspectivas de vida e tinha o objetivo de apontar a organização industrial da cidade. Além de destacarem o desenvolvimento desse setor econômico, indicaram que a mão-de-obra sentia os reflexos desse crescimento no seu próprio cotidiano, em função da “perfeita” distribuição da riqueza proporcionada através de uma boa administração. Entendia-se que, com isso, os operários refletiriam uma “satisfação” constante. Esse artigo se insere num contexto de preparação das comemorações do centenário de fundação da cidade, em 02 de setembro de 1950, e considera um dos objetivos principais dos organizadores dos festejos, que era destacar o alto grau de “progresso” e “adiantamento” que a cidade tinha alcançado em cem anos de existência.

Em Blumenau, a ênfase na “capacidade de trabalho” relacionada ao elemento teuto-brasileiro é, ainda hoje, uma explicação para o desenvolvimento da cidade, ao mesmo tempo em que indica a ordem e disciplina desse trabalho. Esta perspectiva relacionada ao que Giralda Seyferth chama de “trabalhador alemão<sup>1</sup>” é, em verdade, um mito construído<sup>2</sup>. Ao fortalecer essa idéia de que na cidade de Blumenau o vínculo com o “amor” ao trabalho fazia

---

<sup>1</sup> Conforme cita Giralda Seyferth, o “trabalho alemão” “é a fórmula usual de chamar a atenção para as diferenças étnicas. A própria afirmação do grupo étnico se faz sobre a eficiência alemã trazida pelos imigrantes juntamente com a “germanidade”. SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, n.º. 37, 20.10.1982. Rio de Janeiro, p.18.

<sup>2</sup> Ver: FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 1998.

parte da vida de todos os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se inibia a problematização das eventuais dificuldades relacionados ao mundo do trabalho, encobria-se também a diversidade de experiências desses trabalhadores que tinham origens étnicas bastante diversificadas. Até que ponto estes mesmos trabalhadores reconheciam-se na afirmação “trabalhadores de fato”? . É uma questão a se pensar.

Essa impressão é confirmada pelos próprios operários. Três meses após a publicação do artigo citado, em que se exaltava a “satisfação” dos operários, estes, em torno de 1.800, paralisaram os seus serviços em sinal de greve<sup>3</sup>, em fevereiro de 1950. As greves vêm mostrar uma outra perspectiva suprimida dos festejos do centenário de Blumenau, indicando os silêncios sobre as condições de vida dos operários<sup>4</sup>. Nesse sentido, as greves abrem nossos olhos para as necessidades e expectativas dos operários em suas vidas. Ou seja, essa perspectiva conformista entre os operários em que o amor ao trabalho era a peça fundamental de suas vidas é desmistificada através dessa tensão social.

Num primeiro momento, os festejos do centenário abrem “frestas” para se perceber quais as imagens idealizadas dos trabalhadores e da própria vida na cidade de Blumenau, sobretudo do passado. Enquanto isso, nesse mesmo ano de 1950, os operários tornaram evidentes as manipulações dessa imagem, no momento em que “falam” que não estão satisfeitos e que não recebem na mesma proporção em que dedicam seu tempo ao trabalho. Neste ano, as “campanhas” por parte do poder público em favor da projeção de Blumenau frente ao país, na idealização de uma imagem que justificasse o seu desenvolvimento e suas possibilidades de contribuir para o crescimento do Brasil, foram confrontadas com essa greve.

Em fevereiro de 1950, os operários evidenciaram suas próprias perspectivas de vida e “calaram” a produção industrial, trazendo para si as atenções, num período em que estavam latentes os preparativos para as comemorações do centenário e em que se destacavam os méritos da indústria blumenauense para a economia nacional. Nesse sentido, pensando que a greve é um “momento em que o trabalhador consegue recuperar a consciência da sua própria individualidade e da força do seu poder coletivo”<sup>5</sup>, no movimento de 1950, pode-se captar as diversas manifestações de insatisfação por parte dos moradores e trabalhadores que tinham relação não só com as condições de trabalho, mas com os reflexos da vida de fábrica além dos muros da fábrica.

---

<sup>3</sup> Empresa Industrial Garcia, Fábrica de Gazes Medicinais Cremer, Fábrica de Chapéus Nelsa, Empresa Gráfica Catarinense e Algotex.

<sup>4</sup> PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens. *Espaço & Debates*, nº. 33, 1991, p.30.

<sup>5</sup> ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999, p.275.

Entende-se que “é tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo”<sup>6</sup>. Neste sentido, essa pesquisa tem por objetivo investigar o cotidiano dos operários da Empresa Industrial Garcia, em especial suas formas de lazer e sociabilidade, em meio às estratégias de sobrevivências e condições de trabalho, no período de 1940 a 1950, no contexto de sua inserção no processo de desenvolvimento da indústria têxtil regional.

Nossa escolha pelo bairro Garcia, em Blumenau e, conseqüentemente, os operários da Empresa Industrial Garcia situada nessa localidade, baseou-se no fato de que, restringindo nosso campo de análise em espaços sociais mais restritos, seria possível estudar com maior profundidade os espaços de convivência, trajetórias de vida, vínculos de solidariedade e sociabilidade, etc. Além do mais, a região do Vale do Garcia, cortado pelo ribeirão Garcia, implicava num isolamento geográfico muito mais intenso do que em outras indústrias da região. Nas notícias a respeito das greves, foram os operários dessa indústria e sua greve que mais se destacaram, oferecendo-nos maior número de documentos de pesquisa.

A Empresa Industrial Garcia foi uma das três primeiras indústrias têxteis estabelecidas na região no século XIX<sup>7</sup>. Muitas das indústrias desse tipo estabelecidas na cidade contavam com a participação de imigrantes europeus, em especial alemães que aliavam a tradição familiar e os conhecimentos técnicos para a implementação dessas fábricas. Em geral, essas indústrias dificilmente mudavam de proprietários, ou seja, elas costumavam pertencer a uma mesma família desde a sua fundação<sup>8</sup>. A Empresa Industrial Garcia se diferenciou, nesse sentido, porque, desde o início do século XX, passou a ser controlada por acionistas. Não sendo uma indústria considerada “familiar”, com um sobrenome predominante, tinha uma administração diretamente ligada a uma comissão formada por um diretor-presidente; um diretor vice-presidente; um diretor-gerente e um diretor-subgerente, que mudava de tempos em tempos.

O recorte temporal tem como base inicial setembro de 1940 quando o senhor Ernesto Stodieck Jr é nomeado diretor-gerente da Empresa Industrial Garcia. No mesmo período ocorre a deflagração da 2ª Guerra Mundial que trouxe significativas mudanças no cenário nacional e mundial, refletida no próprio cotidiano dos operários como, por exemplo, o aumen-

---

<sup>6</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004, p.33.

<sup>7</sup> Durante a década de 70 a Empresa Industrial Garcia passou a ser controlada pela Fábrica de Artefatos Têxteis Artex.

<sup>8</sup> MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau. In: Separata da *Revista Brasileira de Geografia* nº.3, ano XXVII, jlh./set./1965. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de geografia e estatística, conselho nacional de geografia, 1966, p. 420.

to significativo dos preços, a escassez de alimentos e também o aumento da rotina de trabalho em função do aumento da produção industrial no ramo têxtil.

A presença desse novo representante nomeado pelos acionistas, distante da realidade do bairro, determinou inúmeras mudanças na configuração física do bairro e nas condições de vida e trabalho dos operários. No contexto nacional, as implicações da guerra configuravam um novo tipo de rotina para os operários, já que a legislação trabalhista do Estado Novo trazia novas perspectivas na vida destes trabalhadores, mesmo tendo sido suspensa nos anos da guerra. No caso indústria em questão, o início de um novo período administrativo, a gradual “queda” do time de futebol da fábrica, o Amazonas Esporte Clube aliados a Segunda Guerra Mundial foram alguns fatores que contribuíram para tornar as perspectivas diárias desses trabalhadores cada vez mais “incertas”. O final do recorte temporal dá-se em 1950, quando acontece a greve na Empresa Industrial Garcia e os festejos do Centenário de Blumenau.

Em especial, as comemorações de aniversários de cidades atuam como um campo simbólico para a efetivação de objetivos com interesses políticos e econômicos<sup>9</sup>. Neste momento os organizadores se apropriaram do importante papel dos operários no processo de produção industrial, no período da guerra, e em sua conseqüente contribuição no incremento da economia nacional, “esquecendo”, principalmente o que aconteceu em fevereiro de 1950. Nesse sentido vê-se que muito pouco se falou sobre esses personagens na história da cidade. Torna-se dessa forma oculto os seus modos de vida, suas insatisfações, escondendo-os por trás das grandes máquinas. Esse estudo tem como proposta inserir os movimentos sociais dos trabalhadores dentro da historiografia local<sup>10</sup>.

Maria de Fátima Sabino Dias, em sua dissertação de mestrado, operou com essa perspectiva, historicizando o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, dando o primeiro passo nesse tipo de abordagem. Nesse trabalho, a autora também analisou os movimentos grevistas ocorridos em fevereiro de 1950, procurando apontar o distanciamento do Sindicato com os operários, ao mesmo tempo em que mostrava a aproximação desta mesma associação com o patronato blumenauense. A autora destaca que, desde o surgimento deste Sindicato, de 1941 a 1950 (que foi o recorte temporal

---

<sup>9</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n.º.20, abr,2000, p.302.

<sup>10</sup> Desde o ano de 2000 a Profa. Cristina Ferreira da Universidade regional de Blumenau coordena pesquisas de iniciação científica vinculadas ao PIPE/FURB, que tem como objeto central o cotidiano dos operários em Blumenau: A força de trabalho feminina na indústria têxtil regional: estudo das formas de sociabilidade das mulheres operárias do Vale do Itajaí (1940-1970), A Vida fora das fábricas: o cotidiano dos operários da indústria têxtil de Blumenau (1950 – 1970). Além desse um outro projeto esteve vinculado ao Departamento de História e Geografia: As mulheres operárias da indústria têxtil de Blumenau (1940-1970).

de sua pesquisa), o movimento operário “seguiu à revelia do movimento sindical”<sup>11</sup>. Entretanto, é importante discutir como esses operários se organizaram sem a presença de um Sindicato, além de perceber o que esse movimento quis mostrar muito além das motivações de caráter econômico <sup>12</sup>.

Este estudo contribui no sentido de analisar a perspectiva dos movimentos sociais como não sendo apenas resultados de questões econômicas, mas inclusive de problemáticas existentes na rotina diária dos trabalhadores, nessa interação entre o mundo industrial e privado, bem como o mundo público da moradia<sup>13</sup>. Percebendo as greves como uma “complexa teia de relações, de pequenos confrontos, do sofrimento que é repostado a cada dia, da impotência que é vencida por vezes mediante pequenos gestos, da esperança que renasce, de símbolos que são criados, de significados que são reapropriados”<sup>14</sup>, entende-se que esses conflitos têm, em geral, raízes na vida cotidiana, através da diversidade de experiências vividas nesse processo.

A greve abre os portões da fábrica e deixa que as experiências lá adquiridas fortifiquem o seu vínculo com as experiências e implicações desse trabalho além dos muros e do espaço de trabalho. Entende-se que, apesar da importância dada às questões de organização do trabalho, organização política, sindical, e outros, alguns aspectos da cultura operária não receberam muita atenção, como, por exemplo, os estudos de celebrações, de lazer, etc <sup>15</sup>. É possível perceber com isso que, através do estudo da cultura operária<sup>16</sup>, consegue-se recuperar os vínculos e organizações criados entre os operários que podem ser mais fortes do que a organização operária em torno dos Sindicatos.

A pesquisa documental iniciou com a leitura de jornais e revistas do período, partindo-se, então, para a documentação produzida no centenário de Blumenau, bem como, livros

<sup>11</sup> DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e estado corporativista: o caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau - 1941-1950**. Florianópolis: [s.n.], 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

<sup>12</sup> Estes trabalhos analisam as greves ocorridas em 1989 em Blumenau: KRZIZANOWSKI, Moacir. A greve nas indústrias têxteis de Blumenau. Blumenau: [s.n.], 1992.; SOUZA, Maria de Lourdes; AGUIAR, Olga Maria Boschi de. A greve nas indústrias têxteis de Blumenau. 1991. 220f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas. Outro trabalho focaliza a história do Sindicato dos Trabalhadores: SCHWAB, Aparecida Beduschi; ALMEIDA, Rufino Porfirio. O movimento operário: evolução do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau, 1950-1988. Florianópolis: 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

<sup>13</sup> PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens. Op. cit, p.40.

<sup>14</sup> ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e presente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.184.

<sup>15</sup> BATALHA, Cláudio; et. al(orgs.). **Culturas de Classe...** Op. cit, p.12.

<sup>16</sup> Numa perspectiva geral o termo “cultura operária” é visto muito mais como um campo de discussão do que um conceito propriamente dito. O que se pretende é mostrar que a vida da classe operária é evolvida pela palavra “cultura” e, mesmo que ela não seja o ponto central de análise “permeia a investigação de questões relativas à política, organização do trabalho, empresa, vizinhança, etc.” Idem, p.12/13.



e outros documentos escritos, que discutiam o processo de industrialização. As fontes iconográficas foram importantes fontes de pesquisa, já que pouco se encontrou a respeito dos operários. Da mesma maneira, a pesquisa em fontes orais foi um recurso metodológico importante, visto que a produção documental em relação aos operários é bastante escassa. Em vista de o recorte temporal implicar em entrevistados com mais de 80 anos, diversos problemas de saúde e outros problemas dificultaram o trabalho de escolha e disponibilidade dos entrevistados. O acervo de história oral do Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” e do Laboratório de História Oral da FURB nos deram um suporte nesse sentido.

No primeiro capítulo do trabalho, discute-se, como os festejos do centenário foram apropriados como um campo simbólico para a idealização e fortificação de uma imagem da cidade de Blumenau, compatível com o novo momento político vivido no país, após o período da nacionalização. Analisa-se a condução dos festejos do centenário, numa perspectiva de apontar a efetivação das estratégias para a fortificação dessa imagem, ao mesmo tempo em que mostra-se as contradições e manipulações dos organizadores em torno desses atrativos que procuram delimitar e escolher os momentos e pessoas considerados de relevo para a história local. Ao final dos festejos, apontam-se os “esquecimentos” dessa comemoração, as “frestas” mais evidentes que indicam o quanto a auto-imagem desejada estava carregada de interesses por parte da elite política local.

O segundo capítulo procura demonstrar a contradição a essa perspectiva; analisa-se a rotina da greve apontando os discursos que envolveram o movimento, em especial dos periódicos locais, identificando as oscilações e mudanças de opinião durante os 27 dias de greve. Discute-se a organização da greve por parte dos operários e quais as estratégias utilizadas por eles para a continuação do movimento. Por último, aponta-se a posição autoritária dos dirigentes da fábrica no processo de finalização da greve, tanto em relação às demissões, como em relação às tentativas de manipular as reivindicações sugeridas no processo de dissídio coletivo.

O terceiro capítulo evidencia os caminhos percorridos por diversos operários para encontrarem um trabalho na fábrica, apontando as estratégias dos dirigentes da Empresa Industrial Garcia em “chamar” novos operários e integrá-los à vida do bairro, principalmente, com o intuito de formar, às margens da fábrica, um novo contingente de trabalhadores. Apontam-se, através das lembranças de ex-operários, as percepções em relação ao trabalho na fábrica e as implicações tanto na família quanto nos outros espaços de atuação. Discutem-se os propósitos dos novos empreendimentos idealizados pelos patrões, no que tange ao assistencialismo, e apresenta-se o novo panorama vivido pelos operários na década de 40, com o início

da 2ª Guerra Mundial, e suas implicações no cotidiano dos operários. Em seguida, apresentam-se as principais atividades de lazer e sociabilidade envolvidas na rotina dos operários e como as mesmas são confrontadas com a nova política administrativa, ao mesmo tempo em que se demonstra, através das tentativas de preservar essas antigas práticas, a cumplicidades entre os operários que procuraram preservar aquilo que eles entendiam ser de direito seu.

# I

## **Uma cidade faz cem anos!** Imagens da cidade de Blumenau nas comemorações do seu centenário de fundação

### **1 – Festa do centenário**

Ao *comemorar* o primeiro centenário de sua fundação, a cidade de Blumenau tem a máxima satisfação em receber a quantos queiram participar em suas festas jubilares, que relembram, para *glória* dos pioneiros do *passado* e *estímulo* das gerações do *futuro*, as *grandiosas realizações de seus maiores*, em todos os setores da atividade humana, verdadeiros exemplos de *fé, trabalho e patriotismo!*<sup>17</sup>

Este convite introduz o livreto de programação dos festejos do centenário da cidade de Blumenau e procura, em poucas palavras, destacar um dos principais objetivos da festa: “relembrar” o passado da cidade. Contudo, essa história de “cuidado” e “zelo”, de “trabalho” e “determinação” para fazer brotar novos botões e fazer crescer novas flores era bastante selecionada, relembrando-se apenas de personagens e momentos específicos. Nas comemorações, “veículos de intervenção político-cultural”<sup>18</sup>, o passado tende a ser reorganizado de maneira a ser coerente com as situações vividas no presente e projetado com suas principais “qualidades” ao futuro<sup>19</sup>. As comemorações são entendidas, como citam Maria Izilda Santos de Matos e Yvone Dias Avelino como momentos em que reaquecem-se aspectos antes congelados, iluminam-se momentos antes apagados, silencia-se o que não é digno de ser exaltado e exalta-se o que é digno de ser lembrado<sup>20</sup>. É neste ato em que momentos e aspectos históricos são apro-

---

<sup>17</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Programa dos festejos**. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. Grifos meus.

<sup>18</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Linguagens visuais e comemoração. *Projeto história*. São Paulo, n°. 20, abr./2000, p.126.

<sup>19</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n°. 44, dez.2002, p.427.

<sup>20</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias. Linguagens textuais e comemorações. *Projeto História*, São Paulo, n°. 20, abr.2000, p.193.

priados como “verdades” que são efetivados “os processos de construção e de transmissão de uma memória social”<sup>21</sup> escolhida e determinada.

Percebendo as comemorações como momentos em que uma história “selecionada” vem à tona, que as perguntas geradas nesse “risonho conagraçamento” como cita Maria Pereira Clementinha Cunha sugerem reflexões no sentido de perceber, durante esse período, o quanto “processa-se um diálogo social tenso e intenso”<sup>22</sup>. Observando as comemorações por outros ângulos além daquele determinado pela memória considerada “oficial” que conseguimos ver “as tensões das sociedades que comemoram, transformando as comemorações em objeto instigante de conhecimento histórico”<sup>23</sup>. Essas “frestas” encontradas nos discursos possibilitam perceber aquilo que se quer esquecer.

Os estudos das comemorações possibilitam também identificar as posições heterogêneas em uma sociedade, especialmente dentro do grupo de organização dos festejos visto que essas pessoas são geralmente as mais interessadas em levar adiante os aspectos considerados mais “importantes” na história local. Essas mesmas pessoas contribuem para o aparecimento das disputas e conflitos surgidos em meio às comemorações e que, como afirma Silvio Luiz Lofego, poderão revelar-nos o que queria-se lembrar e o que queria-se esquecer<sup>24</sup>. Pensando nessa mesma perspectiva que Maria Pereira Clementina Cunha afirmou que, olhando as comemorações com mais cuidado pode-se “(...) captar manifestações de dor, revolta e alegria, presentes nos dias de festa como nos dias comuns, e testemunhar reconciliações ou desentendimentos”<sup>25</sup>.

Olhar as “frestas”, os esquecimentos e aquilo que foi “deixado para trás” durante as comemorações do centenário de Blumenau que faz-se necessário para compreender, através dessa perspectiva, o contexto vivido por Blumenau em 1950 visto que as comemorações também nos apontam a diversidade de práticas, linguagens e costumes de uma região com seus significados no contexto em que são apresentados.

Em 1950, Blumenau, integrada ao Vale do Itajaí, possuía um território de 714 km<sup>2</sup>, com 48.108 habitantes<sup>26</sup>. A cidade teve início como um empreendimento colonial idealizado pelo farmacêutico Hermann Bruno Otto Blumenau, que trouxe para o Brasil, inicialmen-

---

<sup>21</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Op. cit., p.427.

<sup>22</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r) estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002, p.17.

<sup>23</sup> MATOS; AVELINO. Op. cit., p.193.

<sup>24</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. Op. cit., p.301.

<sup>25</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Op. cit., p.12.

<sup>26</sup> IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**. 1950, p.78. O Vale do Itajaí é cortado pelo rio Itajaí-açu: “pedra de amolar”.

te, dezessete imigrantes provenientes da Alemanha (naquele período ainda não era unificada). O grupo de imigrantes aportou na futura Colônia no dia 02 de setembro de 1850, data em que se comemorara a chegada dos imigrantes, oficializando-se assim a “fundação” da cidade.

A colonização alemã, bem como a italiana, eram motivos de orgulho, principalmente para os alemães durante a primeira república no sentido de trazer ao Brasil a força de trabalho e iniciativas pioneiras idealizadas por muitos desses imigrantes. Durante o Estado Novo (1937-1945) e o início do período de “nacionalização”, os moradores descendentes de alemães e os próprios teuto-brasileiros do sul do Brasil, incluindo-se Blumenau e todo o Vale do Itajaí, foram alvos de repressões dos agentes nacionalizadores. Nesse momento queria-se impor de maneira mais enérgica a utilização da língua portuguesa entre essas pessoas utilizando-se de diversas estratégias.

Em Blumenau, por exemplo, os jornais em língua alemã *Blumenauer Zeitung* e *Der Urwaldsbote*<sup>27</sup> passaram a circular em português, logo depois se extinguindo. Muitos nomes de ruas da cidade foram alterados, já que em grande parte se referiam a nomes alemães. Escolas em que prevalecia o alemão foram fechadas ou obrigadas a mudar a metodologia de ensino. Seguiam-se, ainda, perseguições e prisões que os moradores do Vale sofreram ao usarem a língua alemã para se expressarem.

Entre os teuto-brasileiros havia, contudo, diferenças na conceitualização de nacionalismo e patriotismo. A nacionalidade era determinada tanto pelo sangue quanto pela língua herdada dos pais. Já o patriotismo ensejado pela idéia de “bom cidadão” era: “aquele que contribui para o desenvolvimento político e econômico da sua pátria”. Os teuto-brasileiros poderiam assim “comprometer-se com o desenvolvimento do Brasil, sem perderem a sua nacionalidade alemã”<sup>28</sup>. Entretanto, no Brasil, o que determinava o desenvolvimento de uma nacionalidade era o local de nascimento. O governo de Getúlio Vargas procurou estimular os moradores do Vale do Itajaí a participarem da nacionalidade brasileira, cortando os laços com a língua alemã, bem como com a educação alemã e os costumes mais expressivos.

Mesmo depois do fim da nacionalização em 1945, muitos aspectos que norteavam esse período ainda eram lembrados. Em visita a Blumenau no ano de 1947, Arthur Nogueira, militar do exército nacionalizador caracterizou Blumenau como uma “cidade esquisita” em que “(...) falava-se correntemente o alemão (...) num constante desrespeito aos sentimentos nacionais e às nossas leis vigentes”. Os nomes de casas de comércio encontradas na cidade,

---

<sup>27</sup> Jornal de Blumenau e Mensageiro da Floresta respectivamente.

<sup>28</sup> SIMÃO, Vilma Margarete. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício de R.L. **Nosso Passado (in) comum: contribuições para os debates sobre a história e historiografia em Blumenau**. Blumenau: Ed. da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000, p.42.

referenciando sobrenomes alemães, foram igualmente repudiados pelo visitante que procurava entender como poderia estar se sentindo tão “contrafeito” em seu próprio país<sup>29</sup>.

Durante o Estado Novo, a “nacionalização transformou as formas de reprodução da ideologia étnica e de seu potencial formador da identidade coletiva do empresariado local”<sup>30</sup>. A antiga celebração da “raça alemã”, que era significativa na primeira república, foi sendo suprimida do contexto local. Depois da deposição de Getúlio Vargas a celebração da “raça alemã” não foi retomada e, em contrapartida, como afirma Méri Frotscher, a afirmação da brasilidade e da assimilação cultural recíproca entre estrangeiros e brasileiros<sup>31</sup> foi sendo anunciada.

Os festejos do centenário abriram espaço para que as elites políticas pudessem expressar e idealizar essa nova intenção. Havia ainda o anseio de se formarem novos líderes políticos, principalmente aqueles vinculados à UDN (União Democrática Nacional), ligados em grande parte ao meio comercial e industrial da cidade e remanescentes do antigo PRC (Partido Republicano Catarinense). Estas pessoas, sem exercerem cargos políticos desde a década de 30, “[r]eorientam seus discursos sobre identidade na esfera pública como estratégia política”<sup>32</sup>, confirmando que os festejos do centenário estavam ligados ao clima político do período.

Com a redemocratização, em 1945, novos partidos políticos surgiram, entre eles o PSD (Partido Socialista Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e a UDN (União Democrática Nacional). O PSD em Santa Catarina era a extensão do antigo Partido Liberal do qual fazia parte a oligarquia Ramos, já o PTB era considerado por alguns autores como um “braço trabalhista” do PSD. A UDN, considerado um partido elitista que teria como representantes grandes proprietários e industriais<sup>33</sup>, surgiu em oposição ao governo Vargas e era representado em Santa Catarina pelas famílias Konder e Bornhausen.

É interessante notar a existência de “redes político-empresariais” em Santa Catarina, como explica o estudo de Patrícia May. A partir dessa relação familiar em que os atores

---

<sup>29</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Biblioteca militar, Vol.cx. Edifício do Ministério da Guerra: Rio de Janeiro, 1947, p.87.

<sup>30</sup> TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994). Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC, 1995, p.104-34. Apud: \_\_\_\_\_. Breve história da burguesia industrial têxtil Blumenauense. In: THEIS, Ivo M. et. al. **Nosso Passado (in) comum**. Op. cit., p.83.

<sup>31</sup> FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2003, p.1-2.

<sup>32</sup> Idem, p.4.

<sup>33</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-1979**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, p.32-41.

centrais ligavam-se por laços de parentesco, amizade ou solidariedade nos negócios entre os governantes e o empresariado local, puderam valer-se certas vantagens ao mesmo tempo em que reproduziam grupos dominantes que tinham grande influência nas decisões administrativas do Estado<sup>34</sup>. Ainda assim, muitas vezes os membros de uma mesma família seguiam vertentes partidárias diferentes. Desde a chegada de Vargas ao poder as representações políticas da cidade tinham apresentado considerável modificação, levando-se em conta que, de 1930 a 1947, interventores foram nomeados pela oligarquia Ramos para ocuparem o governo municipal<sup>35</sup>. Este período pode ser analisado como de crise de hegemonia política, pois os empresários tradicionais não conseguiram dar a direção política nem se manter como representantes no governo local<sup>36</sup>.

Após esse período, a UDN passa a fortalecer suas influências na vida política da cidade. Nas eleições de outubro de 1950 em que elegeria-se um novo presidente, governador, senador, deputados estadual e federal, prefeitos e vereadores, surgia a oportunidade para a UDN ganhar mais espaço em cargos políticos, principalmente nas prefeituras de Santa Catarina. Em 1947 o partido só elegera seis prefeitos no estado, entre eles, Frederico Guilherme Busch Jr., prefeito de Blumenau<sup>37</sup>.

Sendo assim, Blumenau era uma cidade com expressiva importância para a UDN. A partir disso, nomes e exemplos pessoais relacionados a industriais e comerciais pertencentes ao partido eram repetidamente enfatizados pelos seus aspectos positivos. Percebe-se que, em 1950, Blumenau foi apontada como um lugar de exemplos. Contribuir com as festividades do centenário era também ajudar o partido a ser “bem visto” tanto no estado como no Brasil.

Assim como a UDN, representado por Hercílio Deeke, outros partidos procuravam eleger seus candidatos ao cargo de prefeito de Blumenau nas eleições de 1950. O PTB e o PSD uniram-se para lançar a candidatura do industrial Guilherme Jensen a prefeito. O outro candidato à prefeitura era o jornalista José Ferreira da Silva (PRP).

Nesse período as divergências partidárias eram percebidas com maior evidência entre os periódicos locais. A equipe de direção do jornal *A Folha* estabeleceu uma forte relação com o partido de Getúlio Vargas (PTB) que concorreria novamente às eleições presidenciais naquele ano. O jornal *A Nação*, sob a direção de Jurandir Ferreira Netto apoiou o PSD. Esse periódico apoiava a posição política do governo estadual mas, conforme fosse necessá-

---

<sup>34</sup> MAY, Patrícia Zumblick. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1998, p.146.

<sup>35</sup> TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Op. cit., p.82.

<sup>36</sup> SIMÃO, Vilma Margarete. Op. cit., p.47.

<sup>37</sup> Idem, ibidem.

rio, também dava suporte às causas da UDN local. Honorato Tomelin dirigia o jornal *O Lume*<sup>38</sup> em 1949 e logo em seguida assumiu a direção do jornal *A Folha*, em fevereiro de 1950. Esses dois jornais faziam oposição ao governa da situação, a UDN, representado pelo jornal *Cidade de Blumenau*, dirigido por Aquiles Balsini<sup>39</sup>. Em 1950 os candidatos aos cargos políticos lançavam suas provocações e propostas de governo nas páginas desses jornais. Juntamente a estes periódicos encontrava-se a revista *O Vale do Itajaí*, dirigida pelo engenheiro agrônomo Osias Guimarães, favorável à nacionalização, mas considerando-se “neutro” na política partidária.

Apesar dos interesses políticos serem divergentes, esses mesmos jornais passaram a “concordar” num determinado momento quando, no ano de 1949 a escritora Raquel de Queiroz publicou um artigo na revista *O Cruzeiro* com o título “Olhos Azuis”. A escritora retoma o assunto da nacionalização, entretanto, o Vale do Itajaí não estava mais sob a “mira” da política repressora dos anos do Estado Novo, as palavras de Raquel de Queiroz puderam ser contestadas.

Em primeiro lugar o artigo reafirmava os laços do Vale do Itajaí com a Alemanha. Apesar do término das perseguições, as tensões e polêmicas vivenciadas pelos moradores do Vale do Itajaí estavam presentes nesse contexto. Raquel de Queiroz teria mexido em uma “ferida” que ainda não havia cicatrizado. Ela chegou a uma consideração sobre a população que estava estabelecida no Vale do Itajaí: “De brasileira aquela gente não tem nada, só mesmo o direito que a constituição lhe dá de brasileiros se chamarem, porque aqui nasceram – naturalmente, não por seu gosto”<sup>40</sup>. Para a escritora, a “arrogância” e o sentimento de “superioridade” ainda seriam significativos na região, demonstrando no artigo que seu incômodo maior era com a “fala daquela gente”. Ela utilizou a expressão “daquela gente”, fazendo um paralelo entre “nós”, brasileiros, e “eles”, alemães, canalizando nesse diferencial o principal objetivo de sua crônica: apontar as falhas dos agentes nacionalizadores, alegando que não haviam feito o serviço adequadamente na região.

Ela considerou que: “Se há, pois, quisto racial ainda em plena exuberância é aquela. Aquilo não é Brasil, ou se é, é Brasil transviado”<sup>41</sup>. A escritora referiu-se ao Vale do Itajaí como sendo uma região “perigosa”, de certa forma até deu a entender que era uma “anomalia” dentro do Brasil. Assegurou que, depois da nacionalização e da derrota da Alemanha na Se-

---

<sup>38</sup> O jornal *O Lume* parou de ser publicado em 26 de janeiro de 1950, com a 18ª edição. Inicia-se em substituição o periódico bissemanário *A Folha*. SILVA. José Ferreira da. **A imprensa em Blumenau**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977, p.124.

<sup>39</sup> Convenção da UDN de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, 10/08/1050.

<sup>40</sup> QUEIROZ, Raquel de. Olhos azuis. Revista *O Cruzeiro*, nº. 19, 19 de março de 1949.

<sup>41</sup> Idem.



gunda Guerra Mundial, os “alemães” tiveram que suprimir sua atitude de “super-homens”: “A impressão que se tem é que eles se encolhem, mas ainda, rosnam”<sup>42</sup>. Enfatizou que as pessoas conspiravam em alemão, subentendendo-se que através da língua alemã os brasileiros não poderiam reconhecer o verdadeiro desprezo que eles sentiam pelo Brasil. A escritora abre um debate com os “brasileiros”, procurando excluir da discussão os teuto-brasileiros, blumenauenses e moradores do Vale e termina destacando:

Alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não vira drama. A fórmula de solução é, entretanto difícil e, pelo menos até agora ainda não foi encontrada. E enquanto se espera o jeito, as crianças que nascem no Vale do Itajaí continuam aprendendo o alemão como língua pátria, se batizando em alemão, lendo em alemão, pensando em alemão, vivendo e morrendo em alemão<sup>43</sup>.

Como a revista *O Cruzeiro* era conhecida nacionalmente e Raquel de Queiroz possuía uma coluna exclusiva na última página, a repercussão do artigo teve considerável proporção no Vale do Itajaí, em especial, nesse caso, Blumenau.

Tanto a Câmara Municipal de Blumenau quanto a Prefeitura Municipal, na figura de Frederico Guilherme Busch Jr., redigiram protestos à escritora e à revista, publicando no jornal *A Nação* um apelo para que o mesmo fosse feito pelos outros periódicos do Vale. “Causou viva indignação em todo o Vale do Itajaí o artigo *Olhos Azuis*”, destacou o representante da Câmara Municipal, em especial porque o “(...) povo laborioso, ordeiro, bom e patriótico”<sup>44</sup> sentiu-se injustiçado com aquelas acusações. Apesar dos descontentamentos em relação à predominância de práticas culturais que não eram tidas como “brasileiras”, o “amor” ao trabalho era um fator considerado de grande utilidade para o desenvolvimento do Brasil. A “aptidão” ao trabalho era uma característica dos teuto-brasileiros bastante enfatizada dentro de uma perspectiva nacionalizadora. Rui Alencar Nogueira, por exemplo, depois de sua visita a Blumenau na década de 40, afirmou que “notadamente, no município de blumenauense, é elevado o índice de um labor insano e de um trabalho produtivo, fecundo e bem orientado”<sup>45</sup>. Os periodistas e representantes políticos apropriaram-se dessa característica considerada “marcante” para formular argumentos em defesa dos moradores do Vale do Itajaí.

Aquiles Balsini, em outro artigo, promove os blumenauenses a brasileiros mais justos, mais compreensivos da dignidade do trabalho humano, e deixa entender que são brasi-

---

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> QUEIROZ, Raquel de. Olhos azuis – I. **Blumenau em Cadernos**, tomo XVIII, n.05/06, mai./jun, 2002.

<sup>44</sup> Protesto na Câmara Municipal. *A Nação*, 31/03/1949.

<sup>45</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. Op. cit., p.07.

leiros diferentes, não como os “incompreensivos” da nacionalização, mas aqueles que pensavam em trabalhar, brasileiros que “(...) muito dão e pouco pedem”<sup>46</sup>.

Entre essas reportagens algumas contradições são apresentadas em diferentes discursos promovidos em diferentes momentos históricos. A revista *O Vale do Itajaí* posicionou-se favorável a nacionalização em 1945 promovendo uma campanha para que os “filhos de Blumenau” esquecessem o seu passado, bem como a língua alemã<sup>47</sup>. Contudo, cinco anos mais tarde, a direção da revista considerou os sentimentos germânicos de grande importância para o país, argumentando que Raquel de Queiróz possuía um sentimento mórbido em relação a eles<sup>48</sup>. Nessa mesma reportagem afirmou-se que os moradores da região do Vale do Itajaí foram vítimas das circunstâncias da nacionalização, argumentando a incoerência dos “ataques” baseados no “notável parque industrial, em que um povo laborioso e honesto trabalha pela grandeza do Brasil”<sup>49</sup>.

Utilizando essa mesma perspectiva, a ênfase na capacidade de trabalho, o jornal *O Lume* publicou no seu primeiro número, em 30 de outubro de 1949, um artigo intitulado “Blumenau Industrial”. Buscando encontrar no potencial industrial seu principal argumento, enfatizou-se o número de indústrias, em torno de 1.000, apontando que nelas “(...) estão um povo ordeiro e trabalhador, amigo do progresso, amante do seu torrão natal e brasileiro acima de tudo!”<sup>50</sup>. Novamente em seu segundo número, em novembro de 1949, publicaram na primeira página um diálogo imaginário com um visitante:

- Francamente, estou encantado. Jamais poderia imaginar que encontraria aqui, banhada por este belo rio, uma cidade assim, *miniatura original de São Paulo*.
- Conhecia, então, Blumenau, como uma entre outras cidades de Santa Catarina, pelos jornais, pelas revistas...
- Exatamente! Não desconhecia Blumenau pelo seu aspecto industrial (...) O movimento da Rua 15 é de pasmar! (...) E o que se nota é que todo movimento é de trabalho! (...) E *gente de trabalho* que se movimenta como se tivesse *asas nos pés*. É contagiante!
- De olhos azuis ou de cabelos pretos, todos trabalham e procuram prosperar, contribuindo assim para a grandeza de sua pátria.
- Quanto a esse aspecto, só os ignorantes e os de má fé podem levantar questões raciais. No Brasil, como na maioria dos países, *não existe ainda uma raça pura*. (...) Deixem que Raquel de Queiroz extravase a sua bílis<sup>51</sup>.

<sup>46</sup> BALSINI, Aquiles. Nós brasileiros por direito. *Cidade de Blumenau*, 29/03/1949.

<sup>47</sup> GUIMARÃES, Osias. Aviso aos blumenauenses. *O Vale do Itajaí*. Blumenau, n.º. 34, jan.1945. *Apud*: FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade...** Op. cit., p.238, 244.

<sup>48</sup> GUIMARÃES, Osias. Olhos azuis. *O Vale do Itajaí*. Blumenau, n.º. 48-49, mar./abr. 1949.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Blumenau Industrial. *A Nação*, 30/10/1950.

<sup>51</sup> Blumenau que nós conhecemos. *O Lume*, 06/11/1949. Grifos meus.

Pretendia-se com isso mostrar que a rápida visita de Raquel de Queiroz ao Vale do Itajaí não foi suficiente para que ela percebesse que a região servia ao Brasil e, juntamente, com os seus trabalhadores contribuía para o progresso do país. Quando falam que “ainda não existe uma raça pura”, fazem-nos lembrar as idéias consagradas no Estado Novo que, com a nacionalização e a questão da segurança nacional, não abriam espaço para a pluralidade cultural, mas, sim, para a homogeneização do pensamento e da raça brasileira, e na idealização de um “cidadão-símbolo da raça branca, limpo de impurezas”<sup>52</sup>. Para o redator do jornal, os blumenauenses eram “cidadãos símbolos”, legitimados no seu potencial econômicos e no seu trabalho. Colocou-se a escritora numa posição de ingenuidade frente a uma realidade que para eles já estava resolvida.

A idéia de “trabalho incessante” foi a estratégia utilizada pelos periodistas para inserirem Blumenau num contexto de desenvolvimento nacional, apropriando-se das idéias relacionadas ao Estado Novo em que o trabalho era considerado a revalorização do homem. Nessa mesma perspectiva Ângela de Castro Gomes mostra o quanto o trabalho era considerado fonte de riqueza e cidadania bem como de civilização e do progresso<sup>53</sup>. O trabalho para a pátria também complementaria essa perspectiva de cidadão/trabalhador que pensava não só na riqueza individual, mas também na riqueza da Nação<sup>54</sup>. Sendo assim, falar de Blumenau como um lugar de progresso, era falar de Blumenau civilizada, desenvolvida, trabalhadora que também progredira na questão da integração nacional.

Essa estratégia se confirma nos periódicos locais quando os redatores finalizam seus textos com frases: “trabalhar pelo Brasil, pela pátria, pela nação (...)”, especialmente porque “(...) para o governo Vargas, o trabalho não era simplesmente um meio de *ganhar a vida*, mas, sobretudo um meio de *servir à pátria*”<sup>55</sup>. A imprensa projetava Blumenau baseada nos mesmos projetos promulgados pelo Estado Novo, com o intuito de legitimar a presença de alemães, teuto-brasileiros e descendentes no Brasil. Michael Pollak afirma que as imagens idealizadas não são isentas de mudanças ou mesmo de negociações, mas se projetam em referência aos outros<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.333.

<sup>53</sup> GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.57.

<sup>54</sup> Idem, p.55.

<sup>55</sup> FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. Cultura Política (28), jun.1943, p.49-52. *Apud*: GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.59. Grifos meus.

<sup>56</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p.204.

O reflexo dessas idéias chegou ao auge quando as imagens de superioridade cultural, adiantamento industrial e capacidade de trabalho foram publicadas numa nova reportagem na revista *O Cruzeiro*, sendo inclusive reportagem de capa na revista nº.22, de julho de 1950. A foto de capa mostrava uma senhora e uma menina com seus olhos azuis e cabelos claros olhando por uma janela de uma casa construída em técnica enxaimel. Em “Uma cidade faz cem anos”, estas características não eram problemas, mas antes, uma virtude. Além disso, na janela dessa casa, mostrou-se duas gerações distintas, evidenciando o passado na figura da senhora de idade e o futuro representado na jovem menina que, segurando suas mãos, principal ferramenta de trabalho, muito teria por fazer.



**Fig. 01-** Capa da Revista *O Cruzeiro*.

Fonte: *O Cruzeiro*, n.º. 22, ano VII, 22/07/1950.

Fotos representando o cotidiano considerado “tradicional” dos descendentes de colonizadores no Vale do Itajaí foram amplamente publicadas em cenas informais: uma refeição, crianças na escola, paqueras entre jovens, produção industrial, operários saindo da fábrica, entre outros. No entanto, quanto mais informais as poses das fotos, mais acreditamos nelas, como analisa Raphael Samuel<sup>57</sup> por demonstrarem certa “espontaneidade”. Ainda assim, era importante mostrar uma cidade em seu ritmo normal. Para cada fotografia havia uma legenda que, como afirma Raphael Samuel, possui “uma retórica contando-nos o que devemos ver e como o que vamos ver deve ser visto”<sup>58</sup>. Lima Medeiros, autor do artigo, utilizou as imagens para legitimar a “volta por cima” dos teuto-brasileiros depois da nacionalização. Ele

<sup>57</sup> SAMUEL, Raphael. Escopofilia. *Projeto História*. São Paulo, n.º. 21, nov.2000, p.27.

<sup>58</sup> Idem, p.26.

determina nas legendas as características tidas como mais acentuadas do cotidiano teuto-brasileiro. Em relação à paquera, afirmou que “são líricos e ingênuos sem serem simplórios e conhecem a linguagem do amor”, fazendo referência à “moralidade” existente na cidade. Declarou ainda que Doutor Blumenau “é (...) quase venerado pelo povo da cidade”. Em outra foto colocam, lado a lado um menino negro e um menino branco mostrando a perfeita convivência de raças na cidade: “Crianças de todas as origens se criam juntas em Blumenau, como em todo o Brasil” e explicam durante o texto que “(...) aquilo que se chamou de quisto racial decorria, antes de tudo, do “abandono” a que foram relegadas as populações de origem alemã”<sup>59</sup>.

Observando esses dois textos, um de Raquel de Queiroz em 1949 e outro texto comemorativo do centenário de Blumenau em 1950 percebemos uma expressiva mudança na “imagem” que queria-se mostrar da região do Vale do Itajaí. Percebemos em momentos como esses, como afirma Mariza de Soares Carvalho, o quanto a “(...) manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, e momentos de redefinição de identidades coletivas”<sup>60</sup>. O centenário de Blumenau foi utilizado como um momento marcante para reafirmar uma nova “feição”.

Os proprietários de indústrias, comércios, aspirantes a lideranças políticas, figuras já conhecidas nesse meio em Blumenau e no Vale do Itajaí estavam envolvidos nesse trabalho. Era necessário mostrar que, apesar de ter sido colonizada por europeus e conservar muitas características dessa colonização, a cidade, bem como seus moradores estavam voltados aos interesses nacionais e brasileiros. Além disso, era necessário reafirmar nomes e famílias relacionadas ao pioneirismo e ao trabalho, assim como os resultados desse trabalho.

Formou-se uma comissão para organizar as festividades do centenário de Blumenau sendo esta uma entidade em que se “(...) delinea o campo do poder”<sup>61</sup> já que é entre os seus integrantes que os festejos vão sendo estrategicamente definidos. Abre-se assim um campo ainda maior de atuação entre os responsáveis por perpetuar essa imagem<sup>62</sup>. Na presidência da comissão estava o banqueiro e vereador udenista Hercílio Deeke (candidato a prefeito-UDN) e, junto com ele, na comissão central executiva, estavam os vereadores da gestão administrativa do governo de Frederico Guilherme Busch Jr., o diretor da fazenda municipal

---

<sup>59</sup> LIMA, Medeiros. Uma cidade faz cem anos. *O Cruzeiro*, n.º. 22, ano VII, 22/07/1950, p. 4/10. O abandono citado no artigo está relacionado com a falta de iniciativa de governos anteriores à educação e entre outros segmentos nestas regiões.

<sup>60</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. A “carta de caminha”: um exemplo de práticas e representações. *Projeto História*, São Paulo, n.º.20, abr./2000, p.11.

<sup>61</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. Op. cit., p.308.

<sup>62</sup> Idem, ibidem.

Alfredo Kaestner e os presidentes das sub-comissões, constituindo o Livro Comemorativo (Frei Ernesto Emmendoerfer), Finanças (Udo Deeke), Festejos e Acomodações (Antônio Reinert), Exposições (Victor Hering), Programa e Propaganda (Federico Carlos Allende), Intercâmbio (Herbert Georg) e de Recepção (sem responsável) <sup>63</sup>.

As perspectivas de progresso e desenvolvimento em muito ligavam-se a esses nomes e sobrenomes, bem como às respectivas famílias. Pensando que desde 1945 a identidade étnica “(...) deixava de ser um fator de mediação na escolha de representantes para o governo local”, eram os empresários e industriais que, ganhando respaldo na economia local, procuravam fortalecer esse bloco hegemônico, objetivando alcançar representação política<sup>64</sup>.

Entretanto, os organizadores do evento procuraram construir uma realidade, estabelecendo um sentido para aquilo que a cidade estava vivendo, através da posição que ocupavam na sociedade. O que se salientou nos festejos foi a realidade de um mundo voltado à indústria e ao comércio, e pouco reconhecido por grande parte dos outros moradores da cidade. Esses representantes políticos procuraram fortificar a sua imagem e a imagem de suas atividades na vida do país, através dos diversos símbolos de dominação presentes nos festejos que envolveram quase que unicamente uma elite muito restrita<sup>65</sup>.

Foi com a bandeira brasileira à frente que Blumenau pretendia aparecer nos festejos, e ao mesmo tempo em que afirmavam o pertencimento ao Brasil reafirmavam as suas origens de forma criteriosa, utilizando apenas daquilo que pudesse fortificar a imagem da cidade como uma promulgadora do progresso do país, ou seja, esquecendo parte da história e lembrando apenas cenas de um passado selecionado. Falando dos festejos do 4º centenário de São Paulo em 1954, Silvio Lofego entende que naquela comemoração o que acabou acontecendo foi a relativização do passado, no intuito de homogeneizar a memória da cidade e de sua história<sup>66</sup>.

Foram utilizados por estes organizadores o que Pierre Nora chama de “lugares de memória” representados através de monumentos, celebrações religiosas, livros entre outros, ou seja, tudo aquilo que ativasse a memória coletiva, valorizando aspectos da história em con-

---

<sup>63</sup> COMISSÃO DOS FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Programa...** Op. cit.

<sup>64</sup> SIMÃO, Vilma Margarete. Op. cit., p. 15-16. Nas eleições de 1950, o banqueiro Hercílio Deeke tornou-se prefeito municipal pela UDN e Udo Deeke concorreu ao governo estadual pelo PSD, mas perdeu para Irineu Bornhausen da UDN. Federico Carlos Allende foi eleito vereador pela UDN, e Herbert Georg, deputado estadual, também pela UDN. Estes representantes estavam ligados direta e indiretamente à economia industrial e comercial da cidade, para tanto, procuraram focalizar no evento os benefícios do esforço de pessoas que, como eles, teriam elevado o nome da cidade.

<sup>65</sup> Ver: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 e BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

<sup>66</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. Op. cit., p.302.

tínua vigilância, já que estes lugares são periodicamente ativados<sup>67</sup>. Nesse período de preparação dos festejos, monumentos foram inaugurados e antigos monumentos foram celebrados, especialmente aqueles referentes a pessoas de destaque e representativas na história da cidade. Os monumentos definem uma “[e]strutura narrativa que define a escultura como produto de representação do passado e que ordena uma determinada leitura da história”<sup>68</sup>, ou seja, o autor se refere a um fato ou imagem histórica considerada decisiva para a história, repelindo o aparecimento de um contexto mais amplo sobre esses acontecimentos.

Aproveitando a oportunidade dos festejos, um livro comemorativo do centenário buscava mostrar, de maneira coerente, a trajetória da cidade. Os livros comemorativos, apresentando vários “(...) estudos, fontes e cronologias, tinham como função enquadrar o discurso histórico e as tradições inventadas<sup>69</sup>, como afirma Almir Leal de Oliveira, tornavam-se documentos escritos e disponíveis para a leitura no decorrer do tempo. As exposições, as homenagens, o desfile histórico, todos esses momentos eram propícios para reavivarem um passado reordenado e afirmar práticas “(...) normalmente reguladas por regras tácitas (...) de natureza ritual ou simbólica” e que visavam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”, e que seriam, nas palavras de Eric Hobsbawm, “tradições inventadas”<sup>70</sup>.



**Fig. 02:** Cartaz do centenário de Blumenau.

Fonte: Acervo AHJFS.

Além dos momentos em que se evidenciavam discursos tanto escritos quanto falados, havia também os discursos inseridos nos símbolos relacionados ao evento, como, por exemplo, as fotos publicadas nos meios de comunicação, o desfile comemorativo, bem como,

<sup>67</sup> NORA, Pierre. “Entre memória e história” [1984], prefácio do v.I de *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1984. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, nº. 10, dez./1993, p.12-13.

<sup>68</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit., p.176.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. História, tradição e patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. *Projeto História*. São Paulo, nº. 20, abr./2000, p.285.

<sup>70</sup> HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.9.

a bandeira do centenário. A bandeira tinha em seu centro a figura de duas flores. Uma delas, representada por um botão fechado que indicava o nascimento de um empreendimento em 1850. A segunda flor, representando o ano de 1950, mostrava o botão já desabrochado, ou seja, o mesmo empreendimento estava crescendo e ficando cada vez mais bonito, como uma flor que vai crescendo e se desenvolvendo com o tempo.

Procurava-se mostrar também uma cidade moderna o suficiente para vir ao encontro do já mencionado “progresso”. Fez-se, desde final de 1949 até as proximidades dos festejos, que aconteceriam de 02 a 10 de setembro, uma grande campanha de embelezamento do meio urbano. Os bairros mais distantes foram desconsiderados, principalmente, porque a região central era o palco das comemorações em que os visitantes e os moradores da cidade poderiam encontrar os lugares de apoio à memória<sup>71</sup>. Casas, prédios, monumentos, lugares por onde os pioneiros passaram, a Rua 15 de Novembro, a Alameda Duque de Caxias e outras localidades davam esse suporte em que a história de Blumenau poderia ser calcada.

Analisando o material de publicidade dos jornais de Blumenau entre 1930 e 1950, Roberto Marcelo Caresia percebeu que os anúncios publicados mostravam o processo de ruptura cultural e de modernização. Havia a necessidade de se camuflar a germanidade, adotando uma versão brasileira de “american way of life”<sup>72</sup>. A Blumenau moderna seria aquela que via os discursos germânicos e europeus como fatos do passado e tendia a esquecer o que lembrasse o jeito de viver do século XIX, fazendo deles apenas resquícios que legitimavam a modernidade adquirida<sup>73</sup>.

As perspectivas de “novo” e “velho” foram utilizadas tanto pelos periodistas quanto pela comissão de organização dos festejos para enfatizar o progresso. Aos poucos, os “prédios antigos que antes pareciam verdadeiros monstregos”<sup>74</sup>, como chamou um dos periodistas locais, tornaram-se o símbolo do crescimento como em cidades grandes nos padrões de São Paulo.

Novamente mencionando a narrativa de Arthur Nogueira em sua visita a Blumenau, esta evidenciou os grandes casarões detalhando-se alguns aspectos considerados pelo visitante, próprios das regiões de colonização alemã. As cortinas percebidas por ele na região como “indispensáveis (...) tanto na casa do rico como na do mais humilde operário” foram

<sup>71</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p.202.

<sup>72</sup> CARESIA, Roberto Marcelo. **Ícones da Vida Moderna: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955)**. Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2002.

<sup>73</sup> CARESIA, Roberto Marcelo; ROCHA, Balbino Simor. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dinamias*. Blumenau: FURB, v.9, nº. 35, abr./jun.2001, p.115.

<sup>74</sup> Veste-se de novo toda a cidade. *A Nação*, 04/06/1950.



consideradas fora do padrão comum do país. Já os “tradicionais” jardins são ironicamente mencionados através da atividade do Doutor Blumenau com as suas roseiras, sendo essa “preocupação” considerada supérflua e até ridícula<sup>75</sup>.

Entretanto, esses jardins, cortinas e casas com arquitetura um tanto “atípica” para o visitante Arthur Nogueira, foram apropriadas nos dias de festa para exaltar a colonização alemã, oferecendo à paisagem urbana um ar romântico em que o capricho e a ordem eram primordiais. Os grandes casarões do centro da cidade foram considerados relíquias, no período dos festejos, “do que mais típico possui Blumenau como cidade encantada da qual se enamoram todos os que aqui passam”<sup>76</sup>. Contudo, essa noção de crescimento foi possível em função dos novos prédios, considerados mais modernos e que poderiam ocupar, juntamente com os casarões, um espaço no centro da cidade e dar uma impressão de modernização da cidade: “Nos terrenos baldios, novos e imponentes prédios surgiam com seus dois e três andares apontando para os céus como setas a indicarem o índice de progresso e adiantamento a que chegamos<sup>77</sup>”. Nos festejos do centenário, ao mesmo tempo em que se valorizou o moderno, passou-se também a dar importância ao “antigo” e “tradicional” numa perspectiva de reinterpretação da cidade.

Para que essas mudanças urbanas pudessem acontecer, a Prefeitura Municipal fez um pedido de empréstimo à Caixa Econômica Federal de Cr\$ 5.000.000,00<sup>78</sup>. A partir daí, numerosos debates foram iniciados entre *A Folha* e *Cidade de Blumenau* porque o empréstimo só seria efetuado com o aval do governo estadual, ou seja, pelo governador Aderbal Ramos da Silva, do PSD<sup>79</sup>. O empréstimo aconteceu em agosto de 1950. Entretanto, as discussões desse empréstimo nos jornais deixaram aparentes as vertentes partidárias no município, especialmente em relação à oposição criada pela UDN ao PSD estadual.

Apesar das eleições, tanto os jornais como os representantes políticos, os organizadores e demais interessados concordavam, em momentos diferentes, que o ideal dos festejos do centenário era lembrar um “passado glorioso”, enaltecer os “feitos de homens de valor” e

---

<sup>75</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. Op. cit. p. 41.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Blumenau prepara-se para o centenário. *O Lume*, 05/02/1950.

<sup>78</sup> Em janeiro de 1949, o jornal *A Nação* informava que as despesas com os festejos tinham sido orçadas em Cr\$ 1.200.000,00. Já em fins de 1949, um relatório da Comissão dos Festejos informava que seria feita uma abertura de crédito de Cr\$ 3.000.000,00. No ano de 1950, o empréstimo era de Cr\$ 5.000.000,00. As despesas previstas desde o início com obras de calçamento e reurbanização, montagem de exposições, parque de diversão, impressão de folhetos, livretos, selos, bem como, a construção dos pórticos, publicações alusivas em jornais e revistas, inauguração de bustos e placas, construção de carros alegóricos e de roupas para o desfile, entre outros detalhes relacionados aos dias da festa foram perdendo o patrocínio de algumas entidades. Seria uma das explicações para o valor do empréstimo ter mudado.

<sup>79</sup> Empréstimo de 5.000.000 para Blumenau. *A Folha*, 03/05/1950.

mostrar para a geração do presente “o que foi realizado pelos seus antepassados”<sup>80</sup>. De certa forma, todos esses objetivos estavam ligados a pessoas e famílias particulares, e quem estava no poder coordenava as comemorações.

## 2 – Os dias de festa!

Os festejos do centenário de Blumenau aconteceram entre os dias 02 a 10 de setembro. Essas datas não eram ocasionais porque faziam parte da semana da pátria<sup>81</sup>. Ao mesmo tempo em que comemorava-se o centenário de Blumenau, fortificava-se a ligação da cidade com o patriotismo relacionado ao país.

A programação oficial dos festejos destacava, entretanto, um evento isolado no dia 1º de setembro de 1950. Neste dia inaugurou-se a ponte sobre o Ribeirão Garcia na Rua 15 de Novembro chamada de “Desembargador Pedro Silva” com a presença do vice-presidente Nereu Ramos e do governador Aderbal Ramos da Silva, ambos do PSD. O nome da ponte justificou-se como uma “homenagem do Município a esse seu grande e inesquecível amigo”<sup>82</sup>, Pedro Silva, pai de Aderbal Ramos da Silva.

Apesar de marcar uma nova fase na cidade destacando de certa forma um político contrário a UDN, a inauguração da ponte financiada pelo Estado foi colocada à margem das festividades porque não fazia parte da programação oficial, procurando assim, evitar conceder grande expressividade ao evento já que o governo municipal (UDN) e o governo estadual divergiam em interesses nesse ano eleitoral.

Oficialmente as comemorações começaram à 0:00hs do dia 02 de setembro. Naquela noite, o corredor Waldemar Thiago conquistou, durante uma maratona de atletas locais, o direito de dar o primeiro tiro de morteiro, em frente à Prefeitura Municipal de Blumenau marcando o início da festa. O tiro de morteiro foi seguido por repiques de sinos, tiros e bandas de música por toda a Rua 15 de Novembro: “grupos numerosos de pessoas percorriam as ruas da cidade a pé e em automóveis, erguendo vivas a Blumenau”<sup>83</sup> num período em que as madrugadas eram de silêncio.

---

<sup>80</sup> GUIMARÃES, Osias. É preciso preparar Blumenau para 1950. *Vale do Itajaí*, ago./set. 1948, nº. 41-42, ano IV, s/p.

<sup>81</sup> DEEKE, Hercílio. Relatório do Presidente da Comissão Central sobre a situação dos trabalhos preparatórios realizados durante o ano de 1949. *O Vale do Itajaí*. Blumenau, nº. 57, dez./1929.

<sup>82</sup> Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1950, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Junior.

<sup>83</sup> Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1950... Op. cit.

Após a alvorada festiva pela manhã, foram hasteadas as bandeiras nacional e do centenário. Fez-se também a tradicional homenagem ao fundador da cidade, o farmacêutico Doutor Hermann Bruno Otto Blumenau frente ao seu monumento inaugurado em 1940. Neste monumento seguem-se os seguintes dizeres: “Ao Doutor H. Blumenau, exemplo de estrangeiro que soube amar o Brasil e bem servi-lo, o povo de Blumenau”.

Em 1940, dedicar esse monumento ao fundador, como enfatiza Méri Frotscher, “[r]epresentava certamente uma estratégia perspicaz do governo (...), pois era um nome em torno do qual haviam-se cristalizado muitas imagens”<sup>84</sup>. Um alemão, mas um “bom alemão”, e a imagem esperada de uma sociedade vivendo em harmonia foi projetada na figura de Hermann Blumenau. Vinculava-se a ele a dedicação ao trabalho, a valorização da família e da determinação. Um monumento, em geral, expressa essa idéia de coesão social<sup>85</sup>, como enfatiza Mariza de Carvalho Soares, em que as pessoas reconhecem na imagem alguns princípios a serem seguidos.

No ano de 1950, o monumento ganhou um novo espaço, que antes era na Alameda Rio Branco<sup>86</sup>, numa praça com seu nome na Rua 15 de Novembro. Enquanto que em 1940 a inauguração de uma estátua como essa tinha a intenção de representar o “fundador” da cidade como um estrangeiro que amou o Brasil, já em 1950, com a construção de uma praça onde antes existia barranco e córrego, pretendia-se também, representar a modernidade adquirida na cidade. Naquele espaço o idealizador desse empreendimento observava a cidade por ele fundada demonstrando a união entre o velho (fundador) e o novo (modernização) num momento de revitalização urbana.

Doutor Blumenau, sério e bem vestido, se mostrava diferente da rotina da cidade em que as roupas leves eram mais apropriadas. As mãos em frente ao corpo e as pernas em posição de movimentação davam a impressão que ele caminhava pela festa. Do seu monumento, pode-se deduzir sentimentos de seriedade, disciplina e esperança. Essa peça urbana, na análise de Méri Frotscher, traria consigo sentimentos compartilhados com outros cidadãos em que, a partir de uma mesma base emocional, expressava valores sociais comuns<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na 1ª metade do século XX. RAMPINELLI, Waldir José (org.). **História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003, p.114-117.

<sup>85</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. Op. cit., p.190-191.

<sup>86</sup> Em 1967, o monumento do Doutor Blumenau foi transferido para a Alameda Duque de Caxias onde era a sede administrativa da antiga Colônia e, após isso, em 1999, passou a fazer parte dos jardins do Mausoléu da Família Colonial, em que estão os restos mortais dele e de sua família desde a década de 70.

<sup>87</sup> FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória. Op. cit., p.178.



**Fig. 03** - *Monumento do Doutor Blumenau aos fundos da praça, com mesmo nome na Rua 15 de novembro.*

Fonte: Acervo AHJFS.

Ainda durante a homenagem ao fundador, cantou-se o hino do centenário de Blumenau. Dedicar um hino ao centenário de fundação de Blumenau, bem como colocar a bandeira do centenário junto à bandeira nacional fazia parte de um projeto ousado, já que esses símbolos a serem contemplados e evocados eram similares aos símbolos nacionais de patriotismo. Queria-se fomentar, através da bandeira e do hino, a idealização de um novo momento a ser festejado e lembrado na cidade.

Foi ganhador do concurso do hino do centenário o Sr. Eduardo Mário Tavares, com a letra, e Aldo Krieger, com a música. Este concurso foi bastante questionado especialmente pelos responsáveis da revista *O Vale do Itajaí*, os quais alegaram não conhecer os nomes dos responsáveis da comissão julgadora, bem como seus critérios<sup>88</sup>. Lendo os jornais, percebe-se a ausência de anúncios sobre o concurso e, posteriormente, soube-se que o concurso foi dirigido pelo Frei Ernesto Ermendoerfer.

Na letra que fala de “lendas de heróis europeus (...) ressoam (...) as canções brasileiras do adeus”, as palavras eram usadas como recursos para a fortificação de uma idéia, mostrando como uma terra fértil, “sem dono” e “virgem”, foi sendo calcada com “bravos” pioneiros em que a riqueza se expandia<sup>89</sup>. Mas, aparentemente, este hino não sofreu o impacto que se esperava, porque poucas pessoas o conheciam durante os festejos. Até que ponto as pessoas se identificavam com essa música?

<sup>88</sup> Escolhida a letra do hino do centenário. *O Vale do Itajaí*, fev.1950, ano VI, nº. 59.

<sup>89</sup> Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1950... Op. cit.

Ao final das homenagens ocorridas na nova praça da cidade, realizaram-se dois eventos religiosos distintos: uma missa (religião católica) e um culto (religião luterana) que aconteceram às 9:00hs em diferentes lugares. Apesar da religião luterana ter sido majoritária durante muito tempo na cidade, em 1950 o número de adeptos de cada uma dessas igrejas era muito equilibrado<sup>90</sup>. Ainda assim, à noite, foi o culto festivo na igreja evangélica luterana que ganhou destaque na programação dos festejos, demonstrando certa inclinação à recuperação da expressividade da fé luterana na cidade.

Após esses eventos aconteceu um desfile militar organizado pelo Comando da 5ª Região Militar. Vieram para a ocasião tropas motorizadas de Florianópolis e Curitiba. O desfile foi organizado especialmente para mostrar ao Presidente da República, convidado especial dos festejos, o vínculo de Blumenau para com a defesa nacional. Ou seja, era a intenção dos organizadores apontar a ligação da cidade com o Brasil mediante a sua disponibilidade em defender o país com seu exército. O Presidente da República porém, não compareceu aos festejos.

Durante o dia 02 de setembro foi aberta a exposição “Museu da Colonização do Vale do Itajaí”. Ela passou um pouco despercebida provavelmente porque foi um trabalho da Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura do Estado. No intuito de “permitir o estudo sociológico do grupo”, ou seja, do Vale do Itajaí, organizaram a exposição em 12 seções na tentativa de apresentar as “condições sociais e econômicas” da região. Utilizando-se de gráficos, fotos e objetos, escolheu-se o que era característico da região em seções econômicas e culturais, por exemplo<sup>91</sup>. Segundo Monica Velloso, as exposições funcionam como “linguagens visuais”, propondo uma maneira de “ler” a história e exprimindo certa idéia de *verdade* histórica<sup>92</sup>. A exposição do Vale do Itajaí procurou englobar num mesmo local os costumes dos que viviam no Vale do Itajaí, somando uma trajetória simplificada, encontram-se características importantes para a consolidação da imagem da cidade como um local em que bons costumes e trabalho prevaleciam.

---

<sup>90</sup> Em 1950 havia 23.148 católicos e 24.529 luteranos. IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**, 1950, p.71-72.

<sup>91</sup> A exposição – Museu da Colonização do Vale do Itajaí. *O Vale do Itajaí*. Blumenau, n.º. 65, nov.1950.

<sup>92</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Op. cit., p.126.



**Fig. 04** - Entrada do Parque de Exposições ao lado do Teatro Carlos Gomes.

Fonte: Acervo AHJFS.

Junto com a exposição que se localizava num dos edifícios do Colégio Santo Antônio, no centro da cidade, disponibilizou-se aos moradores da cidade e visitantes um parque de diversões, o “Philadélfia”. O parque tinha a função de chamar ainda mais a atenção do público para a exposição industrial e foi uma grande novidade para os moradores da cidade que, possivelmente, não viam as exposições com a mesma importância e expressividade idealizada pelos organizadores. Entre as diversões do parque estavam a roda-gigante, rumba, montanha-russa, aviões, tiro ao alvo, máquina de força, pavilhões esportivos, máquinas de pipocas, entre outros brinquedos inéditos no cotidiano de muitas pessoas<sup>93</sup>.

Apesar da programação do dia 02 de setembro ter sido cumprida com sucesso, uma figura importante relacionada diversas vezes no livreto de programação não pode comparecer: o Presidente da República, Sr. Eurico Gaspar Dutra. Durante toda a programação já pré-estabelecida, seu nome apareceu nos eventos e atividades, por isso, imaginava-se que ele compareceria para cumprir esses compromissos. O banquete organizado no Teatro Carlos Gomes às 13:00hs especialmente para homenageá-lo, acabou tornando-se um almoço de confraternização.

É importante perceber que tanto o banquete como as cerimônias e atividades das festas envolveram apenas um grupo seleto de pessoas envolvidas em cargos políticos ou voltados para a área comercial e industrial. Isso demonstra o quanto comemorações como esta

<sup>93</sup> DEEKE, Hercílio. Relatório do Presidente da Comissão Central... Op. cit.

“propunham o reconhecimento de uma hierarquia bem definida da sociedade”<sup>94</sup>, nas palavras de Almir Leal de Oliveira, principalmente porque, observando a programação dos festejos, poucas vezes a população da cidade foi convidada a fazer parte.

No banquete oferecido em uma mesa redonda ornamentada com flores, um representante leu para os demais convidados uma carta do presidente em que enfatizava a “(...) merecida homenagem aos pioneiros que ajuntaram ao nosso território esse precioso rincão”. Nesta menção, o presidente não ressalta a procedência dos *pioneiros* e expressa a importância da festa como sendo “(...)uma demonstração de afeto aos *bons brasileiros* que aí realizam os aspectos modelares de uma civilização que nos ufana”<sup>95</sup>. Ele reconhece a civilidade de Blumenau e a sua adaptação às leis promulgadas pelo Estado Novo, lembrando que o trabalho leva à civilização e ao progresso<sup>96</sup>.

Às 15h30m realizou-se a esperada competição de futebol entre o Palmeiras E.C., importante clube da cidade e penta-campeão da Liga Blumenauense de Desportos contra o E.C. Floriano de Novo Hamburgo, vice-campeão do Rio Grande do Sul. O Palmeiras E.C. foi o campeão. Neste período de festejos seria disputada a “Taça do Centenário” e o esporte estava em evidência na cidade, especialmente o futebol. Mas outras provas esportivas foram realizadas como, por exemplo, a ciclística, de atletismo e campeonatos de basquete e vôlei. Os atletas da Liga Blumenauense de Desportos eram destaques naquele ano, preparados fisicamente, estavam ligados à disciplina do esporte e ao comprometimento com alguma atividade física. A importância do esporte na cidade de Blumenau provavelmente estava ligada ao fato de que, durante o Estado Novo, essa mesma solidez, agilidade, harmonia e beleza do corpo eram consideradas garantias de desenvolvimento e progresso ao país, sendo o esporte considerado não apenas uma diversão, mas uma maneira de *revigorar a raça*<sup>97</sup>.

No final da tarde, o governador e o vice-presidente do Brasil, Nereu Ramos, reuniram-se com vereadores, autoridades e “pessoas de destaque”, como menciona Frederico Guilherme Busch Jr. no relatório administrativo de 1950, numa sessão magna na Câmara Municipal. Nessa ocasião, falou-se da história de Blumenau e se lembraram os seus principais fatos, sendo um momento cívico em que se demonstra a legitimação e consagração do passado, bem como a legitimação e a própria ordenação social e política do presente, nas palavras se

---

<sup>94</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. cit., p.283.

<sup>95</sup> DEEKE, Hercílio. Relatório do Presidente da Comissão Central... Op. cit. Grifos meus.

<sup>96</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p.57.

<sup>97</sup> RAMOS, Nereu. Alocução proferida por ocasião da entrega de diplomas à primeira turma de professores de educação física, em 06 de maio de 1939. In: **A obra nacionalizadora do Estado Novo**, 1939. Grifos meus.

Almir Leal de Oliveira<sup>98</sup>. Em seguida, todos se dirigiram até a Praça Hercílio Luz em frente à prefeitura para a inauguração de uma placa com o nome dos 17 primeiros imigrantes. Discursou, nessa oportunidade, Udo Deeke, candidato a governador pelo PSD. Apesar da UDN estar à frente da comissão e administração municipal, o PSD conseguiu bastante espaço nas comemorações do centenário.

À noite encenou-se a ópera “Anita Garibaldi”, cujo autor era José Ferreira da Silva, conhecido escritor da cidade e ex-prefeito. Foi musicada pelo maestro Heinz Geier e executada pela Orquestra Sinfônica da Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes. Ao final deste dia, poucas atividades haviam reunido os moradores da cidade, já que a maioria envolveu autoridades e pessoas de posição política ou mesmo empresarial na cidade. Uma festa para poucos.

No dia 03 de setembro, feriado em todo o Vale do Itajaí, o desfile histórico alusivo ao centenário de fundação foi o argumento utilizado pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau<sup>99</sup> para instituir o fechamento de qualquer estabelecimento comercial ou industrial, não só em Blumenau, mas em todo o Vale do Itajaí já que, até 1930, Blumenau possuía um território muito maior abrangendo grande parte do Vale do Itajaí e que ficou restringido em função dos desmembramentos. Além do desfile, o dia teve poucas atividades. Pela manhã, foi inaugurada a exposição Agro-Pecuária, também organizada pelo Governo do Estado. À noite, um baile de gala realizado no “Carlos Gomes” reuniu novamente um grupo seleto de pessoas.

Foi pela manhã que a cidade ficou repleta de curiosos. As ruas estavam enfeitadas com bandeiras e pórticos. Uma mensagem no alto desses pórticos espalhados pela Rua XV de Novembro expressava o desejo da comissão referente às homenagens: “homenagem ao presidente Eurico Gaspar Dutra”, “homenagem à Pátria”, “homenagem ao Doutor Blumenau”.

O desfile alusivo ao centenário de Blumenau saiu da Rua São Paulo em frente à praça em que está localizado o monumento a Fritz Müller, o botânico que se tornou conhecido internacionalmente por suas observações referentes à fauna e flora da região. Seguiu adiante até a Rua XV de Novembro e percorreu toda a sua extensão. O “préstimo histórico” foi dividido em 32 grupos, sendo que os componentes destes grupos estavam a pé ou em cima de um carro alegórico. Dois carros alegóricos foram adquiridos da sociedade carnavalesca “Tenentes do Diabo”, de Florianópolis, com a ajuda do governo do Estado<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. cit., p.283.

<sup>99</sup> *A Nação*, 01/10/1950.

<sup>100</sup> APESC. Correspondências diversas recebidas ao palácio do governo, jan.-dez. 1949/50, 21/07/1950 – Comissão dos festejos do 1º centenário de Blumenau.



“Às 11h teve início o préstito que comoveu a enorme assistência que completava as ruas 15 de Novembro e São Paulo pela sua orientação e originalidade”<sup>101</sup>. Seis cavaleiros anunciaram o préstito e distribuíram os livretos explicativos com os quais os assistentes poderiam acompanhar o desfile, juntamente com as explicações. O desfile organizado pela Comissão dos Festejos, com a colaboração do 23º Regimento de Infantaria e estabelecimentos de ensino de Blumenau, seguiu uma seqüência linear que narra uma história datada. O livreto do préstito histórico, distribuído antes do desfile para o público, continha informações de cada grupo com algumas considerações e complementações escritas por Frederico Killian<sup>102</sup>. As pessoas teriam, ao assistir o desfile, uma explicação já direcionada do que o grupo queria representar. Desta forma, haveria uma tentativa de evitar diferentes leituras daquilo que passava pelos olhos dos espectadores. Aquela deveria ser a história de Blumenau e foi aquela história que se passou pelos 50 anos que se seguiram, até o sesquicentenário.



**Fig. 05** - *Passagem de um carro alegórico em homenagem ao Doutor Blumenau.*

Fonte: Acervo AHJFS.

Do alto das casas, nas sacadas, muitos tinham uma visão melhor e acompanharam com suas bandeirinhas a passagem do desfile que tentava caracterizar o desenvolvimento da cidade. Em seguida, a bandeira nacional ocupou lugar de destaque: “o início é brasileiro!”<sup>103</sup>,

<sup>101</sup> *A Nação*, 05/09/1950.

<sup>102</sup> Escrivão de órfãos e ausentes e feitos da Fazenda.

<sup>103</sup> Numa referência que Janine Gomes da Silva faz ao início do desfile do centenário de Joinville, em 1951. SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2004, p.139.

referência que Janine Gomes da Silva faz ao desfile do centenário de Joinville e que pode ser pensada no desfile de Blumenau. Joinville, que também sofreu as represálias da nacionalização, festejou seu centenário em 1951, fundamentado em ideais semelhantes às comemorações de Blumenau. O desfile alusivo foi movido pela idéia de “(...) sustentar uma identificação com o passado do imigrante e forjar uma identificação com um futuro moderno de progresso econômico”<sup>104</sup>. Ou seja, tanto em Blumenau como em Joinville pretendia-se esquecer e fortalecer outras imagens baseadas em fragmentos escolhidos de um passado. Essa fase de reerguimento, tanto da vida política quanto econômica e cultural, não era exclusiva apenas de Blumenau.

Em seguida, um grupo de alunos de escolas particulares carregou as letras que formavam “Centenário de Blumenau”. O quarto grupo tinha seis cavaleiros trazendo a bandeira do centenário. Após essa introdução iniciou-se o prelúdio, o período anterior à fundação. Durante todo o desfile, os participantes dos grupos faziam uma participação enquanto atores. Naquele momento, precisavam recriar práticas que fossem consideradas “típicas” da cidade, especialmente em relação ao cotidiano da antiga Colônia.

Doutor Blumenau chegou em sua canoa “cortando as águas mansas do rio Itajaí”<sup>105</sup>, no ano de 1848. O desfile teve início com uma figura específica, o próprio fundador que teria “iniciado” a história do município. Após, a representação do veleiro “Christian Mathias Schroeder”, trazendo os primeiros imigrantes, faz-se a introdução do grande acontecimento, a fundação de Blumenau, em 02 de setembro de 1850. Em cima de uma balsa improvisada, chegaram os 17 imigrantes. No livreto, expõem-se os nomes, idades e profissões, que normalmente estavam ligados a atividades manuais como carpinteiro, marceneiro, lavrador, ferreiro. Observando o desfile percebe-se que estas mesmas profissões fizeram parte de um passado colonial. O “colono” já não fazia parte do presente. Tudo que se expôs a respeito da vida colonial era visto no passado como se não existissem diversos grupos que vivessem em condições similares na região.

O oitavo grupo era composto pelos indígenas “até então donos desta terra, simbolizando os perigos que a mata virgem apresentava aos novos habitantes na sua obra de colonização”<sup>106</sup>. O hino do centenário já esclarecia que as terras do Vale do Itajaí não teriam “donos”, eram apenas os chamados índios “bugres” que ocupavam grande parte do território. Transformar os indígenas em “selvagens” era um recurso para reconhecer nos pioneiros a

---

<sup>104</sup> Idem, p.155.

<sup>105</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Préstito histórico**. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. Coleção de dossiê, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9. Préstito histórico.

<sup>106</sup> Idem.

coragem e força para enfrentá-los. A descrição das primeiras casas dos colonos no nono grupo procurou mostrar o grande avanço trazido pelos imigrantes para a região. Depois dos índios seminômades, aparecem os europeus sedentários. Com essa mesma idéia de contínuo progresso e desenvolvimento, iniciaram a descrição de todas as atividades que poderiam legitimar a presença dos europeus na região, como símbolos do trabalho e de uma ocupação territorial legitimada porque era considerada produtiva.

Mostrou-se o serrador cortando a madeira para a construção, as primeiras oficinas, os primeiros meios de locomoção como os carros de boi e as primitivas carroças com produtos da colônia, o engenho de açúcar, entre outros. Essa paisagem antes “intocada” pelas mãos do homem e do trabalho era agora a materialização de uma nova era de desenvolvimento. O desfile seguiu uma linha cronológica e os mesmos princípios da exposição do Vale do Itajaí, mostrar através de blocos as características econômicas, culturais e sociais da região. Estes contextos pré-concebidos teriam a função de organizar o passado e defini-lo, fechando as portas para o observador analisá-lo com outra perspectiva.



**Fig. 06** - Carro representando a primeira escola da cidade.

Fonte: Acervo AHJFS.

No 14<sup>a</sup> carro mostrou-se a primeira escola, com crianças sentadas em frente ao professor expressando a educação e disciplina na escola. Uma escola que antes ensinava em língua alemã e que fora alvo de discriminação no Estado Novo. O lazer ficou restrito às festas de atiradores. Poderíamos estranhar essa referência ao lazer já que os clubes de caça e tiro eram tidos como espaços de conspiração entre os teuto-brasileiros, durante a nacionalização.

Num documento militar de 1947 enfatizou-se que “fácil é verificar o perigo que representava as referidas agremiações, que reuniam homens e mulheres sob um comando único”<sup>107</sup>.

Neste novo momento e em tempos de festa e de “esquecimentos”, a prática do tiro passou a ser vista de forma útil na defesa nacional. Em ofício dirigido ao governador do Estado pela secretaria de segurança pública, em dezembro de 1950 a respeito da pequena quantidade de munições concedidas aos clubes de caça e tiro, aponta-se a necessidade de disponibilizar mais munições. O argumento utilizado era fundamentado na idéia de que o “(...) o desporto de tiro e caça tem um alto sentido patriótico, qual seja o de formar homens fortes e exímios atiradores, proporcionando (...) ao Exército, elementos selecionados para a sua reserva”<sup>108</sup>. Não é por acaso que os clubes de caça e tiro foram também tradicionalizados como a principal forma de lazer de Blumenau. Eles eram agora representados como defensores da nação, numa apropriação do discurso do Estado Novo.

O casamento na antiga colônia, representado no 16º grupo, apontava a formação de novas famílias e a reafirmação dos laços com o Brasil já que os filhos nascidos desse matrimônio seriam brasileiros. Esses mesmos filhos teriam servido os interesses do país, seguindo o exemplo dos voluntários blumenauenses na Guerra do Paraguai, tema do 17º grupo, que procurou mostrar o patriotismo existente já em 1865 na região. O grupo quis representar no desfile que “aqueles alemães, mesmo não tendo nascido em solo brasileiro, não hesitam em oferecer a sua vida”<sup>109</sup>. Entretanto, desde 1860 a Colônia passou a fazer parte do domínio Imperial, ou seja, este voluntariado de 67 homens dos quase 1.000 habitantes da Colônia não era um fato recorrente apenas do sentimento de “brasilidade” idealizado.

Relembrou-se, logo após, o início da colonização italiana, mostrando como o desenvolvimento da região se estendeu para outras regiões, tais como Rodeio, Ascurra, Rio dos Cedros, entre outras, com a chegada desses imigrantes. No 19º grupo, evidenciou-se a construção das igrejas católica e evangélica em 1877. Entre um grupo e outro se seguiram as homenagens; a primeira foi a D. Pedro II que recebeu naquela ocasião um busto em sua homenagem por ter concedido para a Colônia alguns benefícios após 1860, como por exemplo, as duas igrejas, a primeira escola, estradas, pontilhões e auxílio aos colonos, concessões estas que teriam sido retribuídas com a dedicação de voluntários para os serviços militares. Em 1950 procurou-se acentuar os laços criados entre o governo brasileiro e a Blumenau Colônia.

---

<sup>107</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. Op. cit., p.41.

<sup>108</sup> APESC. Ofício da Secretaria de Segurança Pública para o Governador do Estado. Of. nº. 2603/SOAS/CGP, 06/12/1950, p.189.

<sup>109</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Préstito histórico...** Op. cit., p.07.

Primeiramente vinculando os moradores da Colônia a Guerra do Paraguai materializando-se na inauguração de um busto a D. Pedro II.

No 21º grupo, lembrou-se a fundação da primeira fábrica de tecelagem em 1879 e, para completar o início dessa industrialização, foi apresentado o vapor “Progresso”. O vapor fazia a transação comercial do porto de Blumenau até o porto de Itajaí. Outro pioneirismo lembrado no desfile foi a impressão do primeiro jornal, o *Blumenauer Zeitung* (Jornal de Blumenau). No 24º grupo, salientaram a criação do município em 1880 e a instalação de sua primeira câmara municipal em 1883 como o ápice de todo esse desenvolvimento.

O Governo do Estado, tendo à sua frente Aderbal Ramos da Silva, considerado no livreto do desfile um “sincero amigo de Blumenau”<sup>110</sup>, faz, no 25º grupo, uma homenagem ao Vale do Itajaí. Mais dois bustos foram inaugurados nestes festejos no dia 04 de setembro, mas que ganhavam destaque no desfile no 27º grupo, intitulado “homenagem aos vultos do progresso de Blumenau”. Um deles foi de Curt Hering, industrial e representante político da primeira república e que havia falecido recentemente, em 1948, considerado o “verdadeiro cérebro que idealizou o progresso desta região”<sup>111</sup>, segundo a revista *O Vale do Itajaí*. O apoio das publicações locais na perpetuação da imagem de Curt Hering mostrava os interesses políticos junto a esse personagem visto que a família Hering era influente na região e idealizadora de uma imagem modelo, já que, como o Doutor Blumenau, este industrial estava relacionado a muitas das obras de grande proporção na cidade e estava ligado a organizações sociais e clubes importantes.

Outro nome considerado um “vulto do progresso de Blumenau” foi o do Coronel Pedro Christiano Feddersen<sup>112</sup>. Diferente de Curt Hering, ele não nasceu no Brasil, mas foi figura política da primeira república, deputado sete vezes e esteve à frente da idealização da Empresa Força e Luz Santa Catarina e da Estrada de Ferro Santa Catarina, o que deu a ele todo esse respaldo, mesmo sendo um representante estrangeiro na cidade<sup>113</sup>. Os bustos foram confeccionados pela fundição da Empresa Industrial Garcia que, em maio de 1950, anunciou a doação dos mesmos à cidade; uma maneira de ganhar novamente credibilidade junto à municipalidade depois da greve, ocorrida em fevereiro e março, na indústria<sup>114</sup>. Juntamente com estes bustos, encontravam-se nomeados no livreto do préstito, na seção “Vultos do Progresso”, outros homens ligados à política e possivelmente criteriosamente escolhidos com finali-

---

<sup>110</sup> Idem, p.09.

<sup>111</sup> Curt Hering, *O Vale do Itajaí*. Blumenau, nº. 46, jan./1949.

<sup>112</sup> Sobre isso ver: FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem... Op. cit., p.121-122.

<sup>113</sup> Coronel Pedro Christiano Feddersen. *O Vale do Itajaí*. Blumenau, nº. 64, set./1950.

<sup>114</sup> Centenário de Blumenau. *A Nação*, 10/05/1950.

dades específicas. Maria Izilda Carvalho em seu trabalho demonstra que esse princípio de gratidão, junto a figuras consideradas vitoriosas e idealizadas como heróis, estabelece simbolicamente uma linearidade da história de forma a organizar a memória nacional<sup>115</sup>.

O Governo do Estado de Santa Catarina também homenageou o Vale do Itajaí, destacando a indústria e o comércio. A produção agrícola foi suprimida do desfile, desconsiderando-se a sua importância para a economia local. A 1ª Guerra Mundial teve uma importância muito expressiva para o desenvolvimento industrial. Durante e após a 1ª Guerra Mundial exportava-se banha, manteiga, arroz, madeira e fécula para Rio de Janeiro e São Paulo e, na década de 20, a economia continuava essencialmente agrícola sendo esta a “mais rica (...) do Estado, em processo acelerado de comercialização”<sup>116</sup>. Mas, foi no mesmo período e também na década de 30 que muitas fábricas apareceram na cidade. A década de 40 mostra, portanto, um outro panorama da cidade. Com a 2ª Guerra, as indústrias cresceram e se expandiram, trazendo do campo muitos trabalhadores para suprir as demandas das fábricas. O gráfico abaixo pode demonstrar um pouco das significativas mudanças presenciadas na década de 40<sup>117</sup>:

População/atividades	1940		1950	
População total	41.178	Trabalhadores envolvidos	48.108	Trabalhadores envolvidos
População ativa	15.352 (37%)		19.391 (40%)	
Agricultura e pecuária	7.416	48,4%	3.916	20,4%
Indústria de transformação	4.186	27,4%	7.809	40,6%
Comércio de mercadorias	1.051	6,9%	1.452	7,6%
Serviço	850	5,5%	2.480	12,9%

Fonte: SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p.131

A tabela demonstra uma mudança significativa de ramos de trabalhos. Blumenau, em 1950, apresenta-se mais urbanizada, visto que há uma grande elevação do número de trabalhadores na área de prestação de serviços. É importante ressaltar que em 1948 a cidade de Pomerode se emancipou mudando o quadro populacional e econômico da região. Entretanto, o valor em CR\$ da produção agrícola não perde em muitos números para a produção industri-

<sup>115</sup> SOARES, Mariza de Carvalho..., Op. cit., p.191.

<sup>116</sup> Com a queda das importações em função da carência de fornecimento estrangeiro, foi necessário produzir, dentro do país, os materiais necessários para a fabricação dos produtos. Com isso, as indústrias expandiram-se muito. SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1968, p.126.

<sup>117</sup> Idem, p. 121-131.

al como demonstrado no ano de 1948: a agrícola com Cr\$ 293.993.280,00 e a industrial com Cr\$ 312.470.902,20<sup>118</sup>.

Entretanto, a economia estava, no momento dos festejos, relacionada às grandes indústrias. A imagem de uma cidade agrícola e rural fazia parte do passado. Pretendia-se mostrar o quanto aqueles industriais teriam feito pelo país durante as guerras e como o empreendedorismo destes tornava a homenagem justificável. Além do mais, quando se falava das indústrias, trazia-se junto com ela a idéia de força de trabalho, capacidade de trabalho de seus operários e operárias e da população em geral. Mas, estes não participaram da história de Blumenau apresentada no desfile.

Ao final do desfile, circularam os carros dos velhos colonizadores em que estavam a filha e a neta de Hermann Blumenau, numa tentativa de recobrar a união tida com a família do fundador, o qual fora dispensado de suas funções na cidade com a conseqüente dissolução da diretoria da Colônia em 1882, já que após a instalação de uma Câmara Municipal, instituiu-se, em 1883, o município de Blumenau. Essa ligação com o passado colonizador, através de familiares do fundador, é um momento expressivo na reconstituição da história de Blumenau iniciada por ele.

Isso se materializou no carro da mocidade, em que estes jovens solenemente prometeriam “seguir o caminho traçado pelo Doutor Hermann Blumenau”<sup>119</sup>. Finalizando o desfile, o escudo de Blumenau poderia ser entendido como uma assinatura da cidade num documento expressando seu patriotismo e brasilidade. Mostrou-se no escudo, primeiramente, os símbolos relacionados às regiões de procedência dos primeiros colonos e a parte central foi utilizada para recordar a “fusão teuto-brasileira pela conjugação das peças heráldicas germânicas com outras pertencentes às armas do Brasil e do Estado de Santa Catarina”<sup>120</sup>. Existe no brasão uma roda de engrenagem que recorda a indústria blumenauense, mais uma vez idealizando o progresso da cidade em função da produção industrial. O jornal *A Nação* enfatiza que no desfile

[a] história de Blumenau foi *fielmente reproduzida* nos carros alegóricos. Os veículos muito bem preparados traziam figurantes com trajes típicos das diversas épocas que representavam, fornecendo uma idéia bastante *real* do que foi Blumenau desde sua colonização até os dias de hoje. O *povo aplaudia* delirantemente os carros e grupos em desfile sem exceção. Os comentários a respeito foram os mais lisonjeiros possíveis (...) cerca de 10.000 pessoas assistiram a esse desfile<sup>121</sup>.

<sup>118</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Programa...** Op. cit.

<sup>119</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Préstito histórico...** Op. cit.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> *A Nação*, 05/09/1950. Grifos meus.

A história “real” e “fielmente” reproduzida de Blumenau, aplaudida pelos blumenauenses era uma história que o jornal *A Nação* e os grupos políticos, por ele representados, desejavam. O desfile foi idealizado de maneira a ser entendido como um texto. Entretanto, esse texto está “(...) emaranhado em seu contexto histórico e social”<sup>122</sup>, como expõe Mary Ryan ao discutir as paradas norte-americanas. O impacto que se quis causar com a presentificação do passado, nessas inúmeras simbologias encontradas em todo o desfile, procurou mostrar o grau de progresso e adiantamento encontrado na cidade e o grau de responsabilidade e competência de seus idealizadores e construtores. Por isso, o desfile encobriu muitas coisas que não eram compatíveis com o momento vivido, por firmar-se na idéia de contar uma história e dar os créditos finais, mostrar o começo, o meio e o fim. Dá-se a impressão, como afirma Marilena Chauí, que a história é “uma opacidade enfim decifrada e compreendida para que não se repita”<sup>123</sup>.

Após o desfile pela Rua 15 de Novembro, as atrações voltaram-se para a abertura da Exposição Industrial. O empreendimento era considerado a maior atração do centenário, já que mostraria a “prova latente do elevado valor econômico da nossa comuna e um testemunho eloqüente do labor e do espírito progressista de seu povo”<sup>124</sup>. A exposição era um monumento da economia blumenauense a ser admirado, uma maneira de canalizar os olhos dos visitantes para assimilarem essa imagem desejada. Os membros da comissão eram os mais interessados nesta exposição, já que a maioria estava ligada a alguma destas indústrias.

Além do desfile, um outro importante veículo para esse trabalho de reinterpretação da história foi o “Livro do Centenário”<sup>125</sup>. Com artigos diversos assinados por diferentes pessoas, o livro se estende em algumas questões. A agricultura e a pecuária, as enchentes do Vale do Itajaí, as obras assistenciais e outras atividades de lazer da cidade são mencionadas. Contudo, somam uma pequena parcela. Os outros 29 artigos relatam mais ou menos o que presenciou-se no desfile, porém, com mais referências nominais. No livro, encontra-se um índice onomástico em que podemos encontrar informações de “blumenauenses ilustres”, título, inclusive, de um dos artigos, relatando uma pequena biografia de cada um deles. Dos 31 nomes apenas um era de uma mulher, Elsbeth Koehler, ligada à igreja luterana da cidade, e os outros

---

<sup>122</sup> RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.180.

<sup>123</sup><sup>123</sup> CHAUÍ, Marilena. O que comemorar?. *Projeto História*. São Paulo, n.º.20, abr.2000.

<sup>124</sup> DEEKE, Hercílio. Relatório do Presidente da Comissão Central... Op. cit.

<sup>125</sup> *Centenário de Blumenau*. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.



eram de pessoas ligadas a representantes políticos, industriais, religiosos e também ligadas à educação.

A comissão do centenário comprometeu-se não com a cidade de Blumenau, propriamente, ou com os festejos do centenário para a população da cidade, mas encontrou na festividade a expressão de suas pretensões políticas com as eleições de 1950, e registrou naquele presente as oportunidades com o futuro. Foi pelo viés da “superioridade” e do “adiantamento” que Blumenau se apresentou nos festejos. Uma “superioridade” que teria sido proveniente do alemão e teuto-brasileiro, da sua coragem, bravura, vontade de trabalhar, e o adiantamento alcançado com essas “virtudes”. Com a ênfase nas iniciativas próprias (pioneirismo), relacionadas com o futuro da economia nacional, a festa do centenário adquiriu, contudo, um sentido de comprometimento com o Brasil. Com os festejos, as oportunidades de estabelecer um vínculo com um passado de vitórias e conquistas era uma maneira de propagandear positivamente a cidade, tanto no sentido de trazer novos recursos para a dinamização da indústria e do comércio como para explorar os recursos turísticos. O ciclo se fecha com os “frutos” da colonização de Doutor Blumenau, os jovens, que deveriam seguir a partir daquele momento e sempre os ideais do fundador. Através do desfile, percebe-se, como afirma Rita de Cássia Amaral o quanto o sentido da festa “é ritual, divertimento e ação política ao mesmo tempo”<sup>126</sup>.

### 3 – Personagens (in) visíveis

As comemorações abrem espaço para percebermos dissonâncias entre as sociedades e suas festividades comemorativas, como no ano de 1950 em Blumenau. O que foi apresentado nos festejos suprimiu grande parte de outras realidades que nem poderíamos dar conta com a pesquisa proposta. Nos dias de hoje, pouco sabemos a respeito do que não foi dito nos festejos que implicariam em muitos “não ditos” da história da cidade. Por exemplo, a citação colocada a seguir nos parece bastante atual, fala de uma favela de Blumenau e de sua relação com as favelas cariocas. Contudo, essa descrição remonta mais de 50 anos da história de Blumenau e que desapareceu no “ano do centenário de Blumenau”:

Miniatura das favelas cariocas é chocante observar a vida daquelas centenas de famílias desfavorecidas da sorte, *habitando em promiscuidade* com animais caseiros, as *choças* construídas com caixões velhos e latas vazias. Homens que devido a deficiência da nossa

---

<sup>126</sup> AMARAL, Rita de Cássia. Cidade em festa: o povo-de-santo (e outros povos) comemoram em São Paulo. In: TORRES, Lilian de Lucca (org.). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: UDUSP; FAPESP, 1996, p.260.

organização de assistência social não puderam ser educados no *amor ao trabalho*. Mulheres esquiladas, carregadas de *filhos subnutridos*, aproveitam os dias de sol para aquecerem-se às portas das suas choças. Outras, conformadas com a vida que levam e com o ambiente que vivem, cantarolam acoradas sobre as pedras do rio, lavando as roupas que lhes são confiadas pelas famílias da cidade. *Crianças seminuas* correm por entre os casebres, refastelando-se na poeira do chão de terra batida, trazendo em suas faces o estigma do futuro que lhes aguarda e com a sombra da *miséria* estampada em seus olhos<sup>127</sup>.

Num artigo publicado, em novembro de 1949, no jornal *O Lume*, o redator procurava mostrar um fato em Blumenau: a favela Farroupilha. Essa reportagem se insere numa campanha estimulada pelo Rotary Clube de Blumenau e fora apoiada pela Prefeitura Municipal de Blumenau para a extinção dessa favela. Como o jornal, dirigido por Honorato Tomelin, fazia oposição ao governo municipal<sup>128</sup>, as críticas viriam ao encontro da precariedade da assistência social no município, denunciando a mesma ao detalharem a realidade da favela numa descrição carregada de valores morais. Na defesa dos moradores da favela, o redator estimulava os leitores a apoiarem a campanha de extinção da favela, no final de 1948. A principal pretensão da campanha “Pró-extinção da Farroupilha” era deslocar as famílias para outro lugar, evitar a proliferação da favela e “limpar” a paisagem do centro da cidade.

No “morro da caixa d’água” (nas proximidades do prédio da prefeitura atual), como é conhecido o local antigo da favela, muitos migrantes chegaram, no final da década de 20, para trabalharem na construção da ponte da Estrada de Ferro Santa Catarina sobre o rio Itajaí-Açu, e que faria ligação com o litoral. Muitas famílias permaneceram no local, mesmo após as obras concluídas. Já em 1946, a favela era pauta de discussão, especialmente, por não representar o espírito progressista que se queria apresentar. Hernani Porto fez um apelo no jornal *A Nação*, em 1946: “Principalmente, para o bem de Blumenau e para o bem do Brasil, construamos a felicidade destes 451 pobres coitados, que, de fato, neste instante, representam um grandíssimo zero na vida progressista da cidade”<sup>129</sup>.

O interesse pela melhoria das condições de vida dessas pessoas confunde-se com o desejo de ver este cenário “amoral” fora das vistas do centro da cidade. Isso se confirma no artigo, “Blumenau sem grandezas”, em que redator coloca as estatísticas da favela:

Na Farroupilha existem 91 *moçambos*, onde vivem ansiosos do mundo melhor 451 brasileiros; do sexo masculino, 225, do sexo feminino, 226, inclusive, 191 crianças. Analfabetos na totalidade. 85 é o número de casais, no entanto, casados civil e religiosamente, somente cinco, no civil, unicamente 10, no religioso, 45 e amancebados, 25. Os que traba-

<sup>127</sup> Desaparecerá a Farroupilha. *O Lume*, 06/11/1949. Grifos meus.

<sup>128</sup> A administração municipal tinha à frente, Frederico Guilherme Busch Jr. da UDN (União Democrática Nacional).

<sup>129</sup> PORTO, Hernani. *Blumenau sem grandezas*. *A Nação*, 07/12/1946.

lham fazem-no a domicílio e é ainda a estatística que nos aponta 114 homens e 42 mulheres. Vê-se aí que os que não trabalham somam mais. Levam sua vida entre pinga e o violão, metem-se, não rara, pela noite à dentro, sem ligar o dia seguinte. Pra que trabalhar? (...) Os inválidos (contam-se sete) se queixam desesperançados, de seus males (...). Assim é a Farroupilha, sem tirar nem por <sup>130</sup>.

O redator do artigo utiliza-se do argumento do trabalho para legitimar a sua opinião acerca daquelas pessoas. Existe uma diferenciação social pautada na valorização do trabalho e na própria formação familiar, já que ele tem a preocupação de colocar os dados estatísticos referentes a estado civil, educação e, principalmente, de produtividade no trabalho. Durante a campanha, o proprietário das terras do morro solicitou à Câmara de Vereadores uma abertura de crédito que recebeu decisão favorável em março de 1950<sup>131</sup>: “Ontem foi iniciado o despejo dos moradores da Farroupilha sendo seus casebres desmontados e transportados em caminhão da Prefeitura para o Beco Araranguá<sup>132</sup> onde poderão reconstruí-los se assim lhes aprouver” <sup>133</sup>. Não eram as melhorias das condições de vida daquelas famílias que estava em questão, mas a retirada de um crescente problema nas vésperas do centenário de fundação de Blumenau que aconteceria em setembro de 1950.



**Fig. 07** - Vista da favela na década de 40 ao lado da ponte metálica.

Fonte: Acervo AHJFS.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Ofício de Roberto Beier, encaminhado a Câmara Municipal de Blumenau em 12/09/1949. Acervo particular de Niels Deeke; Ofício da Comissão de Finanças, orçamento e contas do município para o Presidente da Câmara Municipal de Blumenau. Blumenau, 20/09/1940. Acervo particular de Niels Deeke. *Apud*: FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória... Op. cit., p.128.

<sup>132</sup> Evemara Faustino, atual moradora da Rua Araranguá, fez um trabalho que procurou desmistificar os estereótipos do conhecido “beco”, conhecido pela “pobreza” e o “perigo”. Ver: FAUSTINO, Evemara. Rua Araranguá: memória e origem. *Blumenau em Cadernos*, n°. 11/12, nov./dez.2002, t.XVIII.

<sup>133</sup> Iniciado ontem o despejo dos moradores da “Farroupilha”: doado um terreno aos favelados para a mudança de seus barracos. *A Nação*, 15/03/1950.



**Fig. 08** - *Favela Farroupilha na década de 40.*

Fonte: Acervo AHJFS.

Esta campanha se insere num contexto de afirmação de uma imagem forçada da cidade que se revelava no bem-estar da sua população, na educação das crianças, na conduta moral das mulheres e, especialmente, no amor ao trabalho. Foi passando por cima do que destoava dessa imagem que a favela foi suprimida da paisagem central da cidade. Contudo, os moradores da favela não foram os únicos a “desaparecer”. Havia a necessidade de reformar todo o centro urbano em que aconteceriam os festejos e fazer “desaparecer” a imagem de cidade pequena e rural. Preconcebia-se que:

O progresso de uma cidade é refletido aos olhos do alienígena pelo aspecto das suas ruas, do estado de conservação das calçadas, muros e, principalmente, pela arquitetura dos seus edifícios. Ora, se desejarmos apenas mostrar aos que nos visitam o adiantamento e as potencialidades do nosso parque industrial e o progresso verificado em outros setores econômicos, deixando à mostra as mazelas da cidade, o efeito dessas servirá unicamente para brilho daquelas<sup>134</sup>.

Quando os organizadores da festa e os críticos encontraram na desorganização e na sujeira problemas na concretização dessa auto-imagem de progresso e adiantamento, os problemas com o aspecto físico do centro da cidade tornaram-se foco de atenção. Iniciou-se, então, uma campanha para desmoralizar os comerciantes da região, com o intuito de estimulá-los a contribuírem para o centenário. Os proprietários de terrenos e edifícios descuidados foram colocados a público pelos periodistas, sendo, por isso, criticados nos jornais pelo seu descaso e, constantemente, avaliados por estes observadores:

---

<sup>134</sup> Deve o aformoseamento da cidade marchar paralelamente com os demais preparativos para o nosso centenário. *O Lume*, 12/06/1950.

Trata-se de terreno sito à Rua 15 de Novembro entre a Casa Ideal e Ponto Chic, no qual existe uma cerca de tábuas sujas à guiza de muro. (...) Seria interessante que as nossas autoridades permitissem aos proprietários do terreno, uma vez que os mesmos não possam edificá-lo definitivamente, a construção de uma parede de material em continuação a existente no café Ponto Chiq, na parte contínua ao referido terreno<sup>135</sup>.

Ao mesmo tempo em que procuravam forçar os proprietários de estabelecimentos comerciais a tomarem iniciativas de reformas, aproveitavam a oportunidade para lançarem críticas à administração municipal que deveria dar suporte financeiro a muitas outras obras urbanas, como o calçamento de ruas, por exemplo. Ainda assim, os proprietários particulares eram firmemente responsabilizados pela feiúra do centro da cidade.

Naquele momento a Blumenau “moderna” possuía uma única via calçada que era a Rua 15 de Novembro, a qual ainda teria alguns problemas que Osias Guimarães discutiu, em 1947, em sua revista *O Vale do Itajaí*. O lixo e o capim beirando a via pública, bem como a poeira das ruas transversais eram um problema<sup>136</sup>. Além disso, com as comemorações do centenário, o problema da falta de hotéis causou intensas discussões. Ele expõe as condições em que se estavam os hotéis da cidade: “Os edifícios são velhos, as separações de madeira, não existe água corrente nos quartos e o preço é de arrepiar”<sup>137</sup>. Já, o visitante Arthur Nogueira faz a identificação do hotel em que ficou hospedado, chamando não só esse, o Hotel Elite, como os outros de antiquados porque possuíam “(...) lavatórios com bacias de louças nos quartos ao invés de água corrente, mobílias jocosas e desconfortáveis e péssimas instalações sanitárias”<sup>138</sup>. Com esse exemplo, ele toma a liberdade de enfatizar que os blumenauenses, ainda em 1947, viviam no tempo dos antigos colonizadores, já que tinham noções pouco avançadas de conforto e bem estar.

Ou seja, toda essa *modernidade, prosperidade e desenvolvimento* eram extremamente recentes e forjados para o momento do centenário. Uma festa como esta é um “evento (...) construído para ser a divisão entre dois pólos: de um lado o passado que o torna legítimo, de outro o futuro que se insinua e, portanto, também, o legitima”<sup>139</sup>. O centenário de Blumenau seria essa divisão de pólos, contudo, a cidade que todos conheciam até aquele momento

<sup>135</sup> O Nosso Centenário. *O Lume*, 13/11/1949.

<sup>136</sup> Queixas e reclamações. *O Vale do Itajaí*, mai./1947, n.º. 25/26, ano III. Três vias públicas estavam em obras: a Alameda Duque de Caxias que ligava a Rua 15 de Novembro a um amplo conjunto residencial seria reurbanizada, a Rua Sete de Setembro, uma segunda opção para retirar o fluxo da Rua 15, e a Rua São Paulo que ligava o centro até mais ou menos a saída da cidade, era o local em que se iniciaria o desfile de comemoração ao centenário.

<sup>137</sup> Queixas e reclamações. *O Vale do Itajaí*, 31/07/1947, n.º. 22, ano III. Para resolver esse problema foi construído, naquele ano, o Hotel Rex, e pessoas hospedaram visitantes em suas casas, bem como, foi construído um alojamento para receber outros visitantes.

<sup>138</sup> NOGUEIRA, Rui Alencar. Op. cit., p.46.

<sup>139</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. Op. cit., p.303.

não condizia com essa perspectiva de modernidade idealizada. Era necessário que esse passado fosse coerente com o presente, e se o presente era de progresso, o que não compartilhava dessas características era obrigado a se “reformatar”.

## II

### **Fazer ou não fazer greve: eis a questão!** O movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia

#### **1 – Greve! Operários de braços cruzados!**

No ano de 1950, costumeiramente intitulado pelos periódicos locais de “ano do centenário”, os trabalhadores da cidade foram apropriados como a força de um progresso que se inseria numa perspectiva nacionalizadora de desenvolvimento. Juntamente com a imagem constituída da cidade, a imagem constituída dos operários foi bastante determinista. Porém, neste mesmo ano comemorativo, os jornais não conseguiram encobrir uma outra notícia. Em 15 de fevereiro de 1950, os trabalhadores da “Empresa Industrial Garcia” paralisaram seus serviços. Era greve! Nesta indústria, cerca de 1.400 operários ficaram fora de seus serviços. Dois dias depois, os operários e operárias da “Fábrica de Gazes Medicinais Cremer” e “Empresa Gráfica Catarinense” aderiram ao movimento, como também o fizeram a “Fábrica de Chapéus Nelsa” e a “Algotex” na semana seguinte. Juntos, somavam-se 1.700 trabalhadores, mais ou menos 23% dos operários da cidade (na indústria de transformação somavam-se 7.809 pessoas) que não estavam trabalhando<sup>140</sup>.

Com isso, surgem as indagações sobre quem seriam esses “operários satisfeitos” e o que seria essa “ausência de questões trabalhistas”. A greve vem “tornar visível e pública as condições de trabalho e vida”<sup>141</sup> dos operários e que não condiziam com o que se falava delas. Os festejos do centenário contribuíram para evidenciar ainda mais as tensões no mundo do trabalho, na tentativa de encobri-lo através da idéia dos “trabalhadores de fato”<sup>142</sup>. Pensando que “a festa é um momento em que se estabelece uma rotina excepcional em que certas cate-

<sup>140</sup> IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**. 1950, p.72-73.

<sup>141</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d, p.97.

<sup>142</sup> Blumenau que nós conhecemos. *O Lume*, 06/11/1949.

gorias sociais dizem (...) às demais categorias sociais, como deve funcionar a organização social”, imaginamos que estas também “às vezes são forçadas a ouvir a resposta”<sup>143</sup>. As greves ocorridas nas indústrias, ainda em fevereiro de 1950, sugeriram uma resposta às pretensões dos patrões que, envoltos num discurso assistencialista, encobriam o que havia por trás dele, a exploração dos operários.

Lofego reflete, ao final de seu artigo, os objetivos atingidos pela comissão de festas que glorificou o paulista no centenário de São Paulo: “mas quem eram esses paulistas”<sup>144</sup>? E quem eram esses blumenauenses (nascidos ou moradores)? Eles se reconheciam naquilo que foi imaginado, nessa imagem? A análise da greve, em especial da Empresa Industrial Garcia, indica que os operários não faziam parte da imagem de trabalhadores conformados com a situação em que viviam trabalhando em prol da economia do município e do Brasil. São muitas outras imagens que podemos encontrar nesse mundo de trabalho.

No dia 15 de fevereiro de 1950, a greve dos operários da Empresa Industrial Garcia teve início. A turma do 3º turno que começava a trabalhar às 22h parou em frente ao portão da fábrica antes mesmo de entrar para o trabalho em sinal de protesto. As articulações da greve são desconhecidas pela falta de informações, entretanto, D. Inge recorda que em uma reunião do sindicato “chamaram todos e me mandaram também naquela reunião, que o Stodieck já estava dando carne e não sei o que (...) tudo muito mais em conta, e por causa do salário muitos reclamavam né”<sup>145</sup>. Essa reunião procurava evitar uma greve e indica que ela estava na eminência de acontecer. A reunião não causou o efeito esperado entre os trabalhadores e a greve acabou tendo início.

O senhor Alfredo Iten, mestre de fiação, disse já ter conhecimento do encaminhamento da greve e por isso deslocou-se até a fábrica porque tinha medo de possíveis danos provocados pelos grevistas nas máquinas<sup>146</sup>. Esse receio não era ocasional. Uma das maneiras dos operários demonstrarem que estavam insatisfeitos era através dos pequenos prejuízos às máquinas da empresa. Como ele considerava-se responsável por este maquinário importado e imprescindível para o trabalho, conta que dormiu em meio ao algodão, saindo depois pelos

---

<sup>143</sup> ALMEIDA, Jaime de. A festa como objeto da história: o problema das fontes. In: Separata dos anais do IV Encontro de História. UNESP. Franca, 1982, p.14.

<sup>144</sup> LOFEGO, Silvio Luiz. Op. cit., p.314.

<sup>145</sup> HÄRBE, Ingerborg. **Ingeborg Härbe**: depoimento [mai.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

<sup>146</sup> ITEN, Alfredo. **Alfredo Iten**: depoimento [mai.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.



fundos quando percebeu que as máquinas estariam seguras<sup>147</sup>. Sem lembrar-se de muitos detalhes da greve, o senhor Alfredo acha graça quando informado que o jornal *A Nação* noticiou que ele teria<sup>147</sup> sido mantido preso no interior da fábrica. Apesar de sua função como mestre, afirmou brevemente que concordava com as reivindicações dos operários.

Na quinta-feira pela manhã, dia 16 de fevereiro, às 6h, os operários que entrariam para o 1º turno depararam-se com um grupo de empregados em frente ao portão. Nesse grupo estava o senhor Gerhard que pretendia cumprir seu horário de trabalho, bem como honrar a confiança depositada nele na nova função que exercia há pouco tempo no departamento de salários no escritório técnico. Mesmo confrontando o grupo de operários que guardava o portão, senhor Gerhard enfatizou que pouco antes da greve tinha pedido demissão da fábrica porque achava que ganhava pouco. A demissão foi negada pelo senhor Ernesto Stodieck Jr. (diretor-gerente) e ele foi deslocado para um outro setor em que ganharia melhor. Sendo assim, sua atitude naquela manhã refletia a nova situação:

Daí “não! Não pode entrar!”. (...) E aí eu já levei um soco (páh!). Aí eu caí com a bicicleta, eu não estava preparado para isso e a gente levava lanche naquela época, comia em casa, mas mesmo assim, começava às 6h, eu tinha uma garrafa de emulsão de Scott, antigamente era uma garrafa branca, grande assim, com café com leite, aí peguei, arranquei aquela garrafa e “páh” dei na cabeça de um. Ele caiu. Aí o bolo abriu. Aí o bolo abriu aí eu levantei, saí, fui até a antiga cooperativa, era o armazém na época, arranquei um sarrafo da cerca: ‘se vêm alguém eu...’. Depois eu fui para casa.<sup>148</sup>

Para o senhor Gerhard, os conselhos de seu pai que tinha sido demitido da Empresa Industrial Garcia depois de uma greve em 1919, foram sua base, quando refletia sobre a greve. Recém-casado, ele sabia das prováveis conseqüências do movimento porque não acreditava que ele poderia ser vitorioso e não queria que sua nova família vivesse a mesma situação que ele viveu quando pequeno. Sendo assim, insatisfeito com o salário, era preferível demitir-se e encontrar um novo emprego com a “ficha limpa”, a ter que se arriscar em uma greve.

Aderir ao movimento era uma decisão importante, mesmo sabendo que ganhavam pouco, para senhora Domingues era se arriscar “(...) eles botavam na rua!”<sup>149</sup>. Nas entrevistas, ouvimos com freqüência que: “Não eram todos que estavam na greve!”<sup>150</sup>; “Houve (...) con-

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> KERTISCHKA, Gerhard. **Gerhard Kertischka**: depoimento [fev.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>149</sup> ZIMMERMANN, Domingues. **Domingues Zimmermann**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>150</sup> Idem.

frontos (...) boca a boca entre os manifestantes, aqueles que queriam a greve e aqueles que queriam trabalhar porque a greve não era unânime(...) <sup>151</sup>”. Muitos queriam defender a sua posição, por isso destacavam os posicionamentos na greve. Entretanto, mesmo não participando das manifestações em frente ao portão, estes operários que não estariam em greve contribuíram e assimilaram o movimento, permanecendo em casa sem nenhuma resistência.

Foi naquela manhã do dia 16/02 que muitos outros operários aderiram ao movimento e muitos outros decidiram acompanhar de longe. O piquete formado em frente à fábrica, ou a “parede”, como denominaram os periodistas locais, ganhou a participação de muitos outros operários. E, foi nesse piquete que a organização da greve pôde ser vislumbrada. Em meio ao grupo de pessoas, o senhor Ronaldo recorda o momento em que a sua função da greve foi estabelecida. Reconhecido como o funcionário da Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia, a ele lhe foi concedido o direito de trabalhar: “Este, nós temos que deixar trabalhar (...) e nós necessitamos de alimentação no prazo da nossa greve” <sup>152</sup>. A Cooperativa era essencial para manter o abastecimento regular de alimentos às famílias associadas, já que não era necessário o pagamento com dinheiro, o valor seria descontado posteriormente da folha de pagamento.

Naquele momento, aproximadamente 1.400 operários estavam longe de suas funções na fábrica. Na primeira reportagem do jornal *A Nação*, procurou-se acalmar os leitores, argumentando que, com a chegada já na quinta-feira do capitão Leônidas Cabral Herbster, Delegado Especial de Polícia e do Delegado do Ministério do Trabalho em Blumenau, José Ferreira, a greve terminaria em breve. Foram pedir o retorno ao trabalho, argumentando que a greve era ilícita e que os operários deveriam manifestar-se através do dissídio coletivo <sup>153</sup>. Ainda que a constituinte de 1946 tenha reconhecido o direito de greve, “criou o dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho (art. 122, inc. III, § 5º da CF)” <sup>154</sup> e “caso a greve não fosse precedida pela fase conciliatória ou pela entrada do dissídio coletivo no Tribunal Regional, era considerada ilegal e constituía falta grave, possível de rescisão contratual” <sup>155</sup>. O senhor Willibaldo, trabalhador Empresa Garcia, ressaltou várias vezes na entrevista que a greve

---

<sup>151</sup> ANTON, Eugen. **Eugen Anton**: depoimento [dez.2003]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2003.

<sup>152</sup> LUZ, Ronaldo da. **Ronaldo da Luz**. Vida na cooperativa da Artex. [mai. 1991]. Entrevistador: Bento J. Nascimento. Blumenau: FURB/CEMOP. Ainda assim, como forma de repreender o movimento, os empregadores permitiram apenas que fosse vendido aquilo que estivesse em estoque e nada mais, não era permitido abastecer novamente o estoque da Cooperativa.

<sup>153</sup> Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, 17/02/1950. Direção: Maurício Xavier e Diretor de redação: J. Simões Santos.

<sup>154</sup> Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.

<sup>155</sup> GUEDES, Maria do Carmo. **A jurisdição constitucional na constituição de 1946**. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev15\\_mariadocarmo.html](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev15_mariadocarmo.html): Acesso em: 28/10/2004.

era ilegal, até que questionou-se procedência dessas informações. Ele contou que é praticamente analfabeto, mas nas conversas com Alfredo Moritz, presidente da comissão de greve, aprendeu muito sobre isso, especialmente em relação ao dissídio coletivo:

Eu to explicando, mas nem sei o que é dissídio coletivo, para mim é nós vamos entrar em processo, o patrão, para nós entrar num acordo, que eu acho que deve ser. Um acordo para ele dar um aumento para nós. Se ele não concordar até naquela época, ali vão 90 dias, 60 dias, 30 dias, 24 horas. Terminou ali, ali entra em greve, numa greve legal. Então, o patrão nunca deixa entrar numa greve legal. O operário pode ficar sem trabalhar e o patrão tem que pagar as horas paradas e tudo. Perde todo o direito o patrão.<sup>156</sup>

O senhor Willibaldo começou a trabalhar na fábrica depois de 1946 e pouco conhecia a respeito de manifestações anteriores na fábrica. Quando se deparou com uma greve, quis seguir as normas legais e foi nisso que ele se baseou para afirmar a sua atitude de “não grevista”. Mas, para os outros operários, mesmo sendo uma greve considerada “ilegal” por não ter sido precedida por dissídio coletivo, foi um recurso bastante útil naquele momento. O pedido de dissídio coletivo das autoridades que permaneciam entre os grevistas no dia 16 de fevereiro foi recebido com vaias, manifestando a desconfiança deles em relação ao poder público, especialmente porque os operários não acreditavam que seriam satisfeitas suas reivindicações através deste instrumento. Legitimavam sua desconfiança com base em dissídios anteriores, em que os resultados foram totalmente contrários ao esperado<sup>157</sup>.

De uma forma ou de outra, naquele momento, a greve era um recurso reivindicatório justo e possível para os operários. As vaias foram consideradas uma afronta às autoridades, mas foi também a oportunidade para órgãos da imprensa, principalmente o jornal *A Nação*, dar à greve uma determinada imagem:

A greve que irrompeu na Empresa Industrial Garcia não é um movimento de caráter pacífico (...) deixa transparecer tratar-se de um movimento de caráter subversivo ou mesmo sedicioso (...) as autoridades foram recebidas debaixo de toda a sorte de represália (...) os operários tem o direito de reclamar um aumento de salários mas não dessa maneira violenta e contrária à lei, a ponto de ferir o prestígio da autoridade, como se verificou pela atitude que tomaram.<sup>158</sup>

Neste artigo, intitulado “Opina a justiça”, o jornal *A Nação* se posiciona como um juiz e coloca os grevistas como réus. Entende-se que a imprensa atua como “agente da histó-

<sup>156</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. **Willibaldo Zimmermann**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>157</sup> DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e estado corporativista**. Op. cit., p.107.

<sup>158</sup> Ver: Opina a justiça. *A Nação*, 18/02/1950.

ria” que também “registra e comenta”<sup>159</sup>, ou seja, ela narra e opina sobre os acontecimentos, a partir de conceitos ligados aos interesses políticos e econômicos dos donos de jornais e revistas. Além disso, a argumentação utilizada pelo redator ao acusar os grevistas de “ferirem” o prestígio das autoridades, faz uma relação implícita com o comunismo. Não tem-se informações sobre a presença ou não de comunistas nessa greve, entretanto, fala-se que o comunismo era destruidor do Estado e os comunistas injuriavam as autoridades eleitas pelo povo<sup>160</sup>. Ou seja, entendemos, com a reportagem, que os operários estariam voltando-se a práticas desse tipo, no momento em que ignoravam a autoridade dos policiais, dos patrões e também dos representantes de órgãos trabalhistas.

A categoria “comunista” foi um recurso utilizado para desmoralizar o movimento operário e assim legitimar a atuação do DOPS, bem como, legitimar futuras punições. Esse recurso era utilizado desde o início do governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, para confundir os movimentos grevistas surgidos nesse período e delinear um programa de contenção social<sup>161</sup>. O jornal *A Nação*, ligado ao PSD, contribuía para a fortificação dessa estratégia.



**Fig. 09** - Vista lateral da Empresa Industrial Garcia, na década de 60.

Fonte: Acervo AHJFS.

O jornal *Cidade de Blumenau*, que não fez menção alguma sobre as greves, instituiu seu protesto silencioso, não oportunizando o aparecimento das insatisfações dos operários nas páginas desse periódico e fazendo valer sua posição favorável aos industriais da UDN.

<sup>159</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo (imprensa paulista 1920-1945)**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1989, p.12.

<sup>160</sup> CARONE, Edgar. **A República Liberal II**. Evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985, p.21.

<sup>161</sup> DOPS, Polícia política. “Um de seus principais objetivos (...) era bloquear a heterogeneidade de pensamento procurando silenciar aqueles que eram considerados ‘potencialmente perigosos’”. CARNEIRO, Maria Luiza. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Op. cit., p.336; CARONE, Edgar. Op. cit., p.21.

Analisando o processo de formação histórica do empresariado têxtil blumenauense, Fabrício Tomio percebeu que neste grupo social existe “(...) um alto grau de articulação e afinidades de interesses”<sup>162</sup>. Ou seja, a diferenciação partidária de muitos deles não era tão importante nesse momento. Esses poucos e grandes blocos econômicos, compostos por famílias da elite burguesa blumenauense, formaram uma estratégia de ação para que as greves não comprometessem o desenvolvimento dos mesmos. Nesse sentido, as notícias dos jornais, bem como suas omissões, mostravam que não havia interesse em saber das condições de vida dos operários, mas, sim, garantir a volta ao trabalho.

Naquela manhã de quinta-feira, os operários que permaneciam em frente à fábrica exibiam os algarismos do saldo final do mês, conforme relata o redator da revista *A Nação*. Além disso, apontavam a dificuldade de comprar leite, pão e carne, visto que os descontos na folha de pagamento e os gastos com a Cooperativa consumiam todo o seu salário<sup>163</sup>. Era um momento de tensão que exteriorizava muitas injustiças acumuladas. No calor do momento, até o diretor-gerente teria sido alvo dos operários, e o mesmo continuava em seu escritório trabalhando quando soube que um grupo de empregados queria dar-lhe uma *surra*. O senhor Willi lembrou que o patrão teve ajuda do José Pêra (antigo jogador de futebol e técnico do Amazonas Esporte Clube) para fugir. Sabendo da possível briga: “Botou o Stodieck nas costas e (...) fugiu (...) saiu pelos fundos do prédio porque lá tinha um pomar de laranja, tinha um pouco de terra baixa e um banhado”<sup>164</sup>.

O senhor Ernesto Stodieck dirigiu-se, posteriormente, para a sua casa de praia, permanecendo lá, “deixando por conta”, como lembra o senhor Alfredo. A palavra “surrar” aparece em várias ocasiões na entrevista do senhor Willi e D. Domingues, e parecia ser um recurso bastante utilizado para “dar uma lição” em alguém num sentido de disciplinarização. O senhor Willi menciona a palavra com ênfase e raiva, mostrando toda a carga simbólica desse ato, pois “surrar” o senhor Ernesto Stodieck Jr. seria a maneira que alguns operários reconheceriam o problema existente entre eles, de marcar seu corpo com a insatisfação deles, de revidar a exploração sobre seus próprios corpos no dia a dia de trabalho.

Em meio a essa situação, uma patrulha do 23º Regimento de Infantaria de Blumenau foi convocada para vigiar a fábrica e os grevistas. Antes dos soldados, os policiais locais tentaram sem sucesso tirar os operários que guardavam o portão na quinta-feira e dissolver o movimento. Depois disso, convocaram-se reforços policiais ao Delegado da Ordem Política e

---

<sup>162</sup> TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC. Op. cit., p. 97.

<sup>163</sup> Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia... Op. cit.

<sup>164</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

Social (DOPS), de Florianópolis, que chegaram ao anoitecer do dia 16 de fevereiro. Na sexta-feira, dia 17 de fevereiro, o temor de uma “onda de greves” surgia entre os industriais, já que naquela manhã os operários da “Fábrica de Gazes Medicinais Cremer” (mais ou menos 300) e os empregados da “Empresa Gráfica Catarinense” (mais ou menos 100) também entraram em greve.

As notícias a respeito da greve na Empresa Industrial Garcia ficaram praticamente restritas ao jornal *A Nação*. Na transição entre *O Lume* e *A Folha*, encontram-se reportagens vagas que pareciam resumos das reportagens de *A Nação*. Entre esses jornais é comum o fato deles explorarem muito mais a greve na Empresa Industrial Garcia do que nas outras indústrias em que as informações eram bastante restritas e esparsas. Dizia-se que era a Empresa Industrial Garcia que necessitava de mais atenção das autoridades, segundo o jornal *A Nação*, em função da violência vinculada à greve e do número de operários paralisados<sup>165</sup>.

Uma Comissão de grevistas da Empresa Industrial Garcia reuniu-se ainda na manhã de sexta-feira com o fiscal do Ministério do Trabalho e o presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Com uma proposta em mãos, eles tentariam uma conciliação direta com a direção da indústria, a qual estava sendo defendida pelo advogado Luiz de Freitas Melro. Logo após, estes representantes seguiram para a Empresa Industrial Garcia e lá pediram aos operários que fossem para casa mantendo a greve. Alguns operários foram para as suas casas, mas a maior parte permaneceu em frente aos portões<sup>166</sup>. Numa tentativa de enfraquecer o movimento, desfazendo o piquete, o Sindicato propôs que os operários continuassem a greve longe da fábrica.

Como o sindicato não apoiava o movimento, a greve apontava não só alguns sinais de descontentamento em relação à situação em que os operários se encontravam como também o desgosto com o desempenho das entidades sindicais. Um indício disso era que os operários eram representados por comissões nascidas de dentro da fábrica, como, por exemplo, a comissão de grevistas. Nesse período de redemocratização, quando inúmeras greves surgiram no país desde 1945 “o protagonismo social e político dos sindicatos (...) dependeu (...) da capacidade destes traduzirem para a ação sindical as múltiplas demandas nascidas no espaço fabril”<sup>167</sup>. Ao desconsiderarem o posicionamento do Sindicato, os periodistas do jornal *A*

---

<sup>165</sup> Condicionado o acordo com os operários da Empresa Industrial Garcia ao abandono dos portões da fábrica. *A Nação*, 18/02/1950.

<sup>166</sup> Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves. *A Nação*, 18/02/1950.

<sup>167</sup> COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: \_\_\_\_\_. [et. al.]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999, p.98.

*Nação* mudaram a estratégia do discurso e colocaram a responsabilidade do “destino” da cidade centenária nas mãos dos operários<sup>168</sup>.

Contudo, com o tempo, os patrões também passaram a ser igualmente responsabilizados pelas greves, tanto a da E.I.G. como das outras indústrias, já que eles se posicionaram de maneira a negar qualquer tipo de acordo com os operários, ignorando o pedido dos seus empregados. O senhor Anton, funcionário que se encarregava do cálculo salarial de algumas seções e que trabalhava com “os grandes”, apesar de seu forte vínculo com o diretor-gerente, falou com certa indignação que a empresa anunciou: “Não tem negociação nenhuma, só vamos conversar quando vocês voltarem ao trabalho, quando a fábrica estiver trabalhando nós vamos conversar<sup>169</sup>”. Nesse momento, o senhor Anton se solidariza com os operários, ele conhece o salário da maioria deles e sabe das dificuldades. Entretanto, deixa transparecer estar “do lado” dos patrões, enfatizando que, se os operários estivessem insatisfeitos, deveriam procurar outro lugar para trabalhar; provavelmente, se apropriando de um discurso que ouvia muito em seu espaço de trabalho. Fora de Blumenau, o jornal aliado à UDN, *Itajaí*, numa extensa nota publicada em março de 1950, discorreu a respeito da greve, mas colocou como idéia central a situação econômica da cidade:

1.800 operários do parque industrial blumenauense em greve representa sério entrave ao *desenvolvimento* daquela magnífica *colméia*, em vias de comemorar seu centenário, bem como implica em frisante advertência aos *capitães de indústrias* a tomarem imediatamente providências tendentes a debelar o movimento paredista que atinge o coração de diversos estabelecimentos fabris da florescente cidade fundada pelo Dr. Hermann Blumenau.<sup>170</sup>

Entendemos, conforme a pesquisa, que Blumenau era vista fora dos limites territoriais como um exemplo a ser seguido e houve uma repercussão nas cidades próximas a cidade<sup>171</sup>. Havia aqui uma cobrança por parte do redator para que os industriais não colocassem interesses pessoais frente a um problema que envolvia todo um imaginário de progresso e desenvolvimento constituído nestes 100 anos. Interessante observar que a “chave” para a solução do problema seriam os industriais (“capitães”), não os órgãos trabalhistas, sobretudo porque se acreditava que era entre operários e patrões que estava o problema e entre eles que deveria ser resolvido. Quando pertinente, as autoridades trabalhistas eram relevadas nos acordos de conciliação, mas, em geral, eram nos patrões, filhos de Blumenau e frutos da obra de

<sup>168</sup> Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves. Op. cit.

<sup>169</sup> ANTON, Eugen. **Eugen Anton**: depoimento [dez.2003]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2003.

<sup>170</sup> CARVALHO, Ilmar. Greves em Blumenau. *Itajaí*, março 1950. Grifos meus.

<sup>171</sup> Através dos seguintes jornais: *Correio do Povo* (Jaraguá do Sul); *O Rebate* (Brusque); *A Gazeta* (Florianópolis); *Jornal de Joinville* (Joinville).

Dr. Blumenau, que os periodistas, tanto de Blumenau quanto das outras cidades, acreditavam estar o desfecho da greve.

As reivindicações dos operários da Empresa Industrial Garcia foram publicadas três dias depois do início da greve pela comissão de grevistas que se dirigiram até o jornal *A Nação*. Até o dia 18 de março, lendo as notícias, parecia que a greve era um movimento desorganizado e impulsivo, sem um propósito ou objetivos específicos. Entretanto, até aquele momento o que se viu foi a derrota do Sindicato nas conciliações com os operários e, conseqüentemente, a construção da falsa idéia de que os operários estavam sendo levados pelo impulso a fazerem greve. A partir do momento em que a comissão de grevistas da Empresa Industrial Garcia confiou no jornal para que suas reivindicações fossem publicadas, a direção do jornal começou a tratar o movimento com maior seriedade, evitando desperdiçar a confiança depositada por um número tão grande de eleitores. As reivindicações eram as seguintes:

(...) para os que ganham até 800 cruzeiros mensais (aumento de 50%); idem para os que ganham mais de 800 até 1.300 cruzeiros; para os que ganham mais de 1.300 (aumento de 30%) a incorporação do atual abono ao salário na mesma folha de pagamento de modo que resulte folha única; pagamento do repouso semanal remunerado na forma da lei; facultar aos operários direito de recorrer, quando doentes, a outros médicos, caso o operário doente não se conforme com a decisão do médico da empresa.<sup>172</sup>

Em primeiro lugar, evidenciam as dificuldades salariais em relação ao custo de vida naquele momento. Havia também na fábrica acordos que existiam apenas na Empresa Industrial Garcia, como por exemplo, o “abono de incentivo à frequência”. Entretanto, o abono de incentivo à frequência era pago em “Folha de Pagamento”, mas deveria, por lei, estar incluído no salário. O que seria muito bom para os operários já que o salário “é inatingível, não se podendo fazer sobre ele nenhum desconto”<sup>173</sup>, como afirma o artigo 462 da CLT. Estes abonos eram utilizados como uma forma de controle dos operários, já que as faltas provocariam descontos na folha de pagamento.

Em relação ao “pagamento do repouso semanal remunerado na forma da lei”, a legislação legitimava o pagamento do empregado mensalista pelos 30 dias do mês<sup>174</sup>, e não por 25 dias excluindo os finais de semana; ou seja, se o salário fosse calculado na base dos 30 dias, teriam direito a repouso semanal remunerado. Na Empresa Industrial Garcia pagava-se uma porcentagem de 17% sobre a totalidade da remuneração sob o título de “remuneração de

<sup>172</sup> Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves.... Op. cit.

<sup>173</sup> NASCIMENTO, Otacílio. O abono e salário. *O Lume*, 29/01/1950.

<sup>174</sup> NASCIMENTO, Otacílio. Os empregados mensalistas e o repouso semanal remunerado. *O Lume*, 22/01/1950.



repouso para domingos e feriados”<sup>175</sup>. Sendo assim, esse acréscimo estava estreitamente relacionado ao salário que os operários estariam recebendo, sendo que este era calculado na base dos 25 dias, ou seja, eles receberiam 3% a menos do que se estivessem recebendo pelos 30 dias.

Como última pauta, chegamos ao fato de que os operários não estavam convencidos das melhorias que um aparato médico completo poderia trazer para a saúde, já que pediam o direito de recorrer a outros médicos fora da fábrica. Ao oferecer serviços médicos, os empregadores poderiam controlar melhor a situação vivida pelos operários fora da fábrica e também manipular as suspensões do trabalho em função de alguma doença. A saúde era importante para a produção fabril, mas também indicava alguns hábitos e situações particulares. Ao mesmo tempo, as carências financeiras privavam muitos operários de buscarem outras avaliações médicas, o que indica que eles entendiam essa relação de subordinação por intermédio da saúde. Os empregadores acreditavam estar suprindo todas as necessidades dos empregados, mas ouviram uma resposta negativa quando estes solicitaram também aquilo que a legislação trabalhista oferecia.

Mesmo publicando as reivindicações, observa-se que estas foram pouco exploradas pelos periodistas, sendo somente publicadas e suprimidas na continuação da greve. O que foi levado em conta era que os operários estavam em greve e que ela deveria acabar. Entretanto, os próprios operários reafirmavam seus descontentamentos nos dias que se seguiram à greve pelo fortalecimento da mesma: “Fizeram barraca na frente do portão, ficavam dia e noite guardando ali!”<sup>176</sup>. Os operários se revezavam em turnos em frente ao portão, atitude compatível com as de trabalho, simbolizando o vínculo com o movimento. Essa organização que perdurou 27 dias representou a organização da greve. A mesma disciplina do trabalho estava sendo aplicada em toda a greve: manter o portão guardado, cumprir horários em frente a ele, tratar das conciliações, do racionamento da comida dentro de casa, da economia, do dinheiro que restava para a família, entre outras.

A maior adesão de grevistas a esse movimento aconteceu na madrugada de sábado às 0h00 do dia 18. Os policiais provenientes de Florianópolis fizeram uma ação direcionada a acabar com o piquete em frente ao portão. Esse episódio foi motivo de assunto por vários dias entre os periodistas e fato lembrado com facilidade pelos operários hoje em dia. Mesmo aque-

---

<sup>175</sup> AHJFS. Portaria de 14 de março de 1951. In: *Coleção de dossiês*. 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54.

<sup>176</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

les que se consideraram contra a greve não deixaram de contar, com ênfase, as histórias do forte embate entre policiais e operários e a conseqüente vitória destes últimos.

Os policiais que vieram de Florianópolis chegaram à fábrica naquela madrugada para desfazerem o piquete. Entretanto, encontraram uma forte represália. De todos os cantos, especialmente da Rua da Glória em que morava a maioria dos operários nas casas da fábrica, crianças, mulheres e idosos, correram para protegerem seus colegas e companheiros, bem como contribuir para a fortificação do piquete. O senhor Willi lembra bem dessa noite:

tinha um circo na frente da igreja Nossa Senhora da Glória (...) O circo quando vinha aqui para a Garcia sempre ficava ali. Eu não posso nem mais me lembrar! Me dá uma emoção! Tocava aquelas músicas gaúchas, um pouquinho assim, só a melodia no alto falante! “tã, tã, tã...”. Bonito assim. Então não tinha nada para fazer ali na vila operária e a minha esposa e eu era noivo então nós ficava na varanda namorando, aí o alto falante disse assim: ‘corre pessoal, vamos lá segurar o portão da greve!’, dizia no alto falante. Ali na vila operária naquela redondeza, o alto falante espalhava aquele som bem longe assim! Aí na casa ali (risos) eu dizia assim para a família da casa, até senhora já de terceira idade e eu dizia assim: ‘corre vão segurar o portão da greve!’ e eu fazia aquilo de safadeza, saia todo mundo e eu queria ficar sozinho com a minha noiva! (risos). Então eu queria ter aquela oportunidade de ficar sozinho assim para eu poder abraçar a noiva, daí eu fazia aquela sacanagem! E ali *ficava um deserto*, todo mundo ia lá para segurar esse tal de portão!<sup>177</sup>

Apesar do senhor Willi não ter contribuído com a fortificação do piquete, ele não deixou de demonstrar seu entusiasmo pelo momento e de como o mesmo marcou sua história pessoal, já que teve a oportunidade de ficar com sua noiva no “deserto” que tinha se tornado a rua. Possivelmente, tentativas frustradas anteriores, como a dos policiais locais de terminar com a greve em frente à fábrica, aconteceram em função da presença de pessoas que não deveriam ser confrontadas com a força física (crianças, idosos e mulheres). A proletarização, geralmente, acontecia em torno de toda a família, ou seja: “Através do assalariamento de todos os seus membros válidos”<sup>178</sup>. Isso gerava um histórico familiar grande, por isso, o reconhecimento por parte de quem ainda não trabalhava (crianças) e quem já trabalhara (aposentados) com a greve. Era ainda toda a família que percebia as implicações do trabalho na fábrica e a... “dilapidação de suas formas coletivas de vida”. Extensas horas de trabalho que limitavam o tempo de sociabilidade e vida afetiva após o trabalho, baixo nível salarial, sujeira, insalubridade e tudo aquilo que acabava uma hora ou outra “invalidando-os precocemente”,

---

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, n.º. 4, 1992, p.26.

eram fatores recorrentes da vida na fábrica e que a família toda se unia para combater na greve<sup>179</sup>.

O encontro dos operários com os policiais, por fim, foi assimilado, pelos entrevistados, como um momento de união e vitória, tanto que é lembrado de forma satírica e irônica. Todos lembram de terem sido jogadas bombas de gás lacrimogêneo pelos policiais, como, também, foram utilizadas armas: “Metralhadoras, tiros de festim!”<sup>180</sup>. De qualquer forma, apesar de todos os recursos utilizados pelos policiais parecerem muito mais eficientes, foi através da união dos operários com a defesa da greve que os operários venceram os “mantenedores da ordem”, denominação dada aos policiais pelos periodistas. O senhor Paulo Schmith, depois, contava que “tinha aqui o senhor Pedro Bergmann, ele trabalhava na fiação e estava meio ligado também nessa (...). Aí ele dizia assim: “senhor Paulo! Cada tiro é três quatro que estão caindo! Corre porque... ”.<sup>181</sup>

Comentários como esse indicam que, mesmo considerando-se contra a greve, muitas pessoas como o senhor Gerhard tornaram-se, no momento em que narraram esse fato, parte de uma mesma classe de operários, independente de serem grevistas ou não. Eles ironizavam a atuação dos policiais e orgulhavam-se do feito. Pelo menos três entrevistados contaram uma mesma história, considerada muito engraçada: “Teve (...) um homem (...) que disse que queria passar na pinguela e não acertou mais, ele atirou-se no rio e aí ele disse assim: “é, eles podiam ter jogado essa bomba mas não devia ter tirado essa ponte! Ele caiu no rio, essa foi a farra do povo!”<sup>182</sup>

Naquela noite, alguns empregados queriam fugir pela “pinguela” que ligava a Rua Amazonas ao outro lado do ribeirão, na Rua Emílio Tallmann, mas ela já se encontrava obstruída pelos policiais. Na escuridão, um dos operários teria caído no rio. Essa situação, que virou anedota entre os operários, já que não aconteceu exatamente como foi narrado, demonstra um pouco da violenta ação dos policiais e de como os operários não duvidavam dos objetivos da polícia que poderiam chegar a ponto de derrubar a “pinguela” que era essencial para muitos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que zombavam daquilo que os policiais poderiam ter feito, mas não fizeram, zombavam da própria direção da fábrica que achou que dissolveria o movimento através da força física. O jornal *A Nação* narrou o acontecimento da seguinte forma:

---

<sup>179</sup> Idem, p.24.

<sup>180</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit. Pinguela: ponte de arame e madeira para passagem individual, normalmente bastante pênsil.

Os choques policiais rumaram para o local *atacando* os grevistas com bombas de gás lacrimogêneo, ao mesmo tempo em que disparavam tiros de metralhadoras e fuzis para o ar. Não conseguiram, porém, abrir os portões, pois a eles se agarraram desesperadamente os grevistas, embora cegados momentaneamente pelo gás. Na ocasião, registraram-se cenas indescritíveis no local, pois em meio do tumulto algumas mulheres desmaiaram enquanto outras se punham a gritar, alucinadas. Não se registrou *qualquer reação* contra os policiais, mas estes não conseguiram abrir os portões que mantiveram fechados.<sup>183</sup>

Os operários “não teriam reagido” ao confronto com os policiais, mas não foi sem resistência que o portão ficou imune à reação dos policiais. Os policiais teriam tomado a fábrica, ocupando as suas instalações depois que haviam pulado o muro, mas o portão continuava intacto. O jornal procurou minimizar o acontecimento daquela madrugada porque, ao que parece, ele teria sido diferente do esperado. Apesar de ser enfatizado continuamente que a violência da greve precisava ser combatida, naquele momento, era necessário apoiar os operários, já que houve muita polêmica em torno do episódio. O jornal *A Nação* procurou deixar bem claro também a “neutralidade” dos soldados do 23º B.I. no episódio, deixando para os policiais de Florianópolis a responsabilidade pelo evento. O fato tornou-se notícia em outras cidades, como em Joinville<sup>184</sup>. O “Jornal de Joinville” publica sua primeira reportagem sobre a greve após o incidente e dá ênfase aos boatos relacionados ao “combate” da noite do dia 17.

Outras greves surgiram na cidade. Na terça-feira, dia 21 de fevereiro, era vez dos operários da “Fábrica de Chapéus Nelsa”; tradicional indústria de chapéus; entrarem em greve e também os operários da “Algotex”; indústria do ramo têxtil. Comemorou-se, entretanto, o fim da greve dos operários da “Empresa Gráfica Catarinense” (empresa voltada ao trabalho de impressão gráfica) que retornaram ao trabalho na quarta-feira, pela manhã. Passaram-se alguns dias sem notícias de mudanças na situação da greve. No 10º dia de greve, o memorial redigido pelo Sindicato aos industriais havia sido recusado por estes. Esses mesmos industriais estavam ligados à Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) que seria a “(...) mais antiga entidade de representação dos interesses do empresariado de Blumenau”<sup>185</sup>. A greve potencializou a união dos industriais que tinham suas fábricas paralisadas em torno

---

<sup>183</sup> Tentaram os mantenedores da ordem tomar de assalto os portões da E.I.G.. Empregaram bombas de gás lacrimogêneo contra os grevistas. *A Nação*, 19/02/1950. Grifos meus.

<sup>184</sup> Declararam-se em greve pacífica centenas de operários de Blumenau. Foi pedido reforço urgente à força pública do Estado. *Jornal de Joinville*, 21/02/1950. Para esclarecimentos procuram o secretário de segurança pública do Estado, Senhor Othon da Gama D’Eça que explica que, como os grevistas não ouviram a sua intimação pela saída dos portões da fábrica, “os policiais lançaram uma bomba apenas (...) que não surtiu efeito em virtude do vento ter impulsionado o gás em sentido contrário. A seguir, também para amedrontar, foram feitos alguns disparos de metralhadoras com tiros de festim”.

<sup>185</sup> TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Op. cit., p.88.

de um objetivo: negar qualquer acordo sem a volta ao trabalho. Na revista *O Vale do Itajaí* a greve virou sátira do “Zé do Vale”:

O Zé do Vale, solidarizando-se com os colegas, resolveu entrar em greve. Sim, prezados leitores, escreveu-nos uma carta dizendo que não iria comparecer à redação, esperando aumento de salários, pois o seu ordenado não dá para pagar o cinema do Busch ou tomar média no café Pingüim, onde realmente é a bebida mais cara do Brasil... A greve do Zé do Vale é pacífica, de modo que não precisamos da bomba atômica ou de gases lacrimogêneos para intimidá-lo. Resolvemos fazer o seguinte: nós somos os diretores, ganhamos bem e boas gratificações, podendo, portanto, esperar um ano ou mais... e o Zé do Vale que precisa de dinheiro para a família e para ele terá que voltar. É bem verdade que não é um ato humanitário, mas o mundo é assim, leitor amigo(...).<sup>186</sup>

O “Zé do Vale” era um personagem fictício de uma coluna da revista *O Vale do Itajaí*, intitulada *Espírito Alegre*. A direção da revista utilizava-se deste espaço para discorrer, geralmente em tom de ironia, a sua opinião em relação a algum assunto vigente. A intenção da sátira do “Zé do Vale” era de fazer um resumo da greve e uma crítica ao posicionamento tomado pelos industriais e policiais que, utilizando-se da força da intimidação, pretendiam acabar com a greve. Aqui o diretor abre uma brecha para o leitor se solidarizar com o movimento grevista e assim o faz mostrando o lado “obscuro” dos industriais. Inicia um debate com os leitores em relação ao custo de vida da cidade, falando que o cinema “do prefeito Frederico Guilherme Busch” aparece como um lazer para poucos e o café Pingüim surge como o bar elitizado onde os industriais encontravam-se para beber. Pela primeira vez durante a greve, falou-se do custo de vida e das suas implicações na vida dos trabalhadores. Porém, a sátira era uma afronta, em última instância, aos líderes políticos udenistas e às diferenciações sociais que eles pautavam entre operários e industriais.

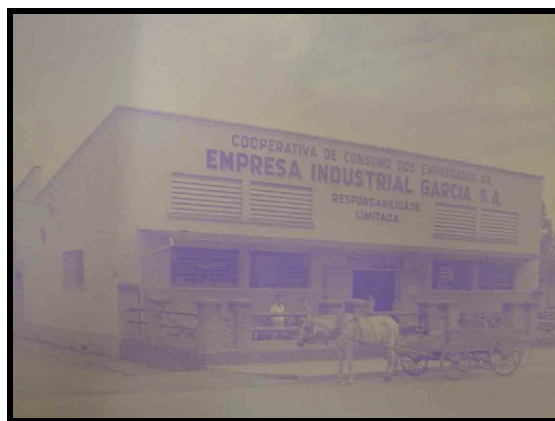
A movimentação em frente à fábrica era constante, tanto daqueles que guardavam o portão como daqueles que vinham verificar se a greve continuava ou não: “Vim algumas vezes para frente para ver como é que estava”<sup>187</sup>, afirmou o senhor Gerhard. O Sindicato pretendia fazer uma reunião com a Associação Comercial e Industrial de Blumenau para chegar a um acordo com os empregadores, porém, segundo o estatuto da Associação, somente os associados poderiam convocar esta reunião e nenhum deles o fez, em função certamente da aliança estabelecida entre eles: só entrar em acordo com a volta ao trabalho.

<sup>186</sup> Espírito alegre. *O Vale do Itajaí*, fev./1950, nº. 59, ano VI.

<sup>187</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

No início de março, os empregados da Algotex retornaram ao serviço<sup>188</sup>. O primeiro domingo do mês era de expectativa, já que os responsáveis pelo jornal *A Nação* praticamente garantiram a volta ao trabalho dos operários da Empresa Industrial Garcia, argumentando que a situação aflitiva por que eles passavam não suportaria por muito mais tempo<sup>189</sup>. Porém, na segunda-feira, não houve volta ao trabalho. O jornal *A Nação* tinha por base as informações obtidas com a comissão de grevistas e com o resultado negativo desses dados, os periodistas sentiram-se de certa forma traídos. Procuraram, então, o vereador petebista Otacílio Nascimento “a fim de conhecer *exatamente* a situação do movimento grevista”<sup>190</sup>, dando a ele ares de líder dos operários e procurando desmoralizar a atuação da comissão de grevistas.

Na gestão anterior (1948-1950), Otacílio Nascimento fazia parte da diretoria do Sindicato<sup>191</sup>, enquanto que na presidência estava Heitor Guerreiro. Como o Delegado Regional do Trabalho, Raul Pereira Caldas, que era do PSD, tinha dificuldade em aceitar um sindicato com elementos do PTB, a maneira que encontrou para confrontar essa diretoria foi retendo o imposto sindical no Banco do Brasil, forçando a dissolução da diretoria. Otacílio Nascimento era vereador pelo PTB e tentava pela segunda vez um espaço na assembléia legislativa nas eleições de 1950<sup>192</sup>.



**Fig. 10 - Cooperativa da Empresa Garcia, década de 60.**

Fonte: Acervo AHJFS.

<sup>188</sup> Declina o surto grevista em Blumenau. *A Nação*, 02/03/1950.

<sup>189</sup> Preconizado o retorno dos grevistas ao trabalho na próxima segunda-feira. *A Nação*, 04/03/50.

<sup>190</sup> Casos de desespero entre os operários que participam das greves em Blumenau. *A Nação*, 05/03/1950. Grifos meus.

<sup>191</sup> Segundo fontes, ele era secretário, mas no livro histórico do Sindicato consta como secretário Artur Seiler. Como Heitor Guerreiro substituiu a presidência de Remígio Emendorfer, durante a gestão de 1948-50, a diretoria pode ter sido substituída.

<sup>192</sup> Nas eleições de 1950, ganha como Deputado Estadual com a maioria de votos (1.871) num eleitorado composto de 13.045 pessoas, segundo os dados apresentados pelo TRE. Ele se elege suplente, em 1954, também como Deputado Estadual e novamente, em 1958, pela UDN.

Ao lermos o jornal, temos a impressão de que Otacílio Nascimento, com toda sua influência e conhecimento, finalizaria a greve da Empresa Industrial Garcia. A princípio muitos operários admitiram conhecer o vereador por sua atitude agressiva à favor da greve, discursando sobre a sua continuidade para conseguir melhorias. Contudo, neste artigo, ele afirmava que o dissídio coletivo era a melhor maneira de resolver o problema. Passados quase 20 dias de greve ele não poderia mais se comprometer e, neste caso, ao invés de citar a “miséria” ou “desespero” dos operários, como já tinha feito anteriormente, afirmou que os operários estavam animados, baseados em sua fé<sup>193</sup>.

No entanto: “Não tinha salário, não tinha comida, não tinha nada!”<sup>194</sup>. Como a Cooperativa da Empresa Industrial Garcia fora impedida de comprar um novo estoque, a comida foi acabando e “(...) tornou-se uma miséria (...) porque não havia mais alimentação dentro das próprias casas e nem tampouco dinheiro pelo qual permitisse a sua compra”<sup>195</sup>. Pelo que pudemos constatar nas entrevistas, não houve nenhum mutirão entre os operários para suprir as famílias mais necessitadas de alimentação. Possivelmente, quem tinha algum dinheiro guardado poderia comprar comida, mas fora do bairro, porque ali nas vendas... “não tinha mais nada! (...) Ficaram assim, comprando naquelas vendinhas até que acabasse tudo!”<sup>196</sup>.

Da mesma maneira que os operários se mobilizaram para começar a greve, precisavam desde já se articular para finalizá-la. O posicionamento tomado pelos patrões parecia inflexível, mas a greve também não poderia terminar de um dia para o outro. Logo no início do mês de março, a comissão de grevistas fez circular um abaixo assinado entre os empregados da Empresa Industrial Garcia, inclusive entre aqueles que estavam em casa. Eram duas listas, uma garantia a volta dos subscritos ao trabalho e a outra delegava poderes às comissões de grevistas para deliberarem a volta ao trabalho e a instauração de um dissídio coletivo<sup>197</sup>.

Além disso, a comissão tratava de amenizar o problema de muitas famílias, estabelecendo um acordo com a direção da Empresa Industrial Garcia. Os dias em que os operários ficaram sem trabalhar seriam considerados como férias, mas os que não tivessem direitos às férias seriam subsidiados com um adiantamento salarial a ser descontado posteriormente na folha de pagamento<sup>198</sup>. Com isso, a Empresa tratava de garantir a volta ao trabalho com força total, mas os operários demonstraram mais uma vez nessa troca de acordos que seus movi-

---

<sup>193</sup> Casos de desespero entre os operários que participam das greves em Blumenau... op. cit.

<sup>194</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

<sup>195</sup> LUZ, Ronaldo da. Op. cit.

<sup>196</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>197</sup> Esperado para hoje o retorno ao serviço dos operários da Nelsa. *A Nação*, 08/03/1950.

<sup>198</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

mentos não eram impulsivos, mesmo quando muitas pessoas tinham dificuldade, inclusive, de encontrar meios com os quais alimentar a família.

Segundo consta nos noticiários, essa “verdadeira corrida em busca de assinaturas” iniciou-se pelo sexto dia do mês de março, e muitos dos empregados que permaneceram em suas casas lembram-se de que estas pessoas foram de casa em casa para recolher o “sim” para o retorno ao trabalho<sup>199</sup>. “Aí, eu sabia dessa lista aí eu fui lá e assinei, eu era o número quinze da lista”<sup>200</sup>, lembra o senhor Willi que fez questão de ressaltar que foi um dos primeiros a assinar a lista, demonstrando seu distanciamento com o movimento, muito embora essa atitude pareça ser antes uma tentativa de garantir seu emprego. Para muitos, assinar o abaixo-assinado era afirmar o seu descomprometimento com a greve, deixar claro que era um “não grevista”, isso em grande parte pelo medo da demissão. É muito possível que houvesse relutância entre muitos operários em aceitar o dissídio coletivo, e não é muito difícil imaginar que para alguns a greve teria sido mais longa. Essa dificuldade de chegar ao número de assinaturas esperadas deve ter impulsionado uma mobilização por parte dos empregadores e seus representantes. D. Domingues lembra quando ela assinou a lista:

    aí eles deram naquele tempo eram 500 real, mais ou menos, cruzeiros, mas quer dizer que eram 500 reais, a metade de mil de hoje, aí nós ganhamos, ele ganhou (senhor Willi) eu ganhei, todo mundo ganhou, mas tudo escondido! Tudo escondido, nunca ninguém soube disso! Se soubessem, eles davam uma surra em nós.<sup>201</sup>

Esse “suborno” tentava inibir futuros movimentos grevistas. Às vezes a assinatura da lista era feita em função da necessidade de um pai de família ou um operário receoso em perder o emprego. Entretanto, nem todos os operários tinham esclarecimento do que estavam assinando (muitos não sabiam ler) ou mesmo do que era um dissídio coletivo. O senhor Willi explica que: “Porque a situação financeira ficou ruim, até alguns que era grevista foram assinar nessa lista escondido para ganhar esses trocadinhos”<sup>202</sup>. Entretanto, os patrões se apropriaram dessa lista para acelerar o processo de finalização da greve pagando esse dinheiro a quem assinasse. Assim que a informação se espalhou, as assinaturas aumentaram e logo eles tinham o número suficiente para determinar o fim da greve.

---

<sup>199</sup> Atingiram 1 milhão de cruzeiros os prejuízos da Empresa Industrial Garcia – acentuam-se os prenúncios do fim do movimento grevista em Blumenau. *A Nação*, 07/03/1950.

<sup>200</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>201</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>202</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.



No dia 08 de março os operários da “Fábrica de Chapéus Nelsa”<sup>203</sup> voltaram ao trabalho e, já no dia 10, as notícias de demissões de 12 operários da fábrica de chapéus eram denunciadas no jornal *A Nação*, que nesse momento posicionou-se contra a atitude dos industriais. Nesse ano de eleições, o grande número de operários na cidade não poderia ser ignorado, pelo menos no final da greve. Os periodistas solidarizaram-se com os operários, mas como estratégia política. Como a possibilidade das demissões chegaram com força na “Cremer” e na “Empresa Industrial Garcia”, as últimas paralisadas, as comissões formadas decidiram escrever uma proposta aos empregadores, intermediada pelo Ministério do Trabalho, “condicionando o retorno ao trabalho (...) à garantia de que não serão adotadas represálias”<sup>204</sup>. Nesse momento estavam sendo coletados nomes dos “responsáveis” pela greve, para futuro inquérito policial, em função da greve ser considerada ilegal<sup>205</sup>. Depois de 27 dias, na segunda-feira, dia 13 de março, os operários da Cremer voltaram ao trabalho e os operários da Empresa Industrial Garcia voltaram ao trabalho na manhã seguinte. Uma reunião foi convocada pelo Sindicato, para o dia 17, na qual decidiriam o dissídio coletivo. O senhor Willi conta que:

Eu fui na reunião do Sindicato por causa dessa greve, então, o Manoel de Souza que se chamava Maneca Justo, ele chamou um polícia, me chamou assim, quando era para fazer a rodinha, ele queria me redimir porque eu não tinha medo, aí o José Tibúrcio Sestren também estava no bolo, para me assustar porque eu estava contra a greve, eu fui ameaçado várias vezes! Passava trabalho tinha uma montoeira de gente para me dar uma surra. Que eu não era grevista.<sup>206</sup>

Ele parece ter “comprado” uma briga com seus colegas de trabalho. Baseava a sua opinião contra a greve nas informações que tinha sobre dissídio coletivo e queria estar na reunião para provar que isso era possível. Entretanto, seus poucos anos na fábrica não deixavam ele entender porque seus colegas tanto relutavam em entrar em processo de dissídio coletivo. Nessa reunião, participaram 400 dos 2.000 associados do Sindicato, uma proporção pequena que refletia a falta de afinidade dos operários com o Sindicato. Foi aprovada por unanimidade na reunião a proposta de dissídio coletivo da Empresa Industrial Garcia, Cremer e Fábrica de Artefatos Têxteis Artex, vizinha da Empresa Industrial Garcia, no bairro Garcia<sup>207</sup>.

Na entrevista, o senhor Willi deixa claro que, em conversa com um de seus colegas, percebeu o quanto o dissídio coletivo era um recurso questionável. Eles ironizaram a si-

---

<sup>203</sup> Agravado o problema das greves. *A Nação*, 10/03/1950.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Corre naturalmente o inquérito para apurar as responsabilidades da greve. *A Nação*, 10/03/1950.

<sup>206</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>207</sup> Entraram em dissídio coletivo os pedidos das fábricas locais que estiveram em greve. *A Nação*, 19/03/1950.

tuação em que mais uma vez chegavam. Ao final do prazo, quando eles poderiam entrar em uma greve legal, seu amigo disse:

O Willi, vamos parar agora a fábrica, vamos parar hoje, terminou o prazo para entrar e fazer uma greve”, disse ele rindo. “Parar como né? O pessoal já tinha passado aquele trabalho todo, fome e tudo né? (...) Aí eu comecei a rir e disse é, vamos parar, vamos! Disse brincando. (...) Quanto tempo dura para legalizar uma greve até que chega aquela ordem de dizer: vamos parar! O patrão não deixa parar<sup>208</sup>.

## 2 – (Des) ordem na fábrica

Não temos conhecimento das razões que levaram os operários da Empresa Industrial Garcia a se declararem em greve. Existem (...) inúmeras famílias ameaçadas de um cruel *desamparo* e de um futuro desolador. Erraram os operários da Empresa entrando em greve sem obediência aos preceitos legais. (...) Mas para este erro existe também a explicação: foram levados pelo *desespero*, desejosos por uma melhoria nos seus salários e pelo espírito de justiça, que, infelizmente, faltava a eles.<sup>209</sup>

Desespero. Essa foi a motivação encontrada por Osias Guimarães, diretor da revista *O Vale do Itajaí* para explicar a greve dos operários da Empresa Industrial Garcia. Foi a maneira encontrada para explicar aos leitores de Santa Catarina que o povo de Blumenau tido como ordeiro e trabalhador havia sido levado por um sentimento maior que a própria razão e, portanto, feito uma greve. Ou seja, teria sido esse mesmo “desespero” que os fizera paralisar todo o trabalho na Empresa Garcia, participar dos piquetes em frente à fábrica e permanecer 27 dias em greve. Uma maneira de desestabilizar e tirar a seriedade do movimento, num momento em que muitos interesses políticos locais em vigor enfatizavam a sua desorganização e precariedade.

E.P. Thompson demonstra que não é com o desespero de pessoas sem esperança que se constituirá uma ação coletiva, ou seja, ela se efetivará no momento em que estas pessoas sentem que tem poder para reivindicar seus interesses<sup>210</sup>. O indício mais forte dessa organização foi a representatividade da comissão de fábrica formada por operários e que conduziu as negociações durante a greve. Esta comissão já existia antes mesmo do movimento, conforme citou o vereador petebista Otacílio Nascimento num depoimento ao jornal *A Nação*, e

<sup>208</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>209</sup> A greve no parque industrial blumenauense afetará seriamente a economia de Santa Catarina. *O Vale do Itajaí*, n.º. 59, ano VI, fev./1950. Grifos meus.

<sup>210</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p.207.

acreditamos que a sua existência esteja ligada ao fato de já haverem tido outras mobilizações reivindicatórias na fábrica<sup>211</sup>.

O senhor Willi lembra que essa comissão era constituída de presidente, vice-presidente e tesoureiro. Ele trabalhou na tecelagem com Alfredo Moritz, presidente da mesma<sup>212</sup>. Foi essa mesma comissão de fábrica que assumiu as responsabilidades das negociações dos operários com os empregadores. Os “representantes dos grevistas”, como denomina o redator do jornal *A Nação*, eram os organizadores da greve. Concediam informações aos periódicos locais, estavam presentes na fábrica informando os operários sobre as negociações e faziam parte das discussões entre as autoridades trabalhistas locais. Eles tornavam-se, desta maneira, a referência entre os operários em greve<sup>213</sup>. Já, em 1919, os operários da Empresa Industrial Garcia manifestaram-se em um movimento grevista quando também uma comissão representou os interesses dos operários.

No dia 18/02/1950, quando representantes da comissão publicaram as reivindicações da greve, aproveitaram para explicar que o aprisionamento de dois trabalhadores no interior da fábrica era im procedente. Ao mesmo tempo em que preservavam a integridade dos companheiros, procuravam fazer com que os leitores entendessem que eles não eram enfurecidos e violentos operários em greve, já que a guarda da fábrica e do portão tinha um objetivo específico: “Evitar não só a entrada de companheiros desleais, como também para que as instalações da indústria não sofressem quaisquer danos que mais tarde lhes fossem atribuídos”<sup>214</sup>. Ironizaram ainda a ação dos policiais do DOPS que procuraram, insistentemente, tirar os grevistas em frente ao portão, argumentando que “o portão em poder de seus companheiros estava fechado quando irrompeu o movimento e que os grevistas nada fizeram do que conservá-lo assim”<sup>215</sup>. Essa explicação, bastante simples, colocava os operários numa posição mais séria e organizada que os próprios “mantenedores da ordem”, ao mesmo tempo em que “debochavam” deles, visto que os policiais nada tinham conseguido.

O piquete formado em frente à fábrica tinha duas funções distintas na manutenção do movimento: impedir que a fábrica produzisse e criar nesse piquete um senso de coletividade e identidade entre os operários porque assim eles saberiam que não estavam sozinhos

---

<sup>211</sup> Uma greve de oito dias aconteceu em 1945 e a instauração de um dissídio coletivo em 1948 fez uma introdução à greve de 1950.

<sup>212</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>213</sup> COSTA, Hélio. Op. cit, p.111.

<sup>214</sup> Pairava ontem sobre Blumenau a ameaça de uma onda de greves... Op. cit.

<sup>215</sup> Voltaram ao serviço os operários da Empresa Gráfica Catarinense, mas entraram a fábrica de chapéus Nelsa e Algotex. *A Nação*, 23/02/1950.

na luta<sup>216</sup>. Os piquetes servem, inclusive, como “efeito de demonstração”, onde ali se expressam, como explica Paulo Fontes, “(...) os laços de solidariedade forjados na experiência comum, no interior das empresas e nos bairros operários (...) contribuía para o sucesso do movimento paredista”<sup>217</sup>. Ou seja, o portão, além de ser um local em que o operário legitimava a situação da greve, trazia consigo o símbolo do elo com o trabalho e com os espaços da vida que os operários marcavam a vida operária<sup>218</sup>. Essa demonstração da organização da greve evidencia a disposição de luta dos operários, um espírito de coesão, solidariedade e também de confiança nas lideranças<sup>219</sup>.

Ao mesmo tempo em que a greve demonstrou que os operários tinham noções precisas de seus interesses, apontou o distanciamento dos operários com o seu sindicato, especialmente, em relação a esses interesses. O Sindicato esteve presente na greve por ser o órgão oficial de expressão dos trabalhadores. Entretanto, naquele momento ele não era “a instância primordial de expressão e organização política dos trabalhadores”<sup>220</sup>. Leopoldo Ferrari, presidente do Sindicato, afirmou a sua oposição ao movimento: “Eu era contra a greve, sempre fui. E dizia sempre para os operários que com boas maneiras se consegue muito mais do que com esta violência que vocês estão fazendo (...)”<sup>221</sup>.

A ainda chamada “Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem” iniciou suas atividades em 1941, em Blumenau, a partir da lei de sindicalização de 1939, instaurada pelo Estado Novo<sup>222</sup>. Contudo, encontrou alguns obstáculos no início da campanha de sindicalização, de tal maneira que pediram a intervenção do 32º Batalhão de Caçadores, quando esta Associação remeteu um relatório sobre as suas atividades ao regimento militar:

Infelizmente, senhor Comandante, nem todos os operários têxteis estão inscritos na nossa Associação, o que nos traz transtornos sérios para cumprirmos o nosso dever. Temos 1789 associados entre os 3.000 trabalhadores. (...) É necessário que encontremos apoio entre as autoridades afim de que sejam os demais operários inscritos e, assim, possamos *obter controle sobre todos*. (...) Seria não só interessante sindicalizar a todos como muito útil, pois

---

<sup>216</sup> FONTES, Paulo, **Trabalhadores e cidadãos**: Nitro Química, a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume, 1997, p.173.

<sup>217</sup> FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”. A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). *In*: \_\_\_\_\_. [et. al.]. **Na luta por direitos**. Op. cit. p.168-9.

<sup>218</sup> PAOLI, Maria Célia. A família operária... Op. cit., p.37.

<sup>219</sup> COSTA, Hélio. Op. cit., p.114.

<sup>220</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Op. cit., p.94.

<sup>221</sup> Idem, p.99.

<sup>222</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.285.

num caso de desfile etc. não seriam só obrigados os sindicalizados. Havendo **não** sindicalizados há também os que fazem contra propaganda no caso de se dar uma ordem.<sup>223</sup>

O 32º Batalhão de Caçadores tinha uma outra função nesse período, manter um controle sobre os alemães através de uma política repressiva nacionalizadora. O grande número de operários que se enquadrava nesse estereótipo poderia ser igualmente “controlado”, através do Sindicato, por isso da aliança estabelecida entre os militares e o sindicato. A negação a essa associação sindical demonstrava que os operários não assimilaram essa “obrigação”. Isso indica que tanto o Sindicato e os militares quanto os operários sabiam que determinadas propostas disciplinadoras não poderiam ser apenas impostas, elas eram objetos de lutas constantes, por isso havia esse tipo de coerção e as respostas negativas à tentativa de controle.

Foram constantes as respostas negativas à sindicalização, haja vista que, passados nove anos, a relação entre operário e sindicato ainda não era de total sintonia. No Brasil, desde o fim da 2ª Guerra Mundial e a deflagração de inúmeras greves por todo o país, a primeira reação dos sindicatos foi condenar a atitude dos operários. Hélio da Costa demonstra que nesse período “o clima entre grevistas e seus sindicatos estava marcado pela desconfiança mútua”. Nas greves paulistas, eram as comissões de fábrica que participavam nas negociações, “atropelando os sindicatos”. Essa situação manteve-se até que os sindicatos mudassem a forma de organização, já que em geral, eles seguiam a tendência do governo. Até que isso acontecesse, “foram os trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho que deram o tom das grandes manifestações operárias no período de democratização do país.”<sup>224</sup>

No caso dos operários da Empresa Industrial Garcia, o Sindicato não era totalmente reconhecido pelos operários como um órgão representativo. Não era o sindicalismo que iria unir os operários, e não eram todos os sindicatos simplesmente manipulados por Getúlio Vargas, mas no caso de Blumenau, a ligação do sindicato com o patronato e com padrões bastante conservadores, especialmente essa diretoria recém instalada (1950-1952)<sup>225</sup>, acabavam não atraindo a simpatia do operariado. Maria de Fátima Sabino Dias, em seu estudo sobre o sindicato, averiguou que o movimento operário em Blumenau seguiu alheio ao movimento sindical<sup>226</sup>.

A nova diretoria do sindicato presidida pelo operário da Hering, Leopoldo Ferrari, tinha no ano de 1950 outros objetivos que poderiam ser prejudicados com o apoio às greves,

---

<sup>223</sup> AHJFS. Correspondência para o tenente coronel comandante do 32º Batalhão de Caçadores. In: *Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, documentos de organização da entidade sindical, 1941/42, 08/05/1942. Grifos do presidente do sindicato.

<sup>224</sup> COSTA, Hélio. Op. cit., p.98.

<sup>225</sup> Presidente: Leopoldo Ferrari, Secretário: Arthur Seiler, Tesoureiro: Oswaldo Werplotz.

<sup>226</sup> DIAS, Maria de Fátima Sabino. Op. cit., p.109.

pois ele era candidato a vereador pela UDN. Muitos operários desconheciam inclusive a constituição da diretoria do Sindicato. Otacílio Nascimento, o vereador petebista que esteve à frente de muitas das discussões referentes às conciliações entre os operários e os patrões foi lembrado algumas vezes como sendo o presidente do Sindicato, sendo que naquele ano ele não ocupava nenhum cargo no mesmo. O senhor Willi lembra: “Ele era presidente do sindicato!”<sup>227</sup>. E, o senhor Ronaldo mencionou que Otacílio Nascimento, enquanto “presidente do sindicato”, “todas as noites tinha uma reunião (...) com os grevistas e pedindo que (...) realmente mantivessem duro e rígido a greve porque ele como presidente do sindicato garantiria a vitória”<sup>228</sup>.

É muito provável que os operários reconhecessem a liderança política de Otacílio Nascimento, especialmente, porque se dirigia aos operários durante campanha política, estava junto com eles nas negociações e procurava estar do “lado deles”. Mesmo não sendo parte do sindicato, essa informação foi ignorada ou desconhecida de muitos operários que preferiram aceitar Otacílio como uma figura política representativa. Era ele, aliás, que estava cuidando do processo de dissídio coletivo em Porto Alegre e, se perdesse sua representatividade na câmara municipal, caso não fosse eleito, não teria tanta influência nas decisões tomadas em relação aos operários.

Publicou meses antes da greve dois artigos no jornal *O Lume*, onde discorria sobre os empregados mensalistas e o repouso semanal remunerado, bem como, sobre o abono e o salário, duas das pautas de reclamação dos operários da Empresa Industrial Garcia<sup>229</sup>. Da mesma maneira que ele destacou-se no cenário político, em grande parte por causa das greves, e procurava tirar vantagens do movimento, muitos políticos eram também usados pelos trabalhadores<sup>230</sup>. Eles poderiam facilitar as negociações com sua influência, poderiam ser também responsabilizados pela situação da greve, amenizando as represálias contra os operários. E, os grevistas sabiam disso.

O senhor Anton lembra que Otacílio Nascimento “atiçava” os operários, “ele metia na cabeça do pessoal que eles tinham que fazer a greve para melhorar”<sup>231</sup>. Entre os operários, queria ser um *amigo*, queria poder ajudar a aplicar a legislação trabalhista e estava presente na

<sup>227</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>228</sup> LUZ, Ronaldo da. Op. cit.

<sup>229</sup> NASCIMENTO, Otacílio. Os empregados mensalistas... Op. cit.; O abono e salário. Op. cit.. Ele demonstra nesses artigos que, conforme constava na CLT, os trabalhadores deveriam receber pelos 30 dias do mês e não por 25 dias. Mais tarde, surge com o problema do abono e do salário, afirmando que existem alguns empregadores que pretendem diminuir o salário em função de alguma punição. Ele possivelmente publica neste jornal porque o periódico tinha uma posição política distinta, PSD e os artigos de Otacílio Nascimento se enquadrariam melhor nesse tipo de informativo.

<sup>230</sup> FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”. Op. cit., p.160.

<sup>231</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

organização do movimento. Contudo, mudava seu discurso quando dirigido a um outro grupo. No jornal *A Nação*, explica que sua intenção era instaurar um dissídio coletivo “pois o dissídio coletivo é um meio legal de que se deveriam valer para pleitearem suas reivindicações”<sup>232</sup>. Otacílio Nascimento foi também alvo entre a imprensa, já que era visto como um político demagogo e um dos *causadores* da greve:

Resta-nos analisar um outro ponto (...) a *influência de elementos estranhos*, que procuram se aproveitar da situação para fins políticos, arvorando-se em protetores dos operários, prejudicando-os, porém, com suas atitudes, quase sempre desprovidas de sinceridade. É o caso do Sr. Otacílio Nascimento, vereador do P.T.B. e ao que parece, empregado de um dos sindicatos de Blumenau. Em todos os movimentos grevistas<sup>233</sup>, ele surge como figura principal, orientando, fomentando a incompreensão e perturbando a harmonia que deve existir e sempre existiu entre operários e industriais, pelo menos em Blumenau.<sup>234</sup>

Osius Guimarães o inclui nas discussões relacionadas às responsabilidades da greve e do desespero dos operários, já que ele foi visto como um elemento que provocava ainda mais a ação descoordenada da greve. Mas, as críticas a ele também diziam muito mais respeito à sua ligação partidária. Getúlio Vargas ainda não tinha lançado candidatura à presidência em fevereiro (oficializou-se em junho de 1950). O candidato do PSD, Cristiano Machado<sup>235</sup>, não tinha o apoio dos petebistas, já que estes ainda esperavam a candidatura de Getúlio. A revista *O Vale do Itajaí* estava com o PSD de Nereu Ramos e Aderbal Ramos da Silva, respectivamente, vice-presidente e governador do Estado de Santa Catarina. Otacílio era um pretexto para críticas ao PTB e procurava indicar a desarmonia causada pelas ações do mesmo numa cidade prioritariamente harmoniosa.

Mas, era nesse intrincado cenário que os operários estavam cientes em garantirem os seus interesses na luta e estavam longe de serem apenas vítimas manipuladas por estes políticos<sup>236</sup>, como afirma Paulo Fontes. Um movimento grevista em ano de eleições era também uma possibilidade estratégica de vitória. Era certo que esses conflitos entre candidatos só poderiam contribuir para o movimento, já que cada um deles procuraria ajudar, pensando na retribuição das urnas; mais um argumento que podemos utilizar para mostrar a organização da greve.

<sup>232</sup> Casos de desespero entre os operários que participam das greves em Blumenau. Op. cit.

<sup>233</sup> Não temos informações do número de movimentações grevistas que aconteceram na cidade até 1950, as palavras de Osius Guimarães nos leva a pensar que elas eram periódicas no cotidiano da cidade. Sabemos que até aquele momento, a Cremer e a Empresa Gráfica Catarinense haviam entrado em greve no ano de 1949. Em 1945, a Empresa Industrial Garcia instaura uma greve e, em 1948, leva a um dissídio coletivo.

<sup>234</sup> Um ponto delicado na questão das greves. *O Vale do Itajaí*: lavoura, indústria, comércio, mar./abr., 1950, ano VI, nº. 60-61, s./p.

<sup>235</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p.38; 40.

<sup>236</sup> FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”. Op. cit., p.161.

Após o fim do Estado Novo, com o processo de redemocratização, em 1945, organizam-se grandes partidos como o PSD, PTB e a UDN. Nesse sentido, “as eleições não mais seriam reféns das negociações entre elites, um novo ator político participaria do processo eleitoral, a massa, a população em geral”<sup>237</sup>. Eles eram tão imprescindíveis, que foi no bairro Garcia, onde se localizava a Empresa Industrial Garcia, que muitos comícios foram feitos após a greve<sup>238</sup>. Com suas seis zonas eleitorais e seus 1.870 eleitores, 20% dos votantes daquele ano na cidade, o bairro tornou-se depois da greve um local com boas perspectivas para se fazer campanha<sup>239</sup>. Ainda durante a greve, as problemáticas apontadas pelos operários foram apropriadas por muitos candidatos como força de campanha política, bem como argumentos de infiltração nas greves.

Todos queriam proteger e cuidar da classe trabalhadora. O PTB já estava lá com Otacílio Nascimento, o PSD através do Ministério do Trabalho e a UDN com os patrões “bons” e “assistencialistas”. Por isso, os operários sabiam de suas novas responsabilidades enquanto eleitores e reforçavam a “submissão” dos políticos aos seus votos, utilizando-se desse “poder” para adquirirem benefícios. Com tudo isso, percebe-se o quanto a greve, longe de ser um movimento espontâneo e desesperado, foi um momento propício no qual os operários souberam se manifestar. Era ano de eleições, ano de festejos na cidade, ano de promessas e de reafirmações.

### 3 – Os reflexos da greve na Empresa Industrial Garcia

Ernesto Stodieck Jr. veio substituir o senhor João Medeiros Jr. em setembro de 1940. Ele era filho de uma das famílias de acionistas da Garcia ligada ao comércio de Florianópolis. O sobrenome Stodieck, por ser descendente da família Wagner, pioneira na colonização do Vale do Itajaí, tinha muitos laços de parentesco em Blumenau e em Brusque (família Renaux)<sup>240</sup>. A Empresa Industrial Garcia era controlada por um grupo de acionistas, ou seja, a Empresa não pertencia a nenhuma família tradicional da cidade, não participavam oficialmente da política local como os outros industriais. Entre alguns dos acionistas, estavam a firma

<sup>237</sup> ESSUS, Ana Maria Mauad de S. Andrade; GRINBERG, Lúcia. “O século faz cinquenta anos”: fotografia e cultura política em 1950. *Projeto História* (27) – Brasil 1954-1964. Ed. Marco Zero: São Paulo, p.131.

<sup>238</sup> Não houve notícia de comício em outros bairros, apenas um do PSD e PTB.

<sup>239</sup> Ver: Comício no Garcia. *A Nação*, 28/08/50; A apuração das eleições em Blumenau. *Cidade de Blumenau*, 13/10/50; *A Nação*, 28/08/50; Aos operários blumenauenses. Seção do PRP’. *A Nação*, 20/09/1950).

<sup>240</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987, p.223.



Hering de Blumenau e o grupo comercial Heuer de Curitiba<sup>241</sup>, sendo que este último era o acionista majoritário. Para administrar a fábrica, um diretor-gerente era indicado.

Apesar da Empresa Industrial Garcia se diferenciar em relação a sua administração, em 1940, o novo diretor-gerente não deixa de participar dessas redes familiares de poder que se estabeleceram no Vale do Itajaí e em todo Estado de Santa Catarina. O que marcava a mudança era sua procedência da capital do Estado. Além disso, chegou instituindo novas práticas disciplinares na fábrica, otimizando o trabalho, ao mesmo tempo em que traziam modificações na vida do Bairro Garcia.

Através da pesquisa, percebe-se que desde a entrada e do Ernesto Stodieck Jr. para a diretoria, muitas mudanças incidiram na rotina da fábrica e dos operários durante a década de 40. Além dessas mudanças administrativas, os operários lidavam com as mudanças na rotina de trabalho no período da Segunda Guerra Mundial.

No episódio da greve de 1950, essas questões que diferenciavam os diretores-gerentes foram utilizadas como argumento para as críticas a Stodieck Jr. Osias Guimarães, em uma reportagem referente à greve de 1950, escreve um texto em que deixa claro que o fato da fábrica não compartilhar de um mesmo tipo de administração como nas outras indústrias da cidade parece ter sido também um fator importante para a deflagração da greve. Ele aponta como o centro da análise não os operários, mas o “causador” dela, argumentando que Ernesto Stodieck Jr.

não é um industrial. Não fundou a sua indústria, nem trabalhou com os operários desde a sua fundação como os outros em Blumenau. Ele não sentiu as dificuldades no crescimento de uma fábrica que fosse sua, ao lado dos trabalhadores, formando esta esplêndida família que se verifica em outros estabelecimentos no Vale do Itajaí. É um elemento estranho no conjunto harmonioso que deve ser uma fábrica, operários e diretores solidarizando-se para um fim comum. (...) Ele tem que administrar. E a administração, nesses casos, resume-se em lucro<sup>242</sup>.

Essas acusações estavam pautadas no fato de que um “estranho” estava na cidade e não compartilhava de muitos ideais estabelecidos entre os outros industriais, muito menos da experiência familiar da fábrica. O jornalista afirmou que esse histórico fazia do industrial um desarticulador da suposta “harmonia” dos trabalhadores e patrões na cidade, ao mesmo tempo em que se observou que ele não foi o único industrial que viu seus trabalhadores cruzando os braços. Sendo assim, imagina-se que na fala de Osias Guimarães procura-se “neutralizar” o

---

<sup>241</sup> Idem, p.221.

<sup>242</sup> A greve no parque industrial blumenauense afetará seriamente a economia de Santa Catarina. *O Vale do Itajaí*, n.º. 59, ano VI, fev./1950.

efeito negativo das greves frente aos “tradicionais” industriais da cidade que acabaram envolvidos no movimento. É interessante observar como esses argumentos são apropriados em momentos específicos. Esse vínculo “tradicional” não era um problema anos antes, quando o mesmo jornalista elogiava nas páginas da revista a atuação do diretor gerente. Na década de 40, Ernesto Stodieck Jr. foi considerado, por Osias Guimarães, muito positivo para a economia da cidade e para os operários da Empresa Industrial Garcia<sup>243</sup>.

Osias Guimarães apontou na revista *O Vale do Itajaí* o frágil vínculo entre patrões e operários na Empresa Industrial Garcia, baseado essencialmente numa idéia de paternalismo em que o patrão e empregado favoreceriam uma relação recíproca. Muitas vezes, essa prática se evidenciava em pequenas intervenções como, por exemplo, as gratificações, churrascos, festas, presentes de final de ano, etc, como enfatiza Michelle Perrot<sup>244</sup>. Thompson sugere que essa teatralização fizesse parte de uma “ensaiada técnica de domínio” em que ambos interpretassem como “calorosa e familiar” essa relação<sup>245</sup>. A nova relação estabelecida com os empregados, apesar de soar como “familiar” foi bastante autoritária.

Um exemplo disso foram as inúmeras demissões que aconteceram depois da greve de 1950, mesmo com o esforço da comissão de grevistas em evitar isso. Nas palavras do presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Leopoldo Ferrari, “houve uma faxina (...). Foram demitidos muitos operários. O senhor Stodieck limpou a fábrica. Tirou todos os grevistas, aqueles que foram o pivô da greve”<sup>246</sup>. Leopoldo Ferrari coloca a responsabilidade das demissões nas mãos de um personagem, indicando que a briga parecia ser muito antes pessoal, entre o senhor Stodieck e os operários. Indica contudo, que as reclamações dos operários não tinham oportunidade de serem ouvidas e que corriam o risco de serem punidos.

Ainda assim, observando o depoimento dos operários, as demissões não foram aleatórias. Percebemos que as demissões dos responsáveis da greve eram dirigidas àqueles operários com poucos anos de fábrica e que participaram com mais intensidade, especialmente no bloqueio do portão, ou seja, seriam reconhecidos como grevistas, a partir desse dia, e considerados um perigo para a fábrica. Para a Empresa, era mais útil demitir operários novos do que aqueles que já constituíram uma experiência de trabalho. Um exemplo disso foi Leopoldo Cirilo, expressivo ex-jogador de futebol do Amazonas Esporte Clube e que estava entre os

---

<sup>243</sup> Ver: *O Vale do Itajaí*, jun./jul. 1946.

<sup>244</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, p. 61-62.

<sup>245</sup> THOMPSON, E. P. Op. cit., 62.

<sup>246</sup> FERRARI, Leopoldo. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino. Op. cit., p.106.

operários agarrados ao portão<sup>247</sup>. Ele não foi demitido, tinha muitos anos de trabalho “nas costas”. Já o senhor Willi lembra:

Tinha um Sr., um homem novo casado uns dois ou três anos. Estava morando de favor, não tinha onde cair morto, ele pegava um bule de café e alguns bolinhos, vinha desde a Igreja Nossa Senhora da Glória ele vinha até ali onde tinha... Fizeram uma barraca, ali o pessoal ficava ali. Ele trazia café. Aquele ali foi o primeiro que foi para a rua. Era um operário novo, de uns três ou quatro anos<sup>248</sup>.

Não temos conhecimento de quantos operários foram demitidos, mas essas demissões causaram transtornos a muitas famílias. As demissões surgiram como a imposição da autoridade da empresa, especialmente, porque se sabia que a demissão não era simplesmente a perda de um emprego. Na Empresa Industrial Garcia, era também sinônimo de descomprometimento do trabalhador com o trabalho, em poucas palavras, a demissão só ocorreria se o operário buscasse isso especialmente porque nessa indústria era incomum demitir em função de pouco trabalho ou mesmo excesso de mão-de-obra.

Famílias inteiras trabalhavam na fábrica e, com o nascimento de um novo filho, os pais já sabiam o destino dos filhos. Ser demitido era romper com preceitos morais que estavam estabelecidos havia muito tempo, como explica a senhora Norma: “Meu pai dizia que a pessoa que era demitida da fábrica era malandra. Eu tinha isso comigo: Eu não sou malandra, eu trabalho!”<sup>249</sup>. Demissão também era vagabundagem, sinônimo de uma vida “perdida” e até se comentava: “Oh! Minha filha, você não namora aquele rapaz porque ele foi demitido da Empresa Industrial Garcia”<sup>250</sup>. Por isso, o impacto dessas demissões ia muito além da perda de um emprego, marcaria para sempre a vida destes operários.

O senhor Gerhard lembra que “todo dia, todo dia, todo dia demissão. Isso até dava pena, mas...”<sup>251</sup>. Ele termina sua averiguação sobre as demissões com uma consideração perdida. Ao que parece, todos os dias a demissão chegava para algum operário, “mas” seria resultado de suas ações frente ao movimento. Eles sabiam que aquilo poderia acontecer. Por isso, muitas vezes, alguns operários afirmavam não terem tido participação no movimento grevista em frente ao portão. Contudo, para muitos operários novos, aqueles com poucos anos

<sup>247</sup> HÄRBE, Ingerborg. Op. cit.

<sup>248</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>249</sup> SCHWABE, Norma. **Norma Schwabe**: depoimento [mar.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

<sup>250</sup> DAY, Adalberto. **Adalberto Day**: depoimento [jan.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

<sup>251</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

de fábrica e que vieram de regiões afastadas, a greve não era desnecessária, mas imprópria para o momento em que eles viviam.

Ao mesmo tempo em que os operários foram punidos, as suas reivindicações foram pouco respeitadas pelos patrões. Depois da entrada do dissídio coletivo no final da greve de 1950, pelo Tribunal Regional do Trabalho, decidiu-se que “os operários da E.I.G., Cremer e Artex teriam um considerável aumento em seus vencimentos (...): 40% nos salários de Cr\$ 30,00 diários; 30% aos salários de Cr\$ 31,10 até 40, e 20% para os salários de Cr\$40,00 diários em diante”<sup>252</sup>. Em função da decisão do Tribunal Regional do Trabalho ter sido dada pelo voto minerva, as empresas poderiam recorrer à instância superior no Tribunal Regional do Trabalho, no Rio de Janeiro.

Porém, parece que as negociações seguiram outra direção. Os respectivos diretores das empresas processadas tomaram uma decisão em 1951, um ano após a greve. Através de correspondência enviada à “Associação Profissional da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau”<sup>253</sup> e o “Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau” afirmaram que, caso os operários retirassem o dissídio coletivo em demanda na Justiça do Trabalho, estariam aptos a encontrar uma outra solução para o caso<sup>254</sup>. A proposta dos patrões encontrada na Portaria de 14 de março de 1951 dizia que, para as empresas “Cremer” e “Artex”, o aumento de salários deveria ser efetuado de acordo com os salários nas folhas de pagamento do mês de janeiro de 1950 em 20%, sendo que a “importância que resultar desse cálculo, seria distribuído em forma de aumento porcentual, sobre todos os salários, a critério da direção da fábrica e sob as vistas de uma comissão de três operários com estabilidade funcional”<sup>255</sup>. Já, para a Empresa Industrial Garcia decidiu-se que, com a desistência do dissídio coletivo, ficaria resolvido:

1º – os abonos de incentivo à frequência, que até então vinham sendo pagos em *Folha de Pagamento*, assinada pelos empregados, ficam fazendo parte dos seus salários normais; 2º – a porcentagem de 17% que se vinha pagando sobre a totalidade da remuneração, a título de *Remuneração do repouso semanal, domingos e feriados*, será conservada, porém esta passará a constituir o novo *Abono de incentivo à frequência, etc.*, para atender os termos de nossa portaria n.º 105 e que continuará em vigor; 3º – Devido a essas alterações, os

<sup>252</sup> Aumento dos vencimentos dos operários das empresas Garcia, Artex e Cremer S.A. *A Nação*, 10/09/1950.

<sup>253</sup> Associação Profissional da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau, fundada em 1951 e presidida pelo Senhor Ernesto Stodieck Jr. “Apesar da falta de oposição do Sindicato dos Trabalhadores, a ocorrência das greves de 1945, 49 e 50 motivaram a criação de uma organização empresarial que, interagindo institucionalmente com o Estado, representasse os interesses do empresariado têxtil na articulação da repressão oficial aos movimentos grevistas”. TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima. Op. cit., p.93.

<sup>254</sup> AHJFS. Ata da Assembléia Geral Extraordinária, 22/08/1950. In: *Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54.

<sup>255</sup> Idem.

empregados passarão a receber, além do acima estipulado, a Remuneração do Repouso Semanal, Domingos e feriados, de acordo com a legislação em vigor; 4º – esta regularização de salários será feita no mês de março corrente e não terá efeitos retroativos; 5º – qualquer outro benefício dispensado pela Empresa, mesmo indiretamente, não fará de forma alguma parte desta resolução<sup>256</sup>.

Neste parecer não se cogitou o aumento de salários, e entre as duas empresas anteriores o aumento estava atrelado ao trabalho satisfatório por parte dos empregados, além de ser menor do que a porcentagem de aumento salarial decidida pelo Tribunal Regional do Trabalho. Na Empresa Industrial Garcia, procurou-se favorecer os empregados através das bonificações, mas foram esquecidas as outras pautas de reivindicação como a questão médica e o aumento de 30% dos salários. Uma das propostas era incluir o abono de frequência ao salário, pagar a remuneração do repouso semanal como a lei prescrevia, mas conservar os 17% que eram pagos para esse fim num novo abono de incentivo à frequência, desvinculado ao salário “para atender a portaria nº. 105”<sup>257</sup>. Novamente, o “incentivo à frequência” surgiu e se legitimou como uma necessidade de controle dos empregadores que se utilizavam desse “extra” para garantir a produção da fábrica. Era, em verdade, condição importante e estabelecida entre operários e patrões, um compromisso que ambos estavam cientes de cumprir, que deveria ser conservado, já que nem foi cogitado ser retirado dos acordos estabelecidos entre eles.

Numa assembléia no dia 08 de abril de 1951, convocada pelo Sindicato para verificar o aceite ou não dessas propostas pelas comissões dos grevistas, os mesmos decidiram continuar com o dissídio coletivo: “Após o prolongado debate sobre o assunto, por maioria dos membros das comissões acima referidas, foram rejeitadas as propostas de acordo das empresas e deliberado que se prosseguisse no dissídio coletivo”<sup>258</sup>. Não foi encontrado mais nenhum documento ou reportagem relacionado a greve posteriormente esse último documento de 1951.

Durante toda a greve dos operários, percebe-se que essa “onda de greves”, como chamou um dos periodistas, não foi reflexo de uma união sindical, especialmente entre as têxteis. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau atuaram inibindo o movimento grevista e cumprindo com o seu “papel” nas negociações. Percebeu-se que, após o início da greve na Empresa Industrial Garcia, os operários das outras fábricas seguiram o exemplo e também se organizaram sem o Sindicato. Os

---

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> AHJFS. Coleção de dossiês. S.T.I.F.T.B., Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54, 18/05/1951.

Sindicatos aturam como “conciliadores”, mantendo a mesma posição daqueles que eram contrários ao movimento.

Os operários da Empresa Industrial Garcia responderam às injustiças cotidianas, aos desrespeitos diários sofridos no ambiente de trabalho e fora dele e ao descumprimento de seus direitos como trabalhadores e muitas vezes como seres humanos. Hélio Costa explica que a greve é um grande laboratório social “do qual emergiu a experiência de classe demonstrada em toda sua capilaridade nos locais de trabalho, nos sindicatos, na política partidária, nas manifestações de rua<sup>259</sup>”.

No decorrer da greve, a situação dos operários ganhava espaço nas páginas dos jornais locais, mas precisava também dividir esse espaço com interesses políticos locais, que por vezes queriam impedir que a greve tivesse a expressividade que merecia. Muitos procuravam jogar a culpa em pessoas específicas, como os políticos demagogos e em industriais locais, por exemplo, sem analisar realmente o que os operários queriam dizer com a greve.

A greve de 1950 da Empresa Industrial Garcia demonstrou não só os problemas visíveis nas condições de vida dos operários, mas também os problemas invisíveis que só poderiam ser percebidos quando passamos a destacar o comportamento dos operários, já que a greve adquire lógica quando percebemos as formas que assume. É na greve que o trabalhador consegue mostrar uma outra imagem, diferente daquela idealizada nos discursos a respeito do blumenauense “satisfeito” e trabalhador.

Durante o processo de greve dos operários, em fevereiro de 1950, os periódicos, principais veículos de informação da cidade, dividiram-se entre as reportagens e artigos que exaltavam o potencial de trabalho e o bem-estar dos operários, ao mesmo tempo, em que publicavam nessas mesmas páginas as notícias de greves. Apenas um deles, o jornal *A Nação* posicionou-se no sentido de “falar” das greves. Os outros jornais foram sucintos nas informações e o *Cidade de Blumenau*, vinculado ao partido da situação, a UDN, manteve um “protesto silencioso”, ignorando as greves. Sendo assim, para manterem em seus antigos discursos a respeito dos trabalhadores da cidade, o primeiro jornal, bem como o jornalista Osias Guimarães, da revista *O Vale do Itajaí*, praticamente, ignorou as greves nas outras indústrias e deteve-se na análise da greve da Empresa Industrial Garcia. Encontraram no fato dela ser administrada por uma pessoa que não compartilhava das mesmas “tradições industriais”, um “estranheiro”, o motivo de estes operários estarem insatisfeitos. Com isso, mantiveram-se coerentes com a proposta inicial de que operários e patrões no Vale vivam em harmonia.

---

<sup>259</sup> COSTA, Hélio. Op. cit., p.113.

Os operários da Empresa Industrial Garcia eram muito diferentes do que se idealizou no centenário de Blumenau, e o bairro Garcia um espaço diversificado, assim como os outros bairros da cidade que não se identificavam com as características apontadas nos festejos da cidade. O bairro Garcia é um exemplo da diversidade histórica de Blumenau, constituído por pessoas, memórias, histórias e sociabilidades partilhadas. Um local em que os operários se defrontaram com as incertezas da vida, nesse momento de mudanças, em que antigos espaços de encontro e de reconhecimento foram banidos da paisagem e do cotidiano. Um período em que as adversidades econômicas e as novas formas disciplinadoras traziam insegurança e desestabilizavam as estratégias de vida já elaboradas por muitas famílias. O movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia e das outras indústrias paralisadas rompeu com a rotina diária de trabalho.

Não foi em função do desespero que o movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia aconteceu, e não foi tampouco em função do desespero que ela terminou. Existe na relação entre operários e patrões, fábrica e bairro, um conjunto de inter-relações que precisam ser discutidas. Conseguiremos entender um pouco dessa rede através da análise do cotidiano dos empregados da Empresa Industrial Garcia, já que a relação que se estabelecia com suas práticas de lazer, sociabilidade e também trabalho pode nos dizer muito sobre as implicações do movimento operário e da abertura de consciência dos operários. Tanto os espaços de trabalho como de sociabilidade são espaços de conflito e aqui se trata de perceber as relações estabelecidas entre indivíduos e os grupos num mesmo território, que é o caso do bairro Garcia.

### III

#### Memórias, histórias e sociabilidades do bairro Garcia.

“A casa pode ser o domínio privado da família, mas a porta principal abre para a rua, e aquele que desce um degrau, ou nele se senta a gozar o fresco nas noites bonitas, passa a tomar parte na vida do bairro”<sup>260</sup>.

#### 1 – “Uma cidade dentro de outra cidade”: vida de bairro, vida de fábrica.

A senhora Domingues e o senhor Willi tiveram uma história parecida com a de muitos outros casais que chegaram a Blumenau para trabalhar na indústria têxtil. Domingues veio de São João Batista, sozinha e solteira, com 26 anos de idade, em 1948: “Meu pai era falecido né e a minha mãe ficou lá, eu vim para cá (...) tentar mandar alguma coisa para ela lá, a gente era muito pobre sabe, trabalhava no sítio, na roça, né (...)”<sup>261</sup>. Para ela a fábrica foi uma alternativa de sobrevivência, uma alternativa do trabalho na roça que, ao que parece, não era rentável, principalmente após a morte de seu pai. Assim como a senhora Domingues, muitas outras mulheres saíram de suas cidades de origem, em geral do trabalho na “roça”, para trabalharem nas indústrias têxteis, contribuindo assim com o orçamento doméstico da família. Na década de 40, segundo dados do IBGE<sup>262</sup>, os números de solteiros e solteiras da cidade chegavam a 62% para os homens e 57% para as mulheres. Já na década de 50, os números se alteraram, os casados e casadas sobressaíram-se dos solteiros. Isso nos leva a crer que alguns casais se formaram nesse tempo. Com o incremento da indústria têxtil nacional, neste mesmo período, a mão-de-obra para as indústrias tornou-se essencial:

Já desde há algum tempo vem se verificando em nosso município uma falta (...) de braços para enfrentar o incremento extraordinário que vem tendo a indústria, a lavoura e outras

<sup>260</sup> HOGGART, Richard. **As utilizações da Cultura 1: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 71.

<sup>261</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>262</sup> IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**. População de fato 15 anos e mais, por sexo e estado conjugal. 1940, p.53; 1950, p.66.



iniciativas locais. (...) Embora o braço feminino tenha atingido uma intensidade fora do comum, atraindo para Blumenau centenas de moças das localidades vizinhas. Apesar do salário constantemente ser aumentado, mesmo assim dificilmente conseguiu-se obter os braços para as necessidades mais urgentes<sup>263</sup>.

A senhora Domingues era uma dessas mulheres. O jornal enfatiza a utilização do trabalho feminino em Blumenau como um recurso momentâneo para a escassez de mão-de-obra, entretanto sabe-se que as mulheres sempre estiveram ativamente presentes nas indústrias têxteis desde o início da industrialização no Brasil<sup>264</sup>. Remetendo-se aos anos 40 percebe-se, através dos dados do IBGE o incremento da população suburbana de Blumenau, onde encontram-se as indústrias têxteis.

ANO	População de fato			População urbana				População suburbana				População rural			
	TOT.	HOM.	MUL.	HOM.	%	MUL.	%	HOM.	%	MUL.	%	HOM.	%	MUL.	%
1940	41.178	20.953	20.225	6.971	33,2	6.952	34,3	356	1,7	361	1,7	13.626	65	12.912	63,8
1950	48.108	23.908	24.200	6.818	28,5	7.914	32,7	4.998	21	4.713	19,4	12.092	50,5	11.573	47,8

FONTE: IBGE. *Censo demográfico de Santa Catarina*. 1940, p.159; 1950, p.78.

Enquanto que em 1940 a população suburbana era de 3,4%, em 1950 chegou a 40,4%<sup>265</sup>. As populações das zonas rurais tiveram um ligeiro declínio, especialmente entre as mulheres, e as das regiões urbanas mantiveram-se relativamente estabilizadas. Isso é um indicativo de que grande parte da mão-de-obra vinha de outras cidades, concentrando-se nos subúrbios industriais. No contexto nacional, também, verificava-se esse movimento. Para que as fábricas suprissem a falta de trabalhadores em função do aumento das exportações, acabaram limitando-se a fazer o que já faziam na década de 30, ou seja, trazer trabalhadores do meio rural, inexperientes no trabalho fabril, sem pensar num remanejamento de suas máquinas que atenderiam essas necessidades<sup>266</sup>. Além disso, as máquinas funcionavam 24 horas por dia e os trabalhadores tinham suas jornadas de trabalho estendidas.

O senhor Willi chegou a Blumenau em 1946: “Eu sou (...) de Gaspar e eu trabalhava na roça também, com 21 anos eu vim para a cidade. Aí comecei a trabalhar, era tirador de lenha na caldeira para a Empresa Garcia, queimava lenha”<sup>267</sup>. A “roça” e a “cidade” eram dois lugares bastante distintos para esse ex-operário. A “cidade” era entendida como o lugar em que as enxadas e arados seriam deixados de lado. Por isso, nesse sentido, o Garcia, apesar

<sup>263</sup> A falta de braços em Blumenau. *Cidade de Blumenau*, 29/12/1943.

<sup>264</sup> Ver: PENA, Maria Valéria. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina no trabalho fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>265</sup> IBGE. **Censo demográfico de Santa Catarina**. População de Blumenau segundo sexo e local de moradia. 1940, p.159; 1950, p.78.

<sup>266</sup> STEIN, Stanley. Op. cit., p.168.

<sup>267</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

de ser um bairro com muitos vínculos com a “roça”, era representado pela chaminé da fábrica. Isso fazia do bairro Garcia, para o senhor Willi, uma nova “cidade”.

A necessidade de contratação de empregados tornava fácil a procura de uma vaga na fábrica. A senhora Domingues declarou que ficou espantada com o resultado de sua busca por um trabalho: “Chegava assim já arrumava emprego! (ênfase) É só chegar ali na portaria e já arrumava emprego na hora, não precisava levar nada”<sup>268</sup>. Essa experiência difere-se da situação atual em que as contratações são permeadas pela necessidade de coletar-se diversas informações acerca da vida do candidato. Ao lembrar dessa experiência inicial de trabalho, a senhora Domingues acaba ressaltando as transformações no mundo do trabalho até os dias de hoje deixando entender-se que o trabalho na fábrica era, naquele momento, um tipo de “salvação” para muitos novos trabalhadores.

Conforme dados da própria empresa, em 1934 a fábrica empregou aproximadamente 500 pessoas. Em 1940 o número aumentou para 650 atingindo, em 1944 a marca de 1.000 operários<sup>269</sup>, o que torna evidente o expressivo crescimento de operários nos anos 40.

Quem chegava de outras cidades, geralmente vivia um momento de indefinição no rumo de suas histórias de vida. Essa situação ganhava uma nova perspectiva no momento em que dirigia-se “à portaria” da fábrica para “tentar a sorte em Blumenau”, como afirmou senhor Anton, ao contar que muitos não vinham especificamente para a Empresa Garcia “(...), mas chegavam aqui (...) iam lá pedir emprego porque não existiam grandes necessidades de apresentar currículo complicado. Nem precisava ler e escrever, só precisava ter vontade de trabalhar; só isso”<sup>270</sup>. Ainda assim, os primeiros trabalhadores da Empresa Industrial Garcia e aqueles que vieram a constituir um tipo de operário denominado por Giralda Seyferth “colono operário”, foram muito importantes para o crescimento das indústrias<sup>271</sup>. Esse trabalhador permanecia com as atividades no campo, ao mesmo tempo em que trabalhava na fábrica para amenizar os problemas enfrentados com a agricultura; ou seja, eram aqueles operários que já moravam nos bairros ou próximos deles.

A autora percebe uma distinção maior entre os “colonos-operários” e os “operários” na década de 30, quando o crescimento das indústrias atraiu muitas famílias de regiões como Tijucas, por exemplo. Esses ex-pequenos proprietários, ex-arrendatários ou trabalhadores rurais da região canvieira se dirigiram para outras zonas industrializadas como Brusque.

---

<sup>268</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>269</sup> AHJFS. Coleção de dossiê: Estabelecimentos industriais/ARTEX. Empresa Industrial Garcia. CI – 3.2.2.07.

<sup>270</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

<sup>271</sup> SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org). **Cultura e Identidade operária**. Op. cit., p.105-106.

Além deles, muitos outros “filhos de camponeses” deixaram regiões litorâneas e regiões próximas ao Vale do Itajaí, em função da diminuição dos lotes agrários: “Sendo imprudente a partilha da terra, um dos filhos pode ficar com a propriedade e aos demais só resta o caminho da proletarização”<sup>272</sup>. A senhora Isolde lembra que a possibilidade de emprego trouxe muitas mulheres, algumas viúvas, de Tijucas, e enfatizou que, na década de 30, quando ainda era pequena:

Era tudo diferente, era muita gente de Tijucas que veio trabalhar e eram gente trabalhadeira, não se pode dizer que eram malandros, eram gente trabalhadeira dentro do limite deles, vamos dizer com higiene e tudo, eles tinham uma diferença e tudo, mas para trabalhar eram muito trabalhadores. Por isso foram buscados<sup>273</sup>.

O comentário da senhora Isolde tem muita relação com a “idealização do trabalho alemão”<sup>274</sup>. Baseando-se na capacidade de trabalho, o “brasileiro” era identificado como sendo pobre, atrasado, malandro e incapaz de progresso, enquanto que o teuto-brasileiro era considerado o mais apto ao trabalho. Ela comentou que esses trabalhadores foram “buscados” e essa era uma prática utilizada pela Empresa Industrial Garcia para trazer operários. O pai da senhora Isolde trabalhava com o caminhão da fábrica e tinha costume de seguir até Tijucas para atrair novos operários. O senhor Alfredo Iten, inclusive, destaca que “(...) vinha gente de major *Gercino*, de Tijucas, e eu fui buscar, passava de bicicleta aqui pela *Gabiruba*, ia pelo Gaspar Alto para *Gabiruba* pegar gente”<sup>275</sup>. A atribuição desse mestre de fiação era informar as famílias do trabalho na fábrica. “Pegar gente” não significava literalmente trazer junto, mas, fazer a propaganda em si.

José Sérgio Leite Lopes, em seu texto “A tecelagem dos conflitos de classe”, fala das formas de recrutamento de operários, principalmente através de um processo de aliciamento “(...) que de fato tem aspectos de propaganda, sedução e logro por parte do discurso aliciador dos *agentes* diante de uma força de trabalho potencialmente recrutável”<sup>276</sup>. No caso da Empresa Industrial Garcia, não haviam agentes prontos para esse serviço, mas o fato de existirem funcionários que iam “pegar gente” fora da cidade indica um tipo de *sedução* por parte da fábrica e da cidade em relação a esses trabalhadores. Entretanto, essa não era a única alternativa de propaganda, os próprios vínculos de parentesco davam um panorama um pouco mais seguro do que era a vida na fábrica e o que se receberia quando chegasse lá.

---

<sup>272</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>273</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>274</sup> SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão”. Op. cit.

<sup>275</sup> ITEN, Alfredo. Op. cit.

<sup>276</sup> LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe**: na cidade das chaminés. Brasília: Marco Zero e Ed. da UnB, 1988, p.47.

Depois que chegavam à cidade e depois de empregadas, muitas famílias, solteiros e solteiras procuravam um lugar para morar. Um recurso utilizado por estes últimos era pagar *bóia*, como no caso da senhora Domingues, que fixou residência na casa de uma prima. Ela pagava a sua comida e fazia os serviços de limpeza da casa e demais atividades domésticas. O mesmo aconteceu com o senhor Willi. Contudo, desde o início da vinda de novos trabalhadores de outras cidades, os administradores da fábrica iniciaram um projeto de construção de casas que seriam alugadas aos operários, principalmente, quando chegavam em famílias. As construções iniciaram-se no começo da década de 20, chegando em 1922 a 13 casas. No ano de 1928, já eram 20 casas e, em 1935, 35 casas chegando a 200 no ano de 1950<sup>277</sup>.

A região de maior concentração de casas era na “Vila João Anastácio”. A Vila ligava-se à Empresa Industrial Garcia pela Rua da Glória, a conhecida “Specktief”, uma estrada com barro vermelho e muita lama. Nessa rua, estabeleciam-se casas comerciais e algumas casas de operários e outras casas residenciais e era a região de maior concentração de operários vindos de outras cidades. Foram construídos alguns modelos de casas. As casas tipo “bangalô” tinham apenas um pavimento e caracterizavam-se por serem bem mais simples que as demais. Em geral, estas tinham dois pavimentos, uma varanda, sala, cozinha, banheiro e quatro quartos na parte superior. Em algumas casas, moravam mais de dez pessoas. Além desses ambientes, havia um rancho e, caso sobrasse espaço, as pessoas poderiam fazer uma pequena horta:

Era costume em quase todas as casas populares da Empresa Garcia, o cultivo de alimentos, os canteiros como eram chamados, como também os famosos galinheiros, todo mundo tinha um, onde existiam galinhas poedeiras e criação própria dessas aves<sup>278</sup>.

Muitas dessas casas tinham água encanada e rede de esgoto construída de maneira artesanal, para atender às necessidades dos moradores. A cada duas casas havia poços artesanais e desses poços a água era levada por canos para as casas. O banheiro permanecia dentro da casa e não fora, em pequenas casinhas, como a grande maioria das casas do interior. Todos os resíduos dos banheiros eram levados para os rios através de galerias<sup>279</sup>. Tudo isso fazia das casas de operários um luxo à parte, num período em que o serviço de abastecimento de água e rede de esgotos caminhava a pequenos passos, na cidade de Blumenau:

---

<sup>277</sup> AHJFS. Coleção de dossiê: Estabelecimentos industriais/ARTEX. Empresa Industrial Garcia. CI – 3.2.2.07.

<sup>278</sup> DAY, Adalberto. Op. cit.

<sup>279</sup> Idem.

Morar numa casa da Empresa Garcia era *status* porque tinha tudo isso, quando saía para visitar outro lugar na Rua Amazonas, ou qualquer outro lugar que fosse Rua Progresso, qualquer rua que você possa imaginar do bairro ou de qualquer outro lugar da cidade, a gente via tudo correr a céu aberto, tudo, era tudo céu aberto!<sup>280</sup>

Conforme dados coletados pelo pesquisador Adalberto Day, só na região da Vila, na década de 50, existiam 98 casas, sendo dividida em 7 ruas. As outras 115 casas ficavam na Rua da Glória, principal via de acesso, Rua Amazonas, que fazia a ligação com o centro da cidade e demais ruas paralelas<sup>281</sup>. A proximidade com os morros, especialmente na região da Rua da Glória fazia com que, vistas de cima, as casas disputassem o terreno e fossem construídas da maneira que desse. Ainda que esse número de casas parecesse grande, elas não contemplavam todos os moradores, como mencionou a senhora Domingues, enfatizando a sua frustração em não ter conseguido alugar uma delas: “Era difícil ganhar casa. Era muito difícil, a gente não ganhava tão fácil. Só quem tinha muito filho (...) Só aquelas pessoas que já estavam muito tempo ali antes de nós. Aqueles que foram casando e vindo depois não ganharam mais casa”<sup>282</sup>. A casa alugada para uma família inteira implicava em maior lucro para os empregadores.



**Fig. 11:** Casas Operárias: vista da Rua da Glória e Rua 12 de Outubro em 1946.  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

As casas eram alugadas ao preço máximo de Cr\$ 45,00, mais ou menos 5% do salário de um operário do sexo masculino<sup>283</sup>. Elas eram vantajosas para os empregadores, afinal, o “(...) capitalista só se interessará em construir casas se ele puder recuperar e ampliar seu

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem. Ele lembra que de todas essas casas, hoje só existem 5 na região.

<sup>282</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>283</sup> Conforme dados do senhor Gerhard que ganhava Cr\$ 900,00 por mês.

capital através delas”<sup>284</sup>. O empresário tinha perto da fábrica, com um custo baixo, um grande contingente de trabalhadores e também um espaço para a formação de futuros trabalhadores. A aproximação da casa com a fábrica diminuía os trajetos percorridos e, desta forma, o cansaço provocado por estas caminhadas. Estando próximos do trabalho, da casa, da escola para os filhos e também da igreja, os empregadores acreditavam que poderiam trazer alguma tranquilidade para as famílias operárias, por isso, subsidiavam a construção desses espaços e prezavam pela sua manutenção. Contudo, limitavam, com isso, o espaço de atuação dos operários e também as possibilidades destes acumularem algum capital e mudarem de vida.

Morar numa das casas da vila indicava a impossibilidade de se guardar dinheiro. Eva A. Blay afirma que “(...) a vila operária é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível armazenar a força de trabalho livre e necessária à produção”<sup>285</sup>. Com as casas, era possível diminuir os salários com o argumento de que os operários não precisavam pagar aluguéis caros. Ainda assim, a casa era utilizada como um meio de regular a vida dos operários. Era o vínculo mais sólido que muitos operários tinham com a fábrica. Sem a fábrica, eles não teriam mais uma casa e isso poderia *calar* eventuais movimentos grevistas<sup>286</sup>. As casas para os operários reduziam o preço da força de trabalho, ampliavam a capacidade de acumulação dos empregadores e induziam o trabalhador a permanecer no emprego<sup>287</sup>. Entretanto, ao contrário do que imaginamos, se lembrarmos da fala do senhor Willi, durante a greve de 1950 foram exatamente as pessoas que moravam nas casas que saíram para fortificar o piquete em frente à fábrica.

Para os patrões era bom que técnicos, mestres e contramestres morassem perto da fábrica, bem como os funcionários mais próximos da administração: “O senhor Stodieck com força não queria que eu fosse morar aqui para cima, ele queria que eu fosse morar perto da fábrica”<sup>288</sup>. O senhor Anton foi pedir uma casa para morar com a esposa depois do casamento. À princípio, ficou junto com os operários na Rua da Glória, mas depois veio para perto da fábrica porque o senhor Stodieck achava que os funcionários do escritório tinham uma proximidade maior com a gerência e não deveriam ficar tão perto dos operários, e ficando mais perto da fábrica, era mais fácil chamá-los nos casos de urgência e também de controlá-los<sup>289</sup>.

Aqui, percebe-se como esses funcionários ligados diretamente a trabalhos de escritório, tinham algumas regalias. Foi concedida para o senhor Anton uma casa só para que ele e

---

<sup>284</sup> BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo: Nobel, 1985, p.15.

<sup>285</sup> Idem, p.40.

<sup>286</sup> Idem, p. 97-98.

<sup>287</sup> Idem, p.53.

<sup>288</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

<sup>289</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

sua esposa fossem morar. O fato desses funcionários não ficarem tão perto dos operários, impedia que pudesse haver uma aliança entre eles, afinal, quem era do escritório sabia bem dos salários e de outros detalhes da vida burocrática da fábrica que poderiam ser bons argumentos utilizados pelos operários contra os patrões.

Além das casas fornecidas pela fábrica, outras famílias moravam em casas alugadas ou mesmo próprias em outras ruas do bairro. Muitos moravam do outro lado do ribeirão Garcia, na Rua Emílio Tallmann, na Rua Antônio Carlos Zendron, na Rua Amazonas e transversais, entre outras. Essa região, denominada de Bairro Garcia, tornou-se a nova casa de muitas famílias operárias na região do “Vale do Garcia”. Mas, não podemos denominar o bairro apenas por seu aspecto geográfico, pois é, em última instância, a continuação do espaço privado da casa “(...) é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada (...) pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência”<sup>290</sup>. E, tudo aquilo que os moradores poderiam reconhecer como a extensão da sua casa eram os chamados “lugares de reconhecimento” do bairro.

Esse crescente isolamento em relação ao centro da cidade e as limitações de tempo de cada morador para saírem do bairro tornaram aquele espaço uma “cidade dentro de outra cidade”, como se poderia afirmar. Era muito comum ouvir entre os moradores do Garcia frases do tipo “vou à cidade”, ou ainda “vou a Blumenau” quando queriam dizer que iriam ao centro da cidade. Mais do que moradores de Blumenau eram moradores do *Garcia*. Para alguns que desconheciam a divisão territorial do Estado de Santa Catarina, o bairro poderia ser entendido como uma cidade. O senhor Willi, por exemplo, comentou durante a sua entrevista que vinha um pessoal da *cidade da Velha* (outro bairro de Blumenau) tomar banho no ribeirão Garcia.

O bairro Garcia era, até 1956, considerado um bairro com maior abrangência territorial, até que naquele ano, como estratégia política, sabendo do fortalecimento econômico da região, foi desmembrado. Foram as principais ruas de acesso que especificaram a divisão feita posteriormente em 1956; rua Amazonas (bairro Garcia), rua da Glória (bairro da Glória), rua Progresso (bairro Progresso). Muitas famílias que chegaram para trabalhar na Empresa Industrial Garcia passavam pela rua Amazonas com seus 5 km de extensão. A região tornou-se bastante conhecida quando foi construído o 1º Regimento de Infantaria no bairro em 1939, tra-

---

<sup>290</sup> MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p.41, 45.

zendo muitos jovens que serviriam o exército nacional e que era um dos pontos de referência na rua Amazonas.

Na linguagem popular, os estabelecimentos comerciais no bairro geralmente eram conhecidos como “venda, mercearia ou bar do fulano, sicrano e beltrano”. Por exemplo, logo em frente ao comércio dos Hinkeldey, em seqüência, encontramos o comercial Arco Íris, (Gerhard Schmidt), a Alfaiataria de Waldemar Rudolf e o comércio de Fritz Pahal<sup>291</sup>. Algumas famílias dividiam-se entre o trabalho na fábrica e a administração de algum comércio como no caso do senhor Gerhard e da senhora Ruth. Ela ficou incumbida de cuidar da venda falando com orgulho que na caderneta do “secos e molhados” tinha 40 famílias. Já o senhor Gerhard tinha outra função: “Geralmente eu levantava segundas-feiras às 2h, 3h da manhã e matava porco, (...) matava o porco e quando eu ia trabalhar, eu trabalhava na fábrica! Aí quando eu ia trabalhar aquilo estava tudo cortado”<sup>292</sup>. Isso significa que esse tipo de atividade surgia como uma alternativa ao trabalho na fábrica que deixava de ser a única opção de trabalho para as famílias do bairro. O conhecido professor do bairro Garcia, Rudolf Hollenweger, caracterizou o caminho percorrido até a fábrica nos anos 20 da seguinte maneira:

Bonita estrada os conduz margeado pastos e plantações de cana de açúcar. (...) As casas mais bonitas encontram-se afastadas da estrada para proteção das nuvens de poeira (...). A partir do km 4 fica à margem da rua, casa junto a casa, um pequeno povoado. Os telhados são vermelhos, um sinal que quase todas as casas são novas. Todas as profissões estão representadas no térreo das casas. Por que um povoado tão perto da cidade? Repentinamente se ouve uma sirene. Soa longe seu: “huhhhh” pelo Vale e desperta o eco para montanha. Chegando à curva da estrada vemos a magnífica localização da Empresa Garcia<sup>293</sup>.

Percorrendo a Rua Amazonas, percebe-se que muitos estabelecimentos comerciais e casas residenciais se instalaram. Armen Mamigonian aponta a configuração desses bairros industriais organizados como uma espinha de peixe em que “as indústrias, os serviços e as residências ricas e médias estão principalmente na dorsal, sempre melhor equipada em serviços públicos, enquanto os chalés de madeira, residência operária típica, se localizam de maneira geral nas espinhas”<sup>294</sup>. Este comércio foi produto das necessidades dos moradores do bairro e do crescimento dessa região em função da fábrica. O prof. Hollenweger aponta a fá-

---

<sup>291</sup> DAY, Adalberto. Op. cit.

<sup>292</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit. KERTISCHKA, Ruth. **Ruth Kertischka**: depoimento [fev.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004. Gerhard e Ruth.

<sup>293</sup> HOLLENWEGER, Rudolf. Como era visto o Vale do Garcia pelo prof. Rudolf Hollenweger (artigo publicado originalmente em 1916). *Blumenau em Cadernos*, t.XXVI, n.02, fev. 1985, p.36-37. As casas citadas pelo professor tinham dois pavimentos, sendo que o superior servia de moradia para as famílias que tinham no andar térreo algum tipo de prestação de serviço.

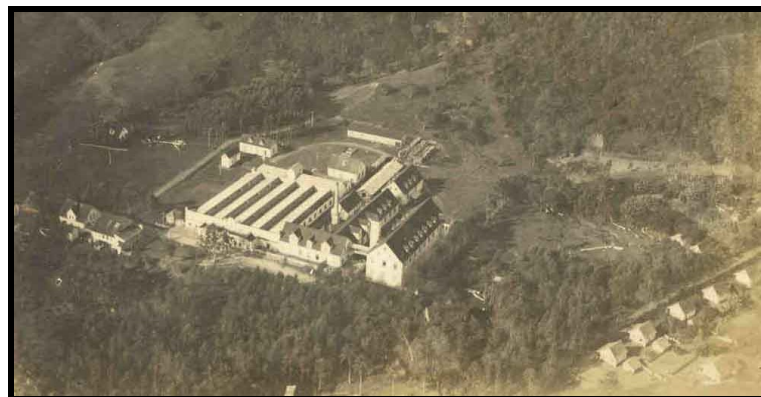
<sup>294</sup> MAMIGONIAN, Armen. Op. cit., p.472.



brica como responsável por esse “povoado” que, em 1916, estava em processo de desenvolvimento. A sirene da fábrica que tirava o silêncio da região, como mencionou o professor, era um grande relógio que ficava no alto de uma torre. Os moradores do bairro já viviam permeados pela contagem do tempo e pela rotina que esse relógio estabelecia. O relógio na torre da fábrica era bem visualizado e um dos símbolos do bairro:

“aquele relógio importado da Alemanha e aqueles automático, tudo de ouro (...) ele tocava às 5h30, e às 6h, 8h e 9h, 12h, 13h30, 18h... tinha aquele relógio que roncava “uhhhhhhh-hhhhhh” dava para escutar até lá em Gaspar na Garuva aquele barulho. E aquele relógio, o Adalberto mostrou para mim e me deu uma emoção que eu fui obrigado a chorar (...) Aquela torre foi desmanchada ali assim! Eu ia pedir, que é vice-presidente de Lula! Eu ia falar com ele para construir uma torre e botar aquele relógio lá de novo para... ele chamava o operário pelo bairro todo.”<sup>295</sup>.

O relógio da Empresa Industrial Garcia provocou emoção no senhor Willi pelo efeito simbólico que ele traz para a sua vida. Pensando que o bairro é uma ampliação do “habítáculo”, nas palavras de Pierre Mayol, ele acaba assumindo para a pessoa que sai de casa uma soma de trajetórias. Nesse momento, o habitante se inscreve numa rede de sinais sociais, entre eles, os “lugares de reconhecimento” do seu bairro e, conseqüentemente, da sua vida, do seu cotidiano<sup>296</sup>. Não ter o relógio mais sob seu olhar era como não sentir que se pertencia àquele lugar, ele tornou-se *estranho* e saudoso. O dia do operário era dividido entre as sirenes do relógio e, com ele, todos os momentos do morador do bairro eram decisivos; horário de acordar, trabalhar, almoçar, descansar, dormir... Percebemos como a fábrica compôs um cenário de disciplina para o bairro, concedendo uma identidade, reivindicada por seus moradores.



**Fig. 12:** *Empresa Industrial Garcia: vista aérea de 1935.*  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

<sup>295</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit. O vice-presidente José Alencar e presidente da Coteminas, indústria que ocupa hoje o espaço que antes era da Empresa Industrial Garcia e da Artex. A torre foi desmanchada depois que houve a fusão da Artex e da Empresa Industrial Garcia na década de 70.

<sup>296</sup> MAYOL, Pierre. Op. cit., p.42-44.

No percurso do caminho, depois de passada a fábrica, chegava-se à confluência de três ruas importantes: rua Amazonas, rua da Glória e rua Progresso. No percurso da rua da Glória até a Vila, encontra-se ainda a Escola São José, inaugurada em 1929, para filhos de operários e, em seguida, a Igreja Nossa Senhora da Glória que ocupava aquele espaço desde a década de 40. Ao lado da Empresa Industrial Garcia, a “Fábrica de Artefatos Têxteis Artex” que, desde a década de 30, também reunia um corpo de trabalhadores muito identificados com o bairro. O escritor Theobaldo Costa Jamundá já dizia em um livro escrito no ano de 1945 que o subúrbio do Garcia

“(...) perdeu no seu perímetro mais populoso, a feição colonial, é hoje de militares e operários com todas as necessidades (...) em muito já lhe subtraiu a pacatês do homem que vive do arado, emprestando-lhe o nervosismo da vida agitada, contada por hora, vendida em forma de suor”<sup>297</sup>.

### ***Os caminhos da proletarização familiar.***

Muitas famílias foram se constituindo a partir da diversidade encontrada no bairro Garcia. O senhor Ernesto Stodieck Junior declarou em uma entrevista que essa atração entre “loiros” e “morenos”, “(...) resultou em muitos casamentos, com ótimos resultados, graças à herança dos dois lados que se complementaram; ligeireza, adaptabilidade e acuidade de um, disciplina e assiduidade de outro”<sup>298</sup>. Esse comentário transparece a formação de um trabalhador *ideal* e o apoio às uniões entre os operários do bairro, especialmente, entre os considerados “brasileiros” e teuto-brasileiros, afim de que, na fábrica, as questões nacionalizadoras fossem superadas.

Muito antes do casamento, a paquera, o namoro, as cantorias na janela da moça faziam parte do ritual de conquista, mesmo que a proximidade da vizinhança fizesse de todos constantes vigilantes dessas práticas. A formação de uma família estava permeada por uma sabedoria geral de bairro que controlava os “maus” e “bons” hábitos, em que era estabelecido o que estava errado, certo, possível ou razoável na vida dos moradores do bairro<sup>299</sup>. Senhora Domingues, por exemplo, foi incumbida de vigiar o namorado de sua amiga, a Ewaldemira. Entretanto, este namorado, o senhor Willi, se encantou pela “guarda” da Ewaldemira. Em uma festa de casamento, sua estratégia de aproximação foi convidá-la para dançar uma “marca”:

<sup>297</sup> JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **O Itajaí-Açú e outras águas**. Ensaio histórico descritivo. Blumenau: Tipografia e Livraria Blumenauense, 1945, p.83.

<sup>298</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit., p.225.

<sup>299</sup> PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens. Op. cit., p.33.

“Aí comecei a conversar né, assim, mas agora tá na hora eu pensei! E aí eu disse assim: você quer namorar comigo? Eu disse de cara! (risos)”<sup>300</sup>.

A senhora Domingues aceitou. O que parecia para o senhor Willi nada mais que um namoro tornou-se um casamento. Para os operários, a vida tinha uma ordem a ser seguida e o casamento era a mais importante. Hoggart aponta esse momento como a data verdadeiramente marcante da vida proletária<sup>301</sup>. As mulheres eram educadas a esperarem pelo casamento. Dizia-se que as solteiras falharam enquanto mulheres, já que o casamento era uma condição para que fossem mães e também donas-de-casa<sup>302</sup>. A senhora Inge permaneceu sozinha e comentou que “(...) algumas vezes eu pensava assim, a vida é muito dura, se pudesse casar e sair do trabalho, mas nunca encontrei aquela pessoa que me serve, que me servia né? Aí eu não casei”<sup>303</sup>. Algumas mulheres, quando poderiam sobreviver apenas com o dinheiro do marido, saíam da fábrica, entretanto, para outras, a vida na fábrica iniciava-se após o casamento. A senhora Inge escolheu cuidar de seus pais e irmãs a ter que formar sua própria família e para ela o trabalho tinha um sentido engrandecedor. Seu tempo de trabalho na produção era usado como referência para as outras costureiras, ela era valorizada e gostava disso. O casamento poderia ser o fim desse trabalho.

Formar uma família era também uma estratégia de sobrevivência que, unindo o salário de duas pessoas, tornava mais fácil sobreviver às dificuldades financeiras: “Depois que nós dois trabalhava junto nós não tinha problema de comida em casa”<sup>304</sup>. Muitos casais como a senhora Domingues e o senhor Willi, depois de alguns anos morando de aluguel, conseguiam comprar uma casa. O casamento também não era dispendioso e bastante simples. Em geral acontecia uma cerimônia na igreja e depois uma reunião festiva, com direito a danças na sala de uma das casas de operários. O senhor José lembra que “(...) negócio de lua de mel que nada! Quando acabou a festa fomos lá para o circo! (risos). O palhaço era o Biduca, soltava umas piadas muito boas”<sup>305</sup>. Pelo comentário dos entrevistados, o casamento não estava envolto em muito romantismo ou mesmo em muitos preparativos.

Como não eram todos os casais que conseguiam morar em uma casa da vila operária, muitas vezes, dividiam a casa com os pais ou continuavam pagando “bóia” juntos na casa de alguém. Desde a família colonial, a família já era considerada uma unidade econômica,

---

<sup>300</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>301</sup> HOGGART, Richard. **As utilizações da Cultura 1**. Op. cit, p. 3.

<sup>302</sup> BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as paginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.127.

<sup>303</sup> HARBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>304</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>305</sup> MALHEIROS, José. **José Malheiros**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

como identificou Emílio Willems em um trabalho de 1940: “(...) todos os componentes são integrados, o mais cedo possível, em um regime de trabalho cujo rigor obriga muitas vezes até as crianças a determinados serviços”<sup>306</sup>. As famílias operárias recriavam na fábrica antigas estratégias utilizadas na “roça”, ou seja, o trabalho, com o maior número de pessoas unidas a um mesmo núcleo, impedia a dispersão do dinheiro e a dispersão das pessoas.

Nesse sentido, os filhos tornavam-se imprescindíveis para a manutenção familiar. Maria Célia Paoli aponta que o que mais interessava à fábrica, era a geração de filhos<sup>307</sup>. A vila operária atuava como um espaço de proletarização familiar em que a manutenção da mesma não era esquecida<sup>308</sup>. No caso do bairro Garcia, o número de filhos variava de 5 a 10 por casal. “Todo ano, mal dava um ano, não tinha televisão né!”<sup>309</sup>. A justificativa do senhor José para o grande número de filhos é com frequência ainda hoje uma brincadeira, contudo, aponta a despreocupação do casal em prevenir a gravidez.

A gravidez era acompanhada pelo médico da Empresa. A legislação de 1943 estabelecia um período de licença gestação de três meses a partir do 8º mês, ressaltando a preferência pelo 9º, se possível<sup>310</sup>. Caso a criança nascesse prematuramente, este período não sofria modificações. No bairro Garcia, o serviço de parto estava nas mãos de parteiras. A mais conhecida foi a Schwester (Irmã) Martha que exerceu esse trabalho entre as décadas de 30 e 60. A dificuldade de comunicação com a parteira fazia dos moradores do bairro participantes do nascimento de mais um bebê: “Não era telefonado, era dessa casa para aquela, um ia adiante, vamos dizer (...) ela dizia para essa senhora, essa ia dez casas dizia para outra e por fim vinha o correio para nós no Hotel para o meu pai ir para buscar”<sup>311</sup>.

A senhora Isolde aponta essa estratégia de comunicação em que seu pai, como responsável pelo caminhão da Empresa Industrial Garcia, tinha uma importante função. Entretanto, para esse “correio” funcionar era necessário a participação de um grupo muito maior de pessoas que se solidarizaram com a situação vivida por um de seus vizinhos, havia confiança entre eles. Muitas vezes, quando o parto não era emergencial, a parteira vinha com sua conhecida bicicleta para atender aos pedidos. A rede de solidariedade não terminava apenas na comunicação com a parteira, muitas vezes, “Schwester Martha” nem ao menos conhecia as mu-

<sup>306</sup> WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. Biblioteca pedagógica brasileira, vol. 18. Cia. Editora Nacional: SP; RJ;RE, POA, 1940, p.268.

<sup>307</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros... Op. cit., p.83.

<sup>308</sup> ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Trabalho infantil e reprodução social. 1981, p. 10. *Apud.*: PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros... Op. cit., p.83.

<sup>309</sup> MALHEIROS, José. Op. cit.

<sup>310</sup> *Cidade de Blumenau*, 18/8/1943.

<sup>311</sup> HOLBRICH, Isolde. **Isolde Holbrich**: depoimento [mar.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

lheres grávidas e não sabia o que encontraria nas casas. Em geral, eram famílias sem muitas condições que muitas vezes nem tinham o material necessário para o parto. Para isso, era necessário que as outras famílias disponibilizassem, principalmente, panos para fazer o parto.

A senhora Isolde lembrou de uma situação em especial na ocasião em que uma mulher do setor tinha dado à luz a uma criança morta. A mestre e contramestre do setor solicitaram que ela fosse até a casa da colega de trabalho preparar a chegada do bebê que logo seria enterrado.

Então lá fui eu arrumar a casa aí eu queria, aí disseram que tinha que deixar a bacia pronta para dar banho na criança morta. Ela não tinha nenhuma bacia, a bacia que tinha estava tudo assim que tinha feito pão de casa e deixou essas coisas assim. Aí botei isso de molho lá no poço, aí não conseguia limpar, aí pedia uma outra, aí limpamos e já podemos lá dentro. Acredita que nós demos banho numa criancinha morta sem nenhum problema? Demos o banho naquele neném vestimos botamos dentro daquele caixãozinho aí arrumamos com vela tudo como era e aí eu sei que eu ainda fiz o doce para ela porque era a noite inteira aí eu fui para casa porque eu tinha que no outro dia começar a trabalhar<sup>312</sup>.

O que deixa-se sobressair na lembrança de D. Isolde, além da experiência de mexer em um bebê sem vida, foi o pedido das supervisoras dela ausentar-se no trabalho. Como mulheres, elas reconheceram-se enquanto mães e isso era muito mais forte do que as obrigações a serem cumpridas na fábrica. Porém, a “obrigação” do retorno a um novo dia de trabalho era muito claro para a D. Isolde e seus serviços em relação a família enlutada também. Parece que os serviços prestados na fábrica podiam ser facilmente manipulados conforme as necessidades do momento. Naquele momento, era importante ajudar a mãe enlutada para que ela pudesse voltar o mais breve possível ao trabalho, sendo “acolhida” pela fábrica e pos suas colegas de trabalho.

As novas mães, em geral, não tinham aonde deixar seus filhos. A creche oferecida pela empresa transparecia algumas falhas que não passavam despercebidas pelas mulheres, em especial, o despreparo das enfermeiras, conforme relata a senhora Domingues:

(...) a gente que cuidava da creche não era gente assim como hoje em dia que tem instrução, eram duas mulheres que nem filhos não tiveram (...) era uma coisa tudo fajuta, grossa, elas nem sabiam cuidar, deixavam lá chorar e tudo, levei um dia uma menina para lá nunca mais prestou, gastei o cabelo da cabeça, não cuidavam nem nada, nem sabiam cuidar de criança!<sup>313</sup>.

A creche tinha o objetivo de cumprir com as determinações legais, entretanto, isso não era uma prova de qualidade da mesma. Para mães, como a senhora Domingues, as expec-

---

<sup>312</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>313</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

tativas da creche foram dissolvidas pela falta de experiência das responsáveis pelos cuidados dos bebês. Nesse sentido, vizinhas, amigas ou parentes eram requisitadas para o cuidado de filhos de mulheres operárias.

Essas crianças, geralmente, já tinham seu destino traçado pela família. Ao completarem 14 anos, seguiam para a fábrica. A proletarização familiar ganhou maior impulso com a instauração do salário mínimo, em 1940. O salário mínimo foi “(...) promulgado como direito do trabalhador individual adulto, capaz de satisfazer as suas necessidades individuais de reprodução, - de alimento, habitação, vestuário, higiene e transporte”<sup>314</sup>. Ou seja, o salário mínimo não permitia que o pai ou a mãe trabalhasse pela família. Para a sobrevivência desta, todos os familiares com idade suficiente foram convocados a trabalhar para suprir as necessidades de todos<sup>315</sup>. Os salários dos menores de idade iam direto para o bolso do pai, alguns nem ao menos sabiam quanto estavam ganhando porque não abriam o envelope: “Isso era uma regra dos meus pais, todos eles (irmãos), até 18 anos”<sup>316</sup>. Outros jovens mandavam o dinheiro para as famílias no interior.

Juntamente com a migração, essas crianças eram os futuros trabalhadores (as), só que no último caso, elas nasciam nas proximidades do futuro trabalho. Nas palavras do senhor Ernesto Stodieck Junior:

(...) era normal os filhos e netos receberem também empregos, pois sempre gozavam de preferência. Ao abrirem-se novas vagas, nunca eram aceitos os empregados de firmas concorrentes ou colegas, nem aqueles recomendados por autoridades. A recomendação feita por um *operário bom* era fator primordial na admissão e este valia como padrinho em caso de necessidade, de aconselhamento, etc. Tal forma de agir fez valer um certo paternalismo, suave, benéfico, desejado pelos velhos operários, hoje, naturalmente, considerado antiquado<sup>317</sup>.

Com uma justificativa baseada no “paternalismo”, o senhor Ernesto Stodieck Jr. apontava o vínculo criado pela fábrica com as famílias do bairro que caminhavam para a proletarização. Ele deixa entender que se apropriou de uma prática já existente entre os patrões e operários antes de sua entrada, em 1940. Entretanto, a utilização dessa prática beneficiava a sua política administrativa de concentrar a mão-de-obra no bairro. Além disso, os operários sentiam-se responsabilizados pelos possíveis familiares que eles indicariam. Havia um vínculo de disciplina que não partia apenas do empregador, mas da própria família, porque os pais,

<sup>314</sup> Decreto-lei de 1º de maio de 1940.

<sup>315</sup> PAOLI, Maria Célia. A família operária... Op. cit., p.35.

<sup>316</sup> MISSFELD, Ruth. **Ruth Missfeld**: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

<sup>317</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit., p.224. Grifos meus.

em especial, estariam cobrando o bom trabalho dos filhos. Ou seja, na proletarização familiar, os empregadores utilizavam-se da mesma disciplina familiar na condução da disciplina do trabalho<sup>318</sup>. Muitos queriam ser considerados “um operário bom”.

O respeito e a disciplina da casa eram transferidos para a fábrica: “A gente já era obediente de casa, os pais, naquele tempo eram rígidos, e meu pai também disse: Olha, tem que ser assim e assim!”<sup>319</sup>. Maria Célia Paoli afirma que “(...) a fábrica praticamente se apropria das relações internas familiares prévias, comandadas pela autoridade paterna, que decide em última instância sobre o destino de todos como força de trabalho familiar”<sup>320</sup>. No caso da Empresa Industrial Garcia, a atuação do pai no trabalho implicava na contratação ou não dos outros membros da família, já que, como o senhor Ernesto Stodieck Junior mencionou, a indicação de um “bom operário” era suficiente para isso. Ou seja, a preservação do sobrenome familiar era decisiva. Ainda assim, não era apenas o pai que viabilizava a entrada dos filhos, outros parentes também tinham essa função. A senhora Inge responsabilizou a sua entrada na fábrica em função da intervenção de sua tia<sup>321</sup>. Para muitos jovens a chegada dos 14 anos era o início de uma nova fase:

Meu pai era tecelão, e antes de eu fazer 14 anos ele já tinha falado com um chefe de uma seção, e era o Erich Gaertner. Ele disse assim: Ah! Mas eu preciso de uma menina, ou moça, não sei como falava, mas ela tem que ter 14 anos, mas arruma toda a papelada, deixa tudo pronto, e o dia que ela fizer 14 anos pode começar a trabalhar” (risos). Então quando eu fiz 14 anos pisei dentro da Empresa Garcia<sup>322</sup>.

Para a senhora Ruth, esse acordo entre o pai e o chefe da seção parece ser hoje um fato distante da realidade dos outros jovens. Muitas vezes ganhava-se no dia do aniversário de 14 anos um trabalho na fábrica. Ao mesmo tempo em que ela indicou essa facilidade de encontrar um trabalho, demonstrou a ruptura com as outras etapas de sua vida, a partir do momento em que fizera 14 anos. O tempo de estudo e de brincadeira tinha acabado; em relação às bonecas e demais brinquedos, a senhora Inge enfatizou: “Quando meu pai foi arrumar um serviço para mim (...) encaixotei tudo e mandei para o sítio (em Brusque onde moravam). Brinquei de boneca até os 14 anos”<sup>323</sup>. Os momentos da contratação da fábrica para esses filhos de operários implicavam nessas lembranças de uma brusca mudança de vida.

---

<sup>318</sup> PAOLI, Maria Célia. A família operária... Op. cit, p.29.

<sup>319</sup> MISSFELD, Ruth.

<sup>320</sup> Idem, p.30.

<sup>321</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>322</sup> MISSFELD, Ruth. Op. cit.

<sup>323</sup> HARBE, Ingeborg. Op. cit.

O início do trabalho na fábrica era também o fim do tempo de estudo. Em geral, os jovens estudavam até os 13 anos de idade. As próprias escolas do bairro ofereciam aulas até a 5ª série, o equivalente aos 13 anos; ou seja, as crianças entravam na escola com oito anos e, após cinco anos, seguiam para o trabalho, sabendo, ao menos, ler e escrever. A escola era uma preparação ao mundo do trabalho já que os alunos estavam permeados da mesma disciplina de horários e comportamentos. Em função das distâncias, as escolas no bairro foram importantes na educação das crianças. A Empresa Industrial Garcia subsidiava duas escolas, a Escola São José e a escola do Professor Rudolf Hollenweger. A primeira escola surgiu da iniciativa de Frei Bêda Koch e dos moradores da Rua da Glória, na década de 20. Ela foi inaugurada em 1929, iniciando o ano letivo com cinquenta alunos divididos em séries diferentes, porém, tendo uma mesma professora, Júlia Strzalkowska, e a mesma sala da aula<sup>324</sup>. Na segunda escola, o sistema era o mesmo e localizava-se do outro lado do ribeirão Garcia<sup>325</sup>.

### ***Rotina diária de trabalho***

O apito do relógio da Empresa Industrial Garcia anunciava mais um dia de trabalho. O trajeto da casa até a fábrica, geralmente, era percorrido a pé, em grupos de operários, já que não havia iluminação na rua em horários em que muitos deles saíam e entravam no turno de trabalho. A bicicleta, na década de 40, não era muito popular em função de o custo ser ainda alto. Na entrada do trabalho, para os operários se identificarem e marcarem presença: “(...) havia uma chapinha (...) era um tipo de uma medalha e essa medalha a gente tinha que pegar quando entrava e quando saía. (...) Tinha um quadro e cada um tinha o seu número e aí pendurava aquela medalha ali”<sup>326</sup>. A senhora Paula complementou: “Se não botava a gente não estava! (risos)”<sup>327</sup>. O controle de frequência costumava ser muito rígido e porque as faltas ocorriam com frequência, tanto que os operários recebiam uma bonificação por suas regularidade de presença no trabalho. Os problemas frequentes de saúde, potencializados pela precária infra-estrutura da fábrica, eram um dos grandes motivos das faltas. A disposição das janelas na fábrica, por exemplo, impossibilitava a boa circulação de ar. A senhora Inge sofria de asma e reclamava:

---

<sup>324</sup> AHJFS. Genealogia de Júlia Strzalkowska. In: *Coleção de dossiê*, 6.6.14 (doc.1), Educação – Escola Municipal São José.

<sup>325</sup> Empresa Industrial Garcia, resumo histórico de sua fundação. Lembrança dos festejos comemorativos do cinquentenário realizado em 10/06/1934.

<sup>326</sup> SCHWABE, Norma. Op. cit.

<sup>327</sup> SCHWABE, Paula. Op. cit.



“Eu saía do serviço, e antes que eu sáisse eu já tomava um remédio meia hora antes. Naquela época era o “Asmack”. Aquilo me fazia bem mas depois eu deixei. Depois que eu me aposentei, daí eu já notei que melhorei. Era a poeira mesmo. Minha nossa! Eles me metiam em tudo quanto é canto. Tinha época no felpudo, na máquina do “comprido”. Pegava aquela poeira toda e “minha nossa!”. As janelas eram lá em cima bem pequeninas. Quente, quente... A iluminação também não era muito boa. Tinha muita “dor de cadeira” muito tempo sentada. E depois tinha épocas que faltava um pouco de serviço e nós íamos ajudar na revisora (...) então a gente ia fazer outras coisas e ia trabalhar em pé e nós dizíamos “graças a Deus quando íamos para a máquina” porque ficávamos até doente. A sola do pé chegava a arder (...) Algumas reclamavam de varizes mas eu não.”<sup>328</sup>.

Havia um excesso de trabalho que a resistência do corpo de muitos operários não conseguia acompanhar. Essa dilapidação das forças físicas era parte do impacto da produção, da rotina do trabalho, dos movimentos contínuos e repetitivos. No trabalho da fábrica, era necessário que o tempo não fosse desperdiçado. O tempo era reduzido a dinheiro e gasto como moeda, nas palavras de E.P. Thompson<sup>329</sup>. Sendo assim, a ansiedade pelo cumprimento de uma determinada produção estipulada pela fábrica gerava um esgotamento nervoso que também implicava em futuras doenças. A senhora Inge enfatizou que muitas vezes não dormia à noite porque imaginava o trabalho que teria no dia seguinte e ficava se questionando se o tempo de trabalho seria suficiente: “Eu guardava na cabeça, ficava cismando (...) Passava noites, algumas vezes sem dormir e ia trabalhar daquele jeito”<sup>330</sup>. O trabalho noturno, na década de 40, também acarretou uma mudança grande no cotidiano de muitos operários: “Trabalhei na temporada de noite, não dormia de dia, de repente eu já estava doente, nervoso”<sup>331</sup>. A senhora Domingues lembrou sobre o seu trabalho na fiação:

“ 8 h! E era um serviço muito puxado, eu viajava daqui àquela cerca e voltava, a distância da máquina! Tinha que emendar aquilo rápido, fazer um nó tão rápido que ninguém dava para ver. De tão ligeiro, baixar aquelas máquinas, tirar as espulas, meu Deus do céu! Era triste! (...) Uma pessoa só, cada um cuidava de um tanto de máquina! Meu Deus, muito mais vale eu ficar na roça do que vir para cá! O serviço era ruim, era ruim! Não era brincadeira!”<sup>332</sup>.

As atividades com as máquinas eram muito mais perigosas e exigiam um grau de atenção bem maior. É interessante perceber que a senhora Domingues enfatizou as oito horas trabalhadas num serviço cansativo e repetitivo. Analisando o tempo depositado no trabalho da roça que chegava a ultrapassar as oito horas vê-se a diferença entre um trabalho “observado”, “vigiado” e “controlado” e aquele em que cada agricultor estabelece suas maneiras de traba-

---

<sup>328</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>329</sup> THOMPSON, E.P. Op. cit., p.272.

<sup>330</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>331</sup> MALHEIROS, José. Op. cit.

<sup>332</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

lhar. A difícil combinação entre pressa, falta de espaço e segurança implicava em muitos acidentes de trabalho. No primeiro dia de trabalho do senhor Gerhard, ele contou que escapou por pouco de um acidente sério e justificou esse problema através da falta de explicação entre os operários e os responsáveis por cada seção: “Você não recebia orientação, vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas não ensinava como fazer”<sup>333</sup>. Os empregadores preocupavam-se muito mais com a contratação de operários e a conseqüente produção, sem contarem com a fala de experiência destes no manuseio do maquinário, muitas vezes bastante obsoleto.

A atitude disciplinadora por parte dos supervisores, dentro dos locais de trabalho, impedia a troca de idéias ou mesmo o esclarecimento de dúvidas e a resolução de problemas que surgissem durante o trabalho. Foi a imagem de mestres e contramestres ruins e “sem coração” que os entrevistados passaram ao narrar suas experiências no interior da fábrica: “Era ruim, ruim! Olhava com cara feia! Era que nem um réu, ele não ria com a gente nem nada!”<sup>334</sup>. Lembrando de seu tempo de trabalho na costura, a senhora Inge enfatizou: “(...) eu me lembro que algumas vezes eu queria olhar para o relógio e eu via a sombra dele (o contramestre) lá atrás. Ah! Já me *molhava!*”<sup>335</sup>. O autoritarismo dos responsáveis pela vigilância dos setores de trabalho aumentava a tensão durante o expediente, mas era considerado um meio de potencializar a disciplina e o cumprimento das funções em tempo reduzido.



**Fig. 13:** Empresa Industrial Garcia: sala de fiação (sem data).  
Fonte: AHJFS (5.13.E.2.2.12).

<sup>333</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

<sup>334</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>335</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

As condições de higiene de trabalho foram reclamações constantes dos operários. Já na primeira greve, em 1919, a comissão de grevistas publicou no jornal *Gazeta Blumenauense* seu repúdio às latrinas que “(...) se acham em estado deplorável e anti-higiênico, acontecendo o mesmo como é fornecida a água para beber”<sup>336</sup>. Alguns anos depois, a situação não tinha mudado muito. O senhor Gerhard lembrou da falta de água em muitas seções como, por exemplo, a sala da costura em que sua esposa trabalhava. Para resolver os problemas, descia-se com um cabo de vassoura e uma lata de querosene para buscarem a água. Em alguns banheiros “(...) tinha um valo aí tinha um buraco, ali a pessoa, era um bacio tipo penitenciária, ficava *encrocado* ali. Era realmente nojento”<sup>337</sup>. Neste valo, que se refere o entrevistado, passava água corrente.

As frequências ao banheiro também eram reguladas para evitar que os empregados passassem mais tempo do que o necessário fora do serviço: “Tinha muita gente que tapeava. O mestre, o Vitório (...) quando ele marcava as pessoas que demoravam muito, ele metia o nariz ali (...). Ele estava sempre observando se ficava tempo demais”<sup>338</sup>. As “fugas” ao banheiro eram aproveitadas para os operários desprenderem-se da rigidez dos movimentos e, quem sabe, respirar um ar menos poluído por sons e poeira. Os espaços pequenos e o grande número de trabalhadores traziam o calor e o acúmulo de poeira:

Era muito calor! No verão era muito quente! O pó era demais. A poeira, meu Deus! Era uma máquina do lado da outra. Mais ou menos 30 costureiras. Na sala toda dava talvez 120 pessoas, com revisoras, reservas... Tinha aquelas janelas bem encima. Mas era muito calor. Eles tinham aqueles ventiladores, mas não adiantava. (...) Queimor nas costas que tinha vezes que não dava pra tocar. Mas isso na época eu não sabia o que era coluna.... Era do trabalho mesmo que dava isso aí<sup>339</sup>.

As condições físicas do corpo e do ambiente também se mesclavam com a monotonia do trabalho, já que o pensamento deveria “(...) estar constantemente pronto ao mesmo tempo para seguir o curso monótono de gestos indefinidamente repetidos e para encontrar em si próprio recursos para remediar o imprevisto”<sup>340</sup>. Essa repetição, “(...) o dia todo aquilo, sempre a mesma coisa (...)”<sup>341</sup>, não era uma reclamação ocasional. Muitas vezes, os operários também lidavam com a angústia de uma máquina quebrada e com a perda da produção: “Eu tirava bem! Tirava bem a hora (...) Às vezes (...) faltava um pouco e às vezes a máquina en-

<sup>336</sup> *Gazeta Blumenauense*, 09/07/1919.

<sup>337</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

<sup>338</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>339</sup> SCHWABE, Norma. Op. cit.

<sup>340</sup> WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.134.

<sup>341</sup> SCHWABE, Norma. Op. cit.

guiçava muito”<sup>342</sup>. Nesse ambiente de esperas, tensão e muito suor, os operários passavam seus dias de trabalho.

Pessoas como o senhor José não suportaram essa rotina. Ele resume seu pensamento na época em que decidiu pedir demissão: “Uma vontade de viver solto! Um passarinho numa prisão, num viveiro, numa gaiola ele não está contente! Ele quer voar ele quer ir embora! (...) O ganho era fraco, muito fraco!”<sup>343</sup>. É assim que muitos operários se sentiam em relação à fábrica, como se estivessem presos e essa sensação era ainda maior para quem já tinha trabalhado ou trabalhava na “roça”. O senhor José precisou se desligar do trabalho na fábrica porque serviu ao exército no período da 2ª Guerra Mundial, o que rendeu a ele uma percepção maior da exploração vivida nesse trabalho.

Depois que saiu da fábrica, contou que comeu “(...) o pão que o diabo amassou”, fez trabalhos particulares, fugiu da “estabilidade” de um emprego para seguir o sonho de viver solto, mas falou com satisfação que tudo melhorou e ele conseguiu, mesmo sem trabalhar na fábrica, criar seus nove filhos. Entretanto, destes, poucos conseguiram escapar de, aos 14 anos, ganhar um trabalho na fábrica, ou seja, ter como estratégia de sobrevivência o trabalho como um recurso sempre válido. O senhor Willi recorda que depois também as coisas foram melhorando para ele e sua esposa: “Aí eu comprei um lote aqui na Emílio Tallmann, aí nós construímos uma casa pequena, uma meia água. Depois nós compramos uma casa, uma casa grande, fizemos um sótão. Nós tivemos a nossa vida de altos e baixos”<sup>344</sup>. Alessandro Portelli afirma que nesses relatos de vida a “luta diária” parece sempre ter um final feliz, principalmente, para que essas pessoas possam dar sentido à auto-estima e identidade pessoal<sup>345</sup>.

O apito do relógio da fábrica indicava os horários de pausa e de retorno de trabalho. O último apito do dia de cada turno indicava o fim de uma das jornadas de trabalho. A Rua Amazonas revestia-se de trabalhadores saindo e entrando na fábrica. Em ambos os casos, geralmente, estes saíam ou se encaminhavam a mais uma jornada de trabalho. Quem trabalhava na Empresa Industrial Garcia considerava-se um “empregado”. Nenhum dos entrevistados mencionou ser um “operário”, eles eram, sim, “empregados da Empresa”.

Quando saíam às ruas essa era a sua profissão e o que os diferenciava dos outros empregados de outras empresas da cidade, por isso, complementavam sempre o nome do local que trabalhavam. No bairro Garcia, dividiam o espaço com os “empregados da Artex”. A

---

<sup>342</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>343</sup> MALHEIROS, José. Op. cit.

<sup>344</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo.

<sup>345</sup> PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez.1993, p. 55.

“Fábrica de Artefatos Têxteis Artex”, indústria surgida em 1936, ficava bem ao lado da Empresa Industrial Garcia, na Rua Progresso. Essa convivência diária no bairro implicava em algumas desavenças em função das disputas travadas entre estes. Como a Empresa Industrial Garcia era a mais antiga, a Artex surgiu como uma concorrente e os seus empregados incorporaram isso nas ruas, bem com os empregados da “Empresa”.

As questões disputadas tinham relação com o salário recebido, os benefícios, a qualificação para o trabalho, entre outros. Para o senhor José, ambos trabalhadores “(...) não se enquadravam muito bem não. A Artex pagava melhor, tudo isso influi”<sup>346</sup>. A Artex, indústria de propriedade da família Zadrozny, era bem menor que a Empresa Industrial Garcia e, por isso, selecionava mais os operários. Isso era interpretado pelos seus operários como um *status* a mais que os operários da Empresa Industrial Garcia: “Eles empinavam o nariz, faziam de conta que nós da Empresa Garcia era mais *lixo*”<sup>347</sup>.

A Artex diferenciava-se da Empresa Industrial Garcia nas práticas festivas e atividades de sociabilidade. Enquanto que na Artex, desde a década de 30, as festas de 1º de maio já faziam parte do calendário festivo, na Empresa Industrial Garcia isso não acontecia. Eram as festas juninas que ocupavam um espaço importante de festas. Nesse sentido, o que os empregados de cada uma das fábricas ganhavam de seus patrões também se diferenciavam.

A Artex fazia no dia do operário churrasco para todo mundo e nós lá na Empresa Garcia não ganhava! (...)Era só Artex, Artex com aqueles churrascos deles!! O que nós fazia lá do beco Tallmann nós ia lá tinha o “tapum” (...) do tapum dava para passar por cima nós ia até lá espiar eles comendo carne! (risos)

Já o senhor Anton afirmou que “(...) eu sempre fui contra isso porque eu achava o seguinte, o bairro do Garcia que mandava, então como tinha gente de uma família trabalhando na Artex, como tinha gente dessa família trabalhando na Garcia, então não se justificava”<sup>348</sup>. Para o senhor Anton, o que unia as pessoas que trabalhavam na Artex ou na Garcia era o bairro, especialmente, porque as estratégias de sobrevivência de cada família poderiam ser decisivas para a separação desta entre as duas fábricas. Podemos inserir a idéia do senhor Anton no fato de que o bairro tem uma vida própria, uma identidade própria, especialmente, porque tem histórias, memórias e sociabilidades partilhadas<sup>349</sup>. Muitas dessas histórias, memórias e sociabilidades giravam em torno do trabalho na fábrica e das implicações desse trabalho na rua.

---

<sup>346</sup> Idem.

<sup>347</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>348</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

<sup>349</sup> CORDEIRO, Graça Índias. Território e identidades sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.º. 28, 2001, p.127.

## 2 – Os reflexos da guerra e da política assistencialista na década de 40

O senhor Antônio recorda de dois momentos de seu tempo de trabalho na Empresa Industrial Garcia. No primeiro momento, suas lembranças destacam as festas de natal que a fábrica oferecia aos empregados e também as novidades destas festas, para moradores de um bairro que conheciam o Papai Noel como “São Nicolau”. No segundo momento, enfatiza uma ruptura, uma mudança. João Medeiros e o senhor Stodieck foram diretores-gerentes da Empresa Industrial Garcia em períodos diferentes. O senhor Stodieck iniciou seus trabalhos na Empresa Industrial Garcia em 1940:

Eu fui ver um Papai Noel enfeitado como usa a tradição européia foi na Empresa Garcia. Um Papai Noel bem feito, vestido de vermelho e branco, barba bem grande, foi lá (...) isso continuou anos, mas, digo, no tempo do senhor João Medeiros ou no tempo do Mendes, naquele tempo. Mas depois que entrou o senhor Stodieck acabou-se tudo, foi tudo pro monte.<sup>350</sup>

Nas entrevistas, vê-se que o diferencial do senhor Ernesto Stodieck Jr. era estabelecer uma relação com os empregados menos afetuada. O diretor-gerente anterior, o senhor Medeiros, era considerado “uma pessoa (...) amiga dos empregados (...) uma pessoa aberta, gostava de todos os empregados, era um diretor que era muito querido por todos porque existia o lazer, o futebol (...) existia toda esta parte cultural, desportiva”<sup>351</sup>. A Dona Isolde explica o impacto causado pela mudança de gerência, através dos traços étnicos de cada um “o Medeiros era assim, humano, era um brasileiro. Brasileiros, todos eles têm um coração mole. Os descendentes de alemão eles tinham aquele “q”, pisei, paciência!”<sup>352</sup>. Ela assinala, nessa sua última expressão, a frieza com que via os descendentes de alemães, com um “q” a mais, ou seja, não se envolviam emocionalmente com as pessoas, prezavam a disciplina.

Conta-se que o senhor Medeiros envolvia-se mais com os empregados e, por isso, muitos operários sentiram-se desconfortáveis com a nova situação perante um novo patrão que não possuía as mesmas práticas de relacionamento com os funcionários. O contato muito próximo com entre patrão e empregado pode ter sido um dos motivos para o afastamento do senhor Medeiros, afinal, apesar de tornar o relacionamento entre ambos mais fácil, poderia possibilitar um comportamento inadequado do trabalhador em seu trabalho e dificultar a aplicação de práticas disciplinadoras.

<sup>350</sup> SILVA, Antônio Cândido da. **Antônio Cândido da Silva**. Empresa Industrial Garcia: depoimento de um tecelão. [1991]. Entrevistadora: Rose Mary Soares Voltolini. Blumenau: FURB/CEMOP.

<sup>351</sup> DAY, Adalberto. Op. cit.

<sup>352</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

Percebe-se que a administração do senhor Ernesto Stodieck Jr. rompeu muitas das bases de reconhecimento da relação paternalista encontradas na Empresa Industrial Garcia, estabelecida entre os trabalhadores e o antigo diretor-gerente, João Medeiros Jr. Entretanto, a entrada deste novo administrador coincidia com um novo período de expansão da indústria têxtil brasileira.

De 1940 a 1945, no Brasil, “os fabricantes de tecidos de algodão ingressaram no seu período de maior prosperidade (...) com praticamente as mesmas instalações, equipamentos e técnicas empresariais dos anos críticos da década de trinta”<sup>353</sup>. Na Empresa Industrial Garcia, depois dos cortes das importações, foi possível fabricar em fundições próprias “teares automáticos para o fabrico de panos de 2,30 a 3,30m de largura”<sup>354</sup>. Stanley Stein demonstra que no Brasil, depois do aumento da produção industrial, a demanda de mão-de-obra aumentou e foram utilizados, para isso, operários inexperientes, geralmente das zonas rurais, fazendo com que eles trabalhassem continuamente para suprir os pedidos de tecidos<sup>355</sup>.

Em geral, as indústrias de tecidos passaram a exportar para suprir a necessidade do produto em outras regiões. Na Empresa Industrial Garcia, Ernesto Stodieck Jr. relatou que a política de fábrica era ocupar o mercado interno, no entanto, exportaram também para a África do Sul, Argentina e Uruguai<sup>356</sup>. Mesmo que existisse essa preocupação com o mercado interno, ele foi bastante prejudicado em função da escassez de tecidos e do encarecimento destes. Com a proximidade do fim da guerra, as indústrias perderam muito mercado externo conquistado nesse período, sem contar que ficaram atrás de muitas indústrias têxteis do mundo em função de seu parque fabril obsoleto<sup>357</sup>.

Para dar conta desse novo panorama de expansão e dessa nova proposta administrativa, os trabalhos assistencialistas tiveram início na fábrica. Além das casas para operários, outros tipos de assistências passaram a ser fornecidas aos operários, em grande parte, idealizadas por este novo diretor-gerente. Em um relatório de 1950, foi citada a “seção social trabalhista, gabinete médico, dentário, creche para os filhos das operárias, enfermaria completa-

---

<sup>353</sup> STEIN, Stanley. Op. cit., p.167. “A produção que era de 840.168.000 metros em 1940, atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois. (...) Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores. E, em 1943, o país exportou mais do que o triplo em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul”, p.167-168.

<sup>354</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit., p.223.

<sup>355</sup> STEIN, Stanley. Op. cit., p.168.

<sup>356</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit., p.224.

<sup>357</sup> STEIN, Stanley. Op. cit., p.168.

mente equipada (inclusive raios ultravioleta, infravermelho e radioterapia) (...) seguro de vida gratuito”<sup>358</sup>.

Procurou-se fortificar a assistência médica, impedindo que os operários perdessem muito de seu tempo em consultas médicas longe dali e também para evitar dispensas desnecessárias. Dona Domingues enfatizou que um dos médicos “era um bicho, não dava licença para a gente, nem nada, só se a mulher fosse para lá bem arreganhada ele dava, mas senão não dava (risos)”<sup>359</sup>. Os médicos da empresa também passavam a ter controle das doenças e, conseqüentemente, dos maus hábitos que poderiam causá-las. O descaso de um diagnóstico do médico foi para Dona Ruth uma ofensa:

Eu tinha namorado naquela época, eu tinha médico, aí eu disse pra ele que tinha vontade de vomitar às vezes. Nem me passou pela cabeça que eram sintomas de uma pessoa grávida. Aí ele disse assim: “Você tem namorado?” Eu disse: “Tenho!”. Aí ele disse: “Ruth, vai trabalhar, isso vai passar!”. E quando eu falei isto aí eu lembrei. A gente passava coisas boas mas também decepções<sup>360</sup>.

A Empresa Industrial Garcia tinha também uma “Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia”, inaugurada em 1945. Ali, “você marcava em casa o que você queria, 1kg de lingüiça, 1kg de carne seca, tanto de fubá, tanto de feijão, entregava e depois se pagava”<sup>361</sup>. O senhor Ronaldo complementou que “todos os pacotes eram efetuados manualmente através de conchas e todo o sistema de venda era simultaneamente a granel”<sup>362</sup>, e descontava-se posteriormente na folha de pagamento. Num documento que descreve a Empresa, no início da década de 50, fala-se dos benefícios da Cooperativa:

adquirem seus gêneros de primeira necessidade pelo preço de custo e as escolhem por menos, pois para produtos como trigo e banha a Empresa ainda paga mensalmente uma subvenção. O trigo e a banha, por exemplo, há muitos anos são vendidos pela cooperativa por Cr\$ 3,00 e Cr\$ 8,00 respectivamente, a empresa paga a diferença e quem concede os verdadeiros preços daqueles produtos sabe o que significa isso com relação ao número de empregados e suas famílias<sup>363</sup>.

Sob o argumento de que os preços dos produtos da Cooperativa mantinham-se com certa regularidade, enquanto fora dali os preços subiam continuamente, os empregadores tentavam mascarar a troca injusta que praticavam. Em frente à fábrica, durante a greve, as

<sup>358</sup> Assistência social na Empresa Industrial Garcia. *Cidade de Blumenau*, 25/09/1946.

<sup>359</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>360</sup> KERTISCHKA, Ruth. Op. cit.

<sup>361</sup> KERTISCHKA, Gerhard. Op. cit.

<sup>362</sup> LUZ, Ronaldo da. Op. cit.

<sup>363</sup> AHJFS. Empresa Industrial Garcia S/A. Gozam os seus produtos de fama, prestígio e preferência em todo o país. In: *Coleção de dossiê*, 26.1, Estabelecimentos industriais, Artex.



reclamações de muitos operários indicavam o quão era difícil comprar tudo o que precisavam com o salário, especialmente o pão, leite e a carne, possivelmente adquiridos de outros fornecedores<sup>364</sup>. Por exemplo, para D. Domingues “(...) o que eu ganhava o que a gente ganhava aquele dinheiro, tudo que ganhava entregava tudo para pagar a comida. Tudo. Não sobrava nada”<sup>365</sup>. Sendo assim, as compras na Cooperativa, e os descontos provenientes de outros recursos disponibilizados pela fábrica, faziam do saldo final do mês o suficiente para que os operários não obtivessem nenhum tipo de lucro com o trabalho.

A Empresa também instalou, na década de 40, um Corpo de Bombeiros no bairro que, além de suprir as suas necessidades, contribuía com a falta desse tipo de serviço na cidade: “Mas eram tudo (...) operário que fora da função de bombeiro eram operários. Na hora que apitava o sino ou apitava, porque tinha uma sirene muito forte daí eles sabiam que era para eles, fora de hora, daí os bombeiros largavam tudo e iam socorrer”<sup>366</sup>, conforme explica o senhor Eugen Anton. Casas de madeira, principalmente, estavam sujeitas a esse perigo. Os operários adquiriam mais uma responsabilidade no bairro e fora dele, e a necessidade de um serviço desse tipo demonstrava o quanto ele já tinha sido necessitado; ou seja, os operários já tinham essa função anteriormente, legitimada agora por essa iniciativa da fábrica.

Desde o início da 2ª Guerra Mundial, o aumento do custo de vida já era notado. Os consumidores presenciaram as tentativas desenfreadas dos comerciantes em lucrarem com a venda de alimentos, a ponto de ter sido sugerido um tabelamento de preços, considerando-se a variação destes por toda a cidade. Esses problemas geravam discussões também a respeito das cooperativas de consumo da cidade que deveriam, nesse momento, suprir as necessidades das famílias filiadas. Em tempos de elevação do custo de vida, a Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia parecia ser um bom refúgio no orçamento doméstico, porém, mesmo os preços parecendo ser menores, ainda assim, o salário parecia ser incompatível com as necessidades das famílias. Abaixo segue tabela, demonstrando a variação dos preços dos principais alimentos consumidos:

<b>Produto Cr\$</b>	<b>1936</b>	<b>1941</b>	<b>1946</b>
Trigo	1,60	1,40	8,00
Farinha de milho	0,60	0,60	1,80
Arroz especial	1,40	1,50	3,60
Farinha de mandioca	0,50	0,70	1,40
Açúcar refinado	1,70	1,80	5,00
Lingüiça	4,00	4,00	13,00

<sup>364</sup> Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia... Op. cit.

<sup>365</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>366</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

Toucinho	3,50	3,60	10,50
Lombo	4,00	4,50	15,00
Manteiga	7,80	8,80	25,60
Banha	4,00	4,20	9,50
Queijo gordo	6,40	9,00	20,00
Araruta	1,60	1,80	5,80
Feijão	0,70	0,90	2,00
Milho	0,50	0,60	1,30
Cebolas	1,40	2,60	3,50
Café	3,60	3,80	10,00
Carne-seca	4,00	4,80	13,00
O que foi padrão de vida há 40 anos passados. <i>A Nação</i> , 21/07/46.			

O aumento dos preços contribuía para que os operários se associassem à Cooperativa e, com isso, estivessem cada vez mais vinculados à fábrica. Como os salários baixos não poderiam dar conta das compras de produtos em outros comércios, os operários precisariam, então, depender daquilo que a fábrica oferecia. Essas mudanças, que pareciam melhorar as condições de vida de muitas famílias, implicavam uma carga disciplinadora muito maior, vinculando o bom comportamento dentro da fábrica com as relações estabelecidas fora dela. Os operários passaram a estar cada vez mais atrelados ao mundo do trabalho naquela fábrica, tendo os trajetos diários, da casa para a fábrica, diminuídos e a intensidade de trabalho aumentada em função dos benefícios disponibilizados pela fábrica.

Por trás dessa ajuda, estavam a legitimação de salários mais baixos, cargas de trabalho maiores, fiscalização cotidiana da saúde, alimentação do trabalhador e uma vigilância muito maior em relação às suas atividades de sociabilidade e lazer. A impressão que se criava com a assistência aos operários, encobria os benefícios trazidos para a produção da indústria. José Sérgio Leite Lopes salienta que muitas vezes o assistencialismo, juntamente com a construção de moradias para os empregados, o uso de pessoas sem experiência na fábrica e também o relativo “isolamento” territorial com a aproximação dos trabalhadores com o seu trabalho, legitimavam o descomprometimento dos empregadores com as leis trabalhistas<sup>367</sup>.

Durante a década de 40, as implicações da guerra no dia-a-dia dos operários determinaram muitas mudanças na própria legislação trabalhista. O salário mínimo, instituído em 1940, passou de Cr\$ 250,00 para Cr\$ 270,00, gerando um círculo vicioso em que se aumentavam os salários, mas também o custo de vida. O salário diário de 8h passou a ser Cr\$ 10,80 e a hora de trabalho Cr\$ 1,35. Entretanto, na década de 40, na Empresa Industrial Garcia, o aumento de salários não era generalizado, como conta o senhor Anton. O aumento era

<sup>367</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d., p. 17.

recomendado pelo mestre a determinado trabalhador ou, então, “se a produção daquela seção estivesse ótima, eles recebiam em conjunto “x” de aumento, mas isso não agradou, (...) tinha seções que não mereciam receber nada”<sup>368</sup>.

Os empregadores aliavam sempre o bom trabalho, tanto aos benefícios trazidos para a família proletária como também para o salário. Para obterem mais algum lucro, as horas extras dos empregados nem sempre recebidas em dinheiro. Dona Isolde lembra que o trabalho dela seria das 7h às 17h, contudo, considerando o volume de trabalho e o não pagamento dessas horas... “nós íamos lá numa sala lá tinha então pão “schmiado” para nós comer e nem sei o que nós bebia naquela época. O pão “schmiado” era banha com açúcar escuro (...) quer mais do que isso?”<sup>369</sup>. Nem sempre as necessidades e valores poderiam ser determinadas apenas pelo dinheiro, infelizmente, os patrões se apropriaram disso para evitar gastos extras.

As questões salariais movimentaram os operários em 1941. A jornada de trabalho de 8h, por dia, não conseguia, segundo os operários, garantir o sustento do mês. Para resolver esse problema, a gerência permitiu que os operários trabalhassem 10h por dia, temporariamente. No entanto, em função desse aumento de horas, a produção aumentou consideravelmente, e, em tempos de guerra, o mercado interno estava saturado<sup>370</sup>. O aumento salarial dos operários chegou a 25% com essas horas suplementares.

A gerência voltou atrás com a proposta, queria que os operários assinassem agora um Contrato de Trabalho regularizando as 10h, porém, diminuindo os rendimentos financeiros dessas horas, sob o argumento de que a situação era insustentável para a fábrica. Esse acordo injusto encontrou resistência entre os operários. Como forma de punição, mas também de estratégia, a gerência da fábrica fez voltar a antiga carga horária, com o antigo salário, no momento em que a exportação de fios estava em amplo crescimento para a Argentina, principalmente retendo para si a maior parte do lucro obtido nesse comércio<sup>371</sup>.

Em 1942, depois de 10 anos, restaurava-se, com um decreto a jornada de 10h, o novo período de trabalho. Segundo Maria Célia Paoli, os industriais têxteis “queriam aproveitar ao máximo as oportunidades de mercado abertas pela guerra”, ao mesmo tempo em que o governo proibia a instauração de dissídios coletivos que poderiam contestar essa medida<sup>372</sup>. Limitando ainda mais o tempo disponível dos trabalhadores, cessou-se o direito de férias e,

---

<sup>368</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

<sup>369</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>370</sup> STEIN, Stanley. Op. cit., p.166.

<sup>371</sup> AHJFS. Correspondência associação para 2ª delegacia, 17/07/1941. In: *Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, documentação de organização da entidade sindical (1941-1942).

<sup>372</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros... Op. cit., p.88.

caso os operários faltassem ou desistissem do emprego, eram considerados “desertores”. Ainda, assim, essa situação poderia ser contornada, como no caso de Dona Isolde que narrou sua saída da fábrica com a ajuda de um médico que diagnosticou nela uma falsa doença nos rins<sup>373</sup>.

Além disso, uma grande seca na região determinou que fosse feito racionamento de luz no ano de 1944. A *Forçaluz* avisava através dos jornais os dias de abastecimento de energia elétrica nas regiões de Blumenau. Muitas vezes, recebia-se energia durante o dia, a partir da 6h30 até 17h30, em apenas dois dias da semana. O fornecimento normal para as indústrias aconteceu todos os dias, a partir da 21h<sup>374</sup>. O trabalho noturno que era proibido para as mulheres, nesse caso, foi suprimido pela necessidade do momento. E, as mulheres que moravam distante da fábrica reivindicavam que as que morassem próximas fizessem o turno: “nós tínhamos que trabalhar de noite, (...) muitas que moravam lá no Jordão não queriam vir de madrugada e nós que morávamos perto ficamos para a noite”<sup>375</sup>.

Os fatores acima citados contribuíram para que os operários da Empresa Industrial Garcia decidissem uma greve em outubro de 1945. Pouco sabe-se a respeito da greve. Ela durou apenas oito dias e foi anunciada pelo jornal *A Nação* em que afirmava que havia uma greve na Empresa Industrial Garcia, na qual os mais ou menos 1.000 empregados pleiteavam 50% de aumento em seus salários<sup>376</sup>. O senhor Anton analisou a greve como um evento que pegou a direção da Empresa Garcia desprevenida, em grande parte porque achavam que estavam atendendo a todas as necessidades dos operários. Ele argumenta que, como a direção da empresa estava “(...) desarmada, daí os operários ganharam a greve, ganharam aquilo que estavam pedindo e tocaram o bote”<sup>377</sup>. É percebido que não estava em jogo apenas o aumento salarial. Esse período, iniciado pelo senhor Ernesto Stodieck Jr., trouxe à tona as insatisfações dos operários que foram despertados para as explorações e para o seu potencial de ação em melhorar essa situação.

Unindo todos esses fatores, o novo diretor-gerente interferiu num outro setor da vida dos operários que era muito importante para eles, o Amazonas Esporte Clube. O senhor Adalberto entende o crescimento da indústria, desde a chegada do senhor Stodieck, como algo positivo economicamente, mas faz uma análise dessa gestão:

---

<sup>373</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>374</sup> A empresa força e luz (racionamento). *Cidade de Blumenau*, 12/07/1944.

<sup>375</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>376</sup> Declararam-se em greve os operários da Empresa Garcia. *A Nação*, 10.10.1945.

<sup>377</sup> ANTON, Eugen, op. cit.

Então o Ernesto Stodieck Jr. veio e começou um novo período da Empresa Industrial Garcia, um período de bastante crescimento (...) mas teve o fato aí que ele acabou com o time do Amazonas, era contra. Então nesse período em que ele esteve, de 1944 até 1951 o Amazonas, um dos times mais antigos de Blumenau (...) acabou. (...) só retornou depois de tanta insistência do senhor José Pera que foi um grande futebolista que nós tivemos aqui no bairro e retornou em 1952. Inclusive nesse aspecto, o senhor Ernesto Stodieck Jr., ele não era muito fã de futebol<sup>378</sup>.

Um grande impacto da década de 40, trazido pela nova administração, foi o “desaparecimento” do tradicional clube esportivo que existia no bairro Garcia, o “Amazonas Esporte Clube”. Além de atividades desportivas diversas, o que se destacava era o *onze alvi-celeste*, o time de futebol constituído por operários da Empresa Industrial Garcia. Apesar de possuir diretoria própria e certa independência financeira, os empregadores tinham grande interferência no cotidiano do clube. Durante a década de 40, o *onze alvi-celeste* passou da glória dos campos de futebol para um contínuo desaparecimento do contexto esportivo do período até que, em 1946, não aparece mais nas páginas dos jornais locais.

Pensando que as “(...) atividades de lazer e cultura também eram importantes para a manutenção e ampliação das redes sociais entre os trabalhadores”<sup>379</sup>, associações como a do Amazonas Esporte Clube tinha um papel importante no bairro, a de ser um lugar de discussão e reflexão sobre o mundo do trabalho. Apesar dos estudos relativos à organização do trabalho, condições de trabalho, política, entre outros, serem ainda muito importantes, alguma coisa havia sido perdida nesse processo, já que muitos aspectos específicos da cultura operária foram deixados de lado como, por exemplo, as celebrações, os rituais, o lazer, etc<sup>380</sup>. Pensando que o movimento operário e as culturas das classes trabalhadoras precisam ser estudados em conjunto<sup>381</sup>, entende-se a importância das práticas culturais dos operários da Empresa Industrial Garcia, especialmente porque, na greve de 1950, ficou claro que as mudanças administrativas implicaram num grande descontentamento por parte dos operários.

---

<sup>378</sup> DAY, Adalberto. Op. cit. O Amazonas Esporte Clube retornou em 1951 com o intuito de “ (...) desenvolver a educação física em todas as modalidades, incentivar a vida esportiva, recreativa e social, promovendo festejos”. Esse novo clube em que só poderiam participar operários da Empresa Industrial Garcia e teriam sua sociedade rompida no momento em que fossem demitidos estava envolto também em diversas normas vinculadas à moral e a boa conduta.

<sup>379</sup> FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio, et.al. Culturas de Classe. Op. cit., p.387.

<sup>380</sup> BATALHA, Cláudio, et.al. Culturas de Classe. Op. cit., p.12.

<sup>381</sup> HOBBSAWN, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p.254.

### 3 – Festas e futebol de fábrica: o Amazonas Esporte Clube e suas festas juninas

O futebol na cidade de Blumenau foi oficializado como prática esportiva no ano de 1919, com a fundação de três clubes. Nesse período, surgiram a “Sociedade Esportiva Blumenauense”, “Brasil Esporte Clube” e “Amazonas Esporte Clube”. No futebol as disputas pareciam ultrapassar o limite da disputa pela bola e transparecia um embate entre diferentes classes sociais. Em Blumenau, comentava-se que os três principais times iniciados em 1919 também tinham suas especificidades. A “Sociedade Esportiva Blumenauense” que tinha sua sede na “Alameda Rio Branco”, no centro da cidade, era conhecida como uma sociedade “burguesa” ou como o “clube dos alemães”. Já o “Brasil Esporte Clube”, também do centro na Alameda Duque de Caxias, era considerado um clube de negros, pobres e brasileiros. O Amazonas era o time de operários.

A busca da vitória geralmente aliava os dois últimos contra o primeiro. Com o tempo, muitos outros clubes foram surgindo, porém, estes três foram sempre os mais expressivos nas décadas de 20 a 40. O antigo esporte inacessível a negros e a trabalhadores em geral, de conotação moderna e elegante, era, em verdade, uma prática que cada vez mais instigava a participação de operários e negros. Entretanto, o futebol reunia e ainda reúne diferentes classes numa linguagem comum<sup>382</sup>, como afirma José Sérgio Leite Lopes e, ajuntando-se em seus clubes, os jogadores, torcedores e demais membros faziam do futebol “(...) um meio de efetivação de suas aspirações específicas”<sup>383</sup>. Emílio Willems comentou a respeito do futebol nas regiões de colonização alemã:

A emotividade e a torcida apaixonada do público, a turbulência dos jogadores, as hostilidades tradicionais entre certos clubes, as tramas usadas para conseguir jogadores estranhos todos esses fatos geralmente desconhecidos na Europa central são corriqueiros em qualquer cidadezinha teuto-brasileira (...) Vê-se que o futebol age, nas zonas de colonização germânica, como fator de assimilação porque associa, em quantidades representativas, elementos de todas as origens e classes. O futebol exerce, em geral, uma atração mais forte sobre a geração nova do que o boliche, o canto orfeônico ou a ginástica em aparelhos. Acresce que essas formas de recreação se prendem a um padrão de vida relativamente alto, e à medida que a população vai sofrendo desnivelamentos econômicos decorrentes de processos de industrialização

---

<sup>382</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Cláudio, et.al. Culturas de Classe. Op. cit, p.156.

<sup>383</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.17.

zação e proletarização, o futebol vai substituindo, por ser menos dispendioso, os traços recreativos tradicionais”<sup>384</sup>.

A prática do futebol foi considerada pelo autor como uma maneira de agrupar diferentes grupos étnicos e diferentes classes sociais, sendo entendido como um esporte útil para a integração do elemento teuto-brasileiro com a cultura nacional. O futebol praticado nas fábricas era incorporado pelos patrões como uma prática que disciplinava e treinava o corpo e a mente ao trabalho, concentração e força. No trabalho de Fátima Antunes, a mesma percebeu que o futebol de fábrica em São Paulo funcionava como uma “vitrine da empresa”. Nesse sentido, a fábrica se beneficiava da imagem positiva do esporte, do fortalecimento físico e do divertimento dos trabalhadores através do futebol<sup>385</sup>.

O time alvi-celeste do Amazonas surgiu por iniciativa da Empresa Industrial Garcia. O nome do primeiro campo de futebol chamava-se “Estádio da Empresa Industrial Garcia”<sup>386</sup>. No início da década de 20, a direção da fábrica criava outros tipos de “benefícios” para os operários, como, por exemplo, a construção de casas para operários. José Sérgio Leite Lopes enfatiza que o futebol era um esporte que se adaptava em fábricas que tivessem vila operária já que se encaixavam bem no tempo dos moradores<sup>387</sup>. Nesse sentido, o esporte atraía os operários para perto da fábrica em suas horas de não trabalho, ou seja, a vigilância por parte dos patrões continuava muito além dos muros da fábrica<sup>388</sup>. O jogo de futebol, praticado no próprio bairro, concentrava nesse espaço as atividades de lazer e sociabilidade, impedindo que fosse necessário procurar outros espaços na cidade, fora do bairro.

A diretoria do clube, fundado em 1919, tratou de idealizar para o time um uniforme e um emblema para serem representados em jogos amistosos. Além disso, uma grande bandeira bordada completava os símbolos de identificação com o clube e com o time de fute-

---

<sup>384</sup> WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Cia. Ed. Nacional: São Paulo; RJ; RE; Bahia; Pará; POA, 1946. Série 5ª, vol. 250, p.570-571.

<sup>385</sup> ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. (dissertação de mestrado) São Paulo: USP, 1992, p.04 e 05. É precisamente essa interação complexa do time com o time adversário (...) que cria o fascínio exercido pelo futebol enquanto um jogo e um drama. É sem dúvida essa complexidade que permite tomar o jogo de futebol como uma metáfora da própria vida. E assim, expressar o conflito básico existente na sociedade brasileira entre os homens e forças impessoais que se colocam no seu caminho. MATTA, Roberto da. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: \_\_\_\_\_.; FLORES, Luiz Felipe B. Neves; GUEDES, Simoni Lahud; VOGEL, Arno. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Pinakothke, p.31.

<sup>386</sup> DAY, Adalberto. O Amazonas Esporte Clube. *Blumenau em Cadernos*, t.XLV, n. 11/12, nov./dez., 2004, p.110. No estádio do Garcia na década de 40, além de um campo de futebol, existia também uma quadra para a prática de vôlei e basquete, um vestiário, bem como um pequeno espaço para receber as autoridades da Liga Blumenauense de Desportos.

<sup>387</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor... Op. cit., p.131.

<sup>388</sup> LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe. Op. cit. p.185.

bol. O pesquisador Adalberto Day guarda consigo as bandeiras do Amazonas, inclusive a mais antiga de 1920. Ele enfatizou que

Ainda hoje, nos dias correntes, há manifestações festivas, encontros de todas as gerações do clube, que levam todos às lágrimas. Era comum quando do falecimento de um ex-atleta, colocar a bandeira em seu caixão fúnebre. Era, digamos uma exigência dos atletas, e hoje não é diferente, os ex-atletas, pedem a mim para não esquecer de colocar a bandeira após a sua morte durante o velório<sup>389</sup>.

Entretanto, esses símbolos eram apenas uma parte do que representava a identidade dessas associações. Geralmente, elas eram reafirmadas “(...) por práticas e celebrações capazes de aglutinar em torno das associações os seus membros e dar ao público externo uma impressão de coesão e unidade”<sup>390</sup>, como afirma Cláudio Batalha. As constantes festas realizadas no campo de futebol do Amazonas, por exemplo, eram importantes na reafirmação dessa identidade.



**Fig. 14:** Amazonas Esporte Clube: primeiro distintivo (1919-1943).

Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

Antes de um jogo de futebol, a bandeira do clube abria um desfile que precedia o jogo, por toda a Rua da Glória até o campo do Amazonas Esporte Clube. Junto com ela havia uma pequena banda e algumas moças com vestidos brancos segurando a bandeira. Em seguida, ficavam os jogadores e os torcedores que acompanhavam o desfile até o campo. O senhor Anton destacou que o campo do Amazonas era o local em que os moradores do bairro se encontravam, sem distinção: “Todo mundo entrava ali, não era limitado apenas aos sócios do

<sup>389</sup> DAY, Adalberto. Op. cit.

<sup>390</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro na primeira república. In: BATALHA, Cláudio, et.al. Culturas de Classe. Op. cit., p.103.



Amazonas, tinha pessoal da Artex, porque não era todo mundo que era invejoso ali. Esse foi um dos grandes momentos felizes do bairro do Garcia, foi o clube”<sup>391</sup>.



**Fig. 15:** Amazonas Esporte Clube: desfile que antecedia os jogos de futebol (sem data).  
Fonte: AHJFS (14.3.1.10.1).

O senhor Anton destacou em sua entrevista, que os operários da Artex que invejavam a posição ocupada pelos operários da Empresa Industrial Garcia, sendo assim, ele utilizou o exemplo do futebol do Amazonas como o ponto de encontro e de união dos moradores do bairro em torno de um objetivo: torcer pelo Amazonas. Nos campeonatos da Liga Blumenauense de Futebol, fundada em 1941, não participava nenhum time ligado à Artex, sendo assim, o comentário do senhor Anton faz sentido quando ele diz que o campo do Amazonas era o lugar de encontro do bairro.

Não eram somente os homens que participavam dos jogos. A senhora Inge comentou timidamente e com certo receio que nos horários de lazer passava no Amazonas para ver o jogo de futebol “(...) pra dar uma voltinha. Era só para olhar”<sup>392</sup>. As mulheres não participavam como jogadoras, mas como torcedoras. Era um esporte considerado “masculinizante”, por isso que a senhora Inge tratou de deixar bem claro que sua intenção era apenas olhar. Para muitas famílias, o jogo de futebol era um atrativo aos domingos à tarde. Geralmente, começavam às 15h: “A comunidade ia às missas aos domingos e depois ia ver o clube de futebol no

<sup>391</sup> ANTON, Eugen. Op. cit.

<sup>392</sup> HÄRBE, Inge. Cabe aqui comentar o impacto causado por uma partida de futebol entre dois times de futebol feminino na cidade no ano de 1951. Ironizando a situação, os periodistas utilizaram as fotos das jogadoras como propaganda para a “peleja”. O espetáculo considerado “pavoroso” já que a delicadeza das mulheres teriam tornado o jogo um tanto “monótono”, foi considerado uma ofensa aos espectadores que teriam se sentido completos “otários” nas palavras de “Zé do Vale”, com a péssima partida. *O Vale do Itajaí*, maio/jun.1951.

Campo do Amazonas”<sup>393</sup>. Alguns iam à primeira seção do Cine Garcia e depois aproveitavam para ver o jogo no campo do Amazonas.

Mas, o futebol era também a empolgação da disputa, o espaço em que poderia-se vibrar, extravasar as tensões. Apesar de existir um time titular, era possível que os demais associados pudessem jogar uma “pelada”. Isso acontecia não só entre os homens, mas entre as mulheres. Em uma partida satírica, as mulheres já foram convidadas a jogar contra os homens nos festejos de 25 anos do clube, entretanto, elas participavam num tom de ironia. O senhor Willi descreveu as emoções de uma partida de futebol no período em que ele, muitas vezes, também participava dos jogos:

Tinha torneio de futebol, esses times do centro vinham jogar ali, o Amazonas ganhava deles (...)Eu conhecia os atletas todos eles. Várias vezes eles iam no ataque e chutavam, goleiro pegava tudo! O Mosimann pegava tudo! Então às vezes chutava a bola, saía fora ou batia no pau da trave, aí eu via aquilo tudo (...) Foi de muita glória.

“Foi de muita glória”, assim o senhor Willi expressou o sentimento de muitos operários em relação ao futebol do Amazonas. Nas lembranças desse adepto ao esporte, o Amazonas não perdia nunca, sua defesa era única e os jogadores eram por ele admirados. Essa empolgação em torno do futebol representava uma possibilidade muito maior de empolgar e reunir os operários. Muitas vezes, clubes como o Amazonas conseguiam fazer isso muito melhor do que associações sindicais, como afirmou Leandro Pereira, em seu livro “Footballmania”<sup>394</sup>.



**Fig. 16:** Amazonas Esporte Clube: Nena Poli, expressivo jogador do Amazonas entre 1920-1940.  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

<sup>393</sup> DAY, Adalberto.

<sup>394</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**. Op. cit., p.274.

A escolha dos jogadores sempre foi muito importante para se preservar a qualidade do futebol do Amazonas. No início, com a fundação do clube, a própria empresa que possibilitou a transferência de bons jogadores de outras cidades para Blumenau, como foi o caso do José Pêra e de Leopoldo Cirilo que vieram de Tijucas. O pai da senhora Isolde cuidava do hotel da Empresa Industrial Garcia e dirigia o caminhão da fábrica; ela recorda da viagem que seu pai fez a Tijucas com o intuito de trazer esses jogadores para trabalharem na Empresa Industrial Garcia e jogarem no Amazonas. Ele:

Sabia do José Pêra, era conhecido. O meu pai buscou ele em Tijucas do bom jogador que ele era. Veio junto o Cirilo, um preto. Então pensa nesse hotel, um preto lá dentro! Foi assim um choque! Meu pai chamou todo mundo e disse “a primeira pessoa que der um sinal que não gostou dele levanta a mão agora!”. Nunca mais foi falado, ele pôde sentar na mesa como ele queria mas estava sempre no escanteio<sup>395</sup>.

O mesmo Leopoldo Cirilo foi, posteriormente, um dos nomes mais lembrados entre os jogadores do Amazonas, ou seja, o que importava era ele enquanto jogador e não a sua cor de pele. Foi esse mesmo jogador um dos grevistas incumbidos de ficarem “agarrados” ao portão na greve de 1950. A participação no time de futebol deslocava a atenção do público para as habilidades particulares de cada jogador, a técnica, os dribles. No futebol, os jogadores eram (e ainda são) considerados personalidades únicas e insubstituíveis<sup>396</sup>. A fábrica parece ter se tornado a maneira ideal para que os jogadores pudessem exercer essa atividade profissionalmente, como no caso de José Pera e Leopoldo Cirilo. Para tornar-se um jogador do Amazonas era necessário que estes trabalhassem na fábrica já que o clube era subvencionado pela mesma. A direção da fábrica:

Não permitia *jogador*, porque todos eram funcionários da empresa, meu pai tinha que achar serviço para eles para trabalhar na Empresa. E quem era de futebol concordava com o meu pai em dar emprego para eles. Sei que o Cirilio foi trabalhar na oficina do Parucker primeiro aí depois não era bem o ofício e botaram ele dentro da fábrica e ele trabalhou anos e anos<sup>397</sup>.

A senhora Isolde aponta uma diferenciação entre “jogador” e “empregado”. Eles não permitiam apenas jogadores no time, mas sim, empregados que fossem conseqüentemente jogadores. José Sérgio Leite Lopes intitula esse tipo de funcionário de “operário-jogador”, “(...) o operário que se destacava menos por seu trabalho útil dentro da fábrica e mais pela sua atu-

---

<sup>395</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>396</sup> MATTA, Roberto da. Esporte na sociedade. Op. cit., p. 27

<sup>397</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit. Grifos meus.

ação como jogador de futebol no time da fábrica”<sup>398</sup>. “Muita gente queria que fosse um time de operários (...) que só jogassem, e ganhassem através do futebol. Mas eles não aceitaram. Então ali no time tinha mecânico, tinha contramestre, tinha tecelão”<sup>399</sup>. O senhor Dario destacou esse estreito vínculo e a diversidade de funções dos jogadores dentro da fábrica, mostrando que não era por eles serem jogadores que suas atividades na fábrica eram minimizadas. Entretanto, os jogadores eram lembrados pelo nome, antes por terem sido parte do Amazonas, do que terem exercido alguma função da fábrica.

Nesse vínculo com as atividades de trabalho, o time dependia também do que o operário vivia no seu dia-a-dia na fábrica e a sua disponibilidade para o treino. Sendo assim, a empresa tinha um controle muito grande sobre o desempenho e a “vida” do clube e do time. Na foto da festa de despedida do senhor Medeiros, antigo diretor-gerente em 1940, eram os jogadores com seus uniformes que ocupavam atenção especial, ou seja, a gestão deste diretor-gerente estava ligada ao futebol. Esta foto representava que a “glória” alcançada pelos jogadores e que tinha elevado o nome da Empresa Industrial Garcia, estava vinculada a João Medeiros Jr., ou seja, o futebol era utilizado pelos diretores da fábrica como um meio de fortalecer a sua imagem. Em setembro de 1940, o novo diretor-gerente, senhor Ernesto Stodieck iniciou os trabalhos na fábrica.



**Fig. 17:** *Empresa Industrial Garcia: festa de despedida de João Medeiros Junior.*  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

<sup>398</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. Op. cit., p.130-131.

<sup>399</sup> CUNHA, Dario João da. **Dario João da Cunha.** [2002]. Entrevistador: Ricardo Machado. Blumenau: FURB/CEMOP.

A leitura dos jornais, a partir de 1940, mostrou esse contínuo declínio de expressividade do Amazonas Esporte Clube não só na visão dos periodistas, mas também dos torcedores que deixavam de participar dos jogos com o mesmo entusiasmo e presença. No ano em que se iniciou a nova administração, o Amazonas Esporte Clube ainda tinha feito uma boa participação nos torneios da cidade e era considerado um “osso duro de roer”. Quando os cronistas esportivos se referiam ao estádio do Amazonas, falavam dele como o “majestoso estádio do Garcia”<sup>400</sup>. Em 1941 e 1942, tinha ficado em 2º lugar no campeonato da Liga Blumenauense de Desportos e ainda era considerado uma das maiores forças do futebol de Blumenau.

Entretanto, no ano de 1943 as notícias relacionadas ao futebol do Amazonas transparecem mudanças. O “aprazível bairro do Garcia” foi palco de algumas derrotas<sup>401</sup>. Apesar de alguns jogos pouco satisfatórios o Amazonas obteve uma outra vitória, a vitória popular. Em um concurso promovido pelo jornal *Cidade de Blumenau* para saber qual o clube mais querido da LBD o time ficou em segundo lugar em uma das últimas apurações no mês de setembro. O Amazonas deixou para trás outros seis times ficando atrás apenas do Blumenauense<sup>402</sup>. Ou seja, nessa disputa entre clubes com vertentes sociais diferentes, o clube operário tinha a simpatia dos torcedores de futebol da cidade.

A formação de uma nova diretoria deixou transparecer aquilo que os jornais já comentavam, o Amazonas necessitava de uma “reabilitação perante o público esportivo local” já que estava realizando ultimamente uma “campanha abaixo da crítica”<sup>403</sup>. A baixa credibilidade refletia-se também na baixa renda financeira dos jogos. Além disso, os jogos do Amazonas passaram a ser criticados em função dos atos violentos por parte dos jogadores:

(...) no Amazonas, só o arqueiro José, Bóia, Teresa, fizeram algo de aproveitável. Os restantes esforçando-se para evitar a hecatombe, sem, porém, deixarem de ser medíocres. Brida e Cina de distinguiram no jogo violento<sup>404</sup>.

Em 1943, com a péssima campanha feita pelo time do Amazonas, os jornais passaram a tecer expectativas quanto ao futuro do mesmo. Havia um interesse em se trazer para o presente os resquícios de um tempo considerado *áureo* na história do esporte da cidade:

---

<sup>400</sup> Pelos Sports: Ferroviário X Amazonas. *Cidade de Blumenau*, 11/08/1940.

<sup>401</sup> Ver: O Amazonas não se descuida. *A Nação*, 10/06/1943.

<sup>402</sup> Resultado da apuração “mais querido”. *Cidade de Blumenau*, 15/09/1943.

<sup>403</sup> Amazonas X América jogarão no Garcia. *A Nação*, 28/10/1943. Ver também: Amazonas E. C. Nova diretoria. *Cidade de Blumenau*, 20/10/1943.

<sup>404</sup> Abatido espetacularmente o Amazonas. *A Nação*, 09/11/1943.

Também o Amazonas, clube que com sua nova diretoria vem cumprindo uma trajetória digna de encômios, pelo que fomos informados, trará de reformar sua equipe titular, candidatando-se assim à vitória. Medida digna de elogios esse que fará com que o Amazonas volte a se impor, vindo novamente ocupar o posto de alto relevo que sempre lhe tem pertencido desde os áureos tempos de Rosumeck, Pêra, Chiquito, Ada, Bóia, Kielwagen, Amadeo, Cemim, Nena, Leopoldo e Edgar, os onze elementos que formaram o mais famoso team que o glorioso alvi-celeste já possuiu<sup>405</sup>.

Ao que parece, a própria diretoria tentava reerguer os ânimos do clube através de notas como esta no jornal. Entretanto, baseavam seus argumentos através da história do time e nos nomes que contribuíram para as conquistas passadas. Apesar da nova direção da fábrica não considerar o futebol com a mesma importância que antes, os jogadores continuavam ligados ao trabalho na indústria e parece ter sido com esse “poder” que a nova administração iniciou seu projeto de diminuir e, por fim, finalizar com as atividades do Amazonas.

Dos 17 jogos do Amazonas no ano de 1944, publicados nos jornais, em apenas cinco o time foi vitorioso. Os “(...) valentes defensores da camisa alvi-celeste”, faziam jus ao título que receberam, já que nos jogos que se seguiram, as brigas em campo eram constantes<sup>406</sup>. A situação desfavorável foi intensificada com a notícia de que os clubes da cidade precisavam trocar de nome. Nenhum clube poderia ter nome de estado ou país. O Amazonas passou a ser chamado de “Aimoré Esporte Clube”<sup>407</sup>. Dizem que a fase do Aimoré foi a pior vida pelo clube: “(...) o fiasco foi grande, de um passado não bom de recordar”<sup>408</sup>. Além de perderem sua expressividade com os jogos, perdiam também o nome que os tinha elevado ao sucesso. Parece que havia questionamentos de todos os lados:

Não se sabe por que, o Aimoré, um dos clubes que até 1942 possuía uma forte equipe chegando a conquistar o campeonato da Liga Blumenauense de Desportos, apresentou em 1943 e 1944 quadros bastante medíocres, quadros esses que empanam em parte os sucessos anteriores do clube do bairro do Garcia. Decididamente já é tempo do Aimoré reorganizar-se e voltar ao lugar que sempre ostentou no soccer do Vale do Itajaí<sup>409</sup>.

A imprensa exerce uma forte cobrança sobre o time, principalmente em relação ao uma regularidade de resultados. Ainda assim, a pergunta implícita “afinal, o que está acontecendo?” é a que mais indica que o desempenho dos jogadores decaiu sem um motivo específico.

---

<sup>405</sup> O Amazonas disposto a formar uma grande equipe. *A Nação*, 04/12/1943. Ver também: Amazonas E.C. está remodelando praça esportiva. *Cidade de Blumenau*, 19/11/1943.

<sup>406</sup> O Brasil e o Amazonas farão uma partida de grandes proporções. *Cidade de Blumenau*, 26/02/1944. Ver também: O Brasil E.C. derrotou o Amazonas. *Cidade de Blumenau*, 14/03/1944.

<sup>407</sup> Liga Blumenauense de Desportos. *Cidade de Blumenau*, 04/04/1944. Brasil (Palmeiras Esporte Clube); Blumenauense (Grêmio Esportivo Olímpico); América (Guarani Futebol Clube); Indaial (Esporte Clube Internacional).

<sup>408</sup> DAY, Adalberto. O Amazonas Esporte Clube. Op. cit., p.112.

<sup>409</sup> OLIVEIRA, José Lopes. Palmeiras e Aimoré. *Cidade de Blumenau*, 11/05/1944.

co, ao menos para o olhar do jornalista. Mas algo estava acontecendo principalmente porque a equipe do Aimoré caiu para o penúltimo lugar naquele ano, ficando em 7º lugar no campeonato<sup>410</sup>. Um dos jogos foi comentado desta maneira:

A porfia não conseguiu de forma alguma agradar ao público que afluiu ao estádio do Olímpico. Faltou entusiasmo entre os preliantes, faltou técnica e, sobretudo, disciplina. (...) O que não faltou, no entanto, foi o jogo violento (...) Será que os jogadores de nossa zona já estão pensando que campo de futebol é ringue para se travar luta de Box? (...) E temos ainda que frizar aos nossos leitores que não assistiram essa peleja, que foi essa a pior partida que assistimos no presente certame e, não vale os Cr\$ 3,00 que cada espectador pagou<sup>411</sup>.

Refletindo essa situação e pensando no futebol como uma maneira de dramatizar, ou seja, um esporte pelo qual a sociedade se deixa “ler”, e que chama a atenção para “(...) relações, valores ou ideologias que, (...) não poderiam estar devidamente isoladas das rotinas que formam o conjunto da vida diária”<sup>412</sup>, essas partidas de futebol nos “falam” muitas coisas. A diversão, o jogo, a competição que seria considerada sadia dava espaço para a demonstração de agressividade, violência e ira. O “aprazível” estádio do Garcia, o “majestoso” estádio do Garcia, antigas denominações indicadas pelos periodistas deram lugar a um novo palavreado: os “suburbanos”, o “subúrbio” do Garcia.

Somente as comemorações dos 25 anos do Aimoré, em 19/09/1944, fizeram com que os periodistas falassem melhor do clube do Garcia. Ainda havia uma história a ser celebrada. Nesses momentos de confraternização, as frases “simpático Aimoré Esporte Clube”, “aprazível estádio do Garcia”, voltaram a ser citadas. O ano de 1945 finalizou a trajetória do Aimoré em torno das derrotas. Logo no início do ano, perdeu de 17X0 para o Olímpico. Inúmeras foram as críticas ao “arqueiro” (goleiro) que dizem ter enjoado da disputa.

O trabalho aos domingos fez o Aimoré desistir ainda de três jogos, os jogadores teriam “entregado o ponto”, como afirmaram os jornais. Em outubro de 1945, os operários da Empresa Industrial Garcia entraram em greve e, ao que parece, apesar da direção da fábrica ter elevado os salários como havia sido reivindicado, a mesma utilizou essa greve como uma espécie de argumento para o fortalecimento de novas idéias. Depois disso, os comentários do possível término do Aimoré começaram a aparecer nos jornais. Para o jornal *A Nação*, era “apenas onda” já que “o Aimoré fiel às tradições não se afastará das atividades esportivas”.

---

<sup>410</sup> A primeira vitória do São Lourenço. *Cidade de Blumenau*, 11/07/1944.

<sup>411</sup> Injusto o score da péssima peleja Tupi X Aimoré. *Cidade de Blumenau*, 08/08/1944.

<sup>412</sup> MATTA, Roberto da. Esporte na sociedade. Op. cit., p.21.

Entretanto, em 1946, o Aimoré deixou de participar do campeonato e uma comissão formada com os membros mais antigos tentou, através de um festival, angariar fundos para o clube.

A formação de uma comissão e a promoção de uma festividade, para tentar manter o clube, indicaram que a direção da fábrica tinha realmente deixado de apoiar o clube. Nesse instante, a dedicação de todos os sócios e demais interessados na continuação das atividades do Aimoré foram imprescindíveis para a realização da festa. O jornal *A Nação* apelou a todos os desportistas blumenauenses que comparecessem em massa ao estádio a fim de que o festival obtivesse lucro. As atividades propostas para os festejos duraram o dia inteiro, contudo, não foi como os outros encontros promovidos pelo Aimoré. A programação foi a seguinte:

Às 8h30 – jogo de futebol entre Perna de Pau X Arranca Toco. Prêmio: 1 dúzia de cerveja. Capitães: Pêra e Bóia. Às 9h45 – Corrida de 109 metros para rapazes. Prêmios: Medalhas para os 1º, 2º e 3º lugares. Às 10h – Corrida de ovo para senhoritas e sras. Prêmio: Um vidro de perfume. Às 10h15 – Corrida de agulha para srtas. e sras. Prêmio: agulha para todas e um lindo brinde para a 1ª colocada. 10h45 – Corrida de saco para rapazes. Prêmio: um jogo de cinta e suspensório. 11h – Cabo de esquadra. Para homens (sete de cada lado). Prêmios: sete churrascos e 3 cervejas para os vencedores. 11h30 – Churrascada, bebidas, etc. 12h – início da roda da fortuna. 14h – Danças ao ar livre, até às 21h.<sup>413</sup>

Nessa festa não houve uma partida de futebol “séria”, apenas um encontro divertido e satírico entre dois personagens que poderiam, até, representar a imagem que se fazia dos jogadores do Aimoré, num protesto silencioso sobre a situação vivida pelo time. As premiações para os diversos jogos incentivavam a participação de todos nos jogos. Não era apenas um time de futebol que se preservava como os periódicos anunciavam, mas sim, a permanência de um espaço em que os operários poderiam brincar, dançar, rir e preservar as relações de amizade surgidas nesse meio. Para os moradores do Garcia, era a perda daquilo que eles conheciam e se reconheciam enquanto grupo fora dos limites da fábrica. Os operários queriam manter o Amazonas, independente do apoio ou não da fábrica. Em momentos como esse que se percebe o quanto a fábrica tem poder de decisão, de poder manipular os destinos desses clubes. Nas palavras de José Sérgio Leite Lopes, eles acabavam mostrando o “(...) outro lado da proteção que ofereciam a eles”<sup>414</sup>.

### ***Lazer e sociabilidade entre os operários.***

Em 1º de maio de 1946 foi inaugurado o Centro Recreativo e Beneficente dos Empregados da Empresa Industrial Garcia. Apenas três meses tinham se passado desde a última

<sup>413</sup> O festival de hoje em benefício do Aimoré. *A Nação*, 24/02/1946.

<sup>414</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Op. cit., p.261.



tentativa de reergimento do Aimoré até o surgimento deste novo empreendimento idealizado pelos dirigentes da fábrica. O jornal *Cidade de Blumenau* já tinha anunciado que no lugar do antigo clube operário surgiria “(...) um grêmio esportivo operário, congregando todos os trabalhadores da Empresa Industrial Garcia aproveitando o patrimônio e as ótimas instalações existentes no bonito campo do Aimoré”<sup>415</sup>.

Revestiram-se do maior brilhantismo e imponência as festividades comemorativa ao Dia do Trabalho em Blumenau, em que os operários blumenauenses comungaram nos mesmos sentimentos de confraternidade e civismo, dando expansão ao seu regozijo e espírito cordial o que evidenciou a magnitude e a pujança da sua solidez. (...) Conforme foi anunciado, teve lugar no dia 1º do corrente, às 10h da manhã, no campo do Aimoré Esporte Clube, no subúrbio do Garcia, o grandioso festival que constou de churrascada, feijoada, tomboia, danças ao ar livre e jogos recreativos, que transcorreram num ambiente cordial e animado. (...) Como parte integrante do programa festivo do Dia do Trabalho, teve lugar a inauguração do Centro Recreativo e Beneficente dos operários da Empresa Industrial Garcia, cuja iniciativa consubstancia uma das obras grandiosas e beneméritas, de objetivo social dos trabalhadores blumenauenses<sup>416</sup>.

Por mais que os operários tentassem preservar o Aimoré, o espaço cedido ao clube era um espaço da fábrica. O novo centro recreativo surgiu em meio a uma data bastante sugestiva, o dia do trabalhador. Encontramos, entretanto, nessa primeira festa de 1º de maio, elementos muito particulares como, por exemplo, as danças ao ar livre e os jogos recreativos. Essas atividades estavam muito relacionadas com as festas juninas que eram festejadas todos os anos pelos operários da Empresa Industrial Garcia no estádio do Amazonas. O senhor Willi identificou o que acontecia nas festas de 1º de maio que ele participava:

“Quando nós entramos na fábrica, assim, já tinha festa de 1º de maio. Eu me lembro que essa festa de 1º de maio já começou em 47, 48 assim, todo ano festa de 1º de maio. Tinha roda de fortuna, prêmio, música, corrida. (...) Toda sala fazia uma representação. A minha sala 16 tinha aquele Boss e o Pereira, já é falecido. (...) Eles cantavam trova, faziam procissão, iam até na Igreja Santo Antônio. E aquele tinha um carro com pneu de automóvel, assim carregado material, não tinha aqueles carrinhos de hoje em dia e eu tocava gaita de botão, eu entrei dentro daquele carrinho, tocando aquela gaita de botão com roupa de caipira e essa era a nossa sala que estava representando aquilo ali e eu tocava por aí fora e eles empurrando ali (risos)”.

O que o senhor Willi narrou, quando falou das festas dos trabalhadores, não era muito diferente das festas de São João promovidas pelo Amazonas Esporte Clube. Antes de 1946, num período em que o 1º de maio era a festa considerada o ápice do encontro entre ope-

---

<sup>415</sup> Praticamente extinto o Aimoré (edição esportiva). *Cidade de Blumenau*, 11/02/1946. O Aimoré, ou o Amazonas Esporte Clube não participou mais das notícias dos jornais com o futebol, algumas notas falavam de jogos de basquete apenas.

<sup>416</sup> As comemorações do Dia do Trabalho. *A Nação*, 04/05/1946.

rários, ela não fazia parte da programação da Empresa Industrial Garcia. Em primeiro lugar, a tradição dessa festa no bairro surgiu antes mesmo da imposição de Getúlio Vargas nas festas de 1º de maio, em que se recomendava que os operários se concentrassem junto de suas famílias, “(...) como demonstração de regozijo da família operária pelo êxito progressivo da política social do Estado Novo e como testemunho gratidão dos lares operários para com o chefe do Governo Nacional”<sup>417</sup>.



**Fig. 18:** Festa junina na Escola São José.  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

“Festas joaninas”, “festas juninas” ou “festivais caipiras”. Estes eram alguns dos termos utilizados pelos periódicos locais, para convidarem os leitores a participarem dessa festa que comemorava o nascimento de São João Batista, o homem que batizou Jesus, em 24 de junho<sup>418</sup>. Na Empresa Industrial Garcia, essa festa “(...) era feita para pagar alguma coisa para os jogadores, eram amadores mas também gostavam de um dinheiro. Então, o que sobrava da festa era dividido entre os jogadores”<sup>419</sup>. O mestre de fição, Alfredo Iten que sempre teve uma ligação com o Amazonas, destacou que as festas estavam relacionadas com o futebol. Apesar de ser uma festa que remontava tradições dos operários e antigos moradores de regiões litorâneas, foi utilizada como uma maneira de dar aos operários-jogadores um dinheiro à mais. Isso demonstra que eles jogavam mesmo por dedicação ao esporte porque as horas passadas em treino e em jogos não eram pagas pela fábrica.

<sup>417</sup> Festa do trabalho. *Cidade de Blumenau*, 24/04/1940.

<sup>418</sup> Conforme a explicação de D. Domingues “(...) a festa de São João surgiu porque (...) quando São João ia nascer (...) aí então queriam saber quando São João nasceu para visitar, mas demorava muito. Minha avó contava tudo para nós assim, ela era da Itália, sabia essas histórias tudo! Aí então quando São João nascesse era para acender uma fogueira, então levantava uma fumaça, aí não existia quase ninguém né, aí levantasse aquela fogueira aquela fumaça então ele tinha nascido. Então isso ficou a festa de São João que tem a fogueira de São João. Por causa dessa história do nascimento de São João. ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>419</sup> ITEN, Alfredo. Op.cit.

Era a Empresa Industrial Garcia que mantinha a tradição da festa por intermédio do Amazonas visto que, com o seu “desaparecimento”, as festas juninas também deixam de ser anunciadas nos jornais, dando espaço para as festas de 1º de maio. O senhor Adalberto afirmou que as festas juninas eram “(...) magnificamente dirigidas pelos funcionários com apoio da Empresa”<sup>420</sup>. A organização da festa ficava por conta de associados, operários e demais interessados em contribuir. O jornal *A Nação* anunciou que: “A exemplo dos anos anteriores, o Amazonas Esporte Clube, em combinação com os operários da Empresa Industrial Garcia levará a efeito no próximo dia 26 do corrente, em seu estádio, sua grandiosa e já tradicional festa joanina”<sup>421</sup>.

Conforme explica a senhora Inge, “isso foi o Pera que trouxe e (...) sempre foi melhorando, sempre mais, sempre mais”<sup>422</sup>. O principal articulador da festa era o jogador de futebol e também técnico José Pêra. Foi ele, como antigo morador de Tijucas, que providenciou a realização desse tipo de festa numa cidade em que os elementos teuto-brasileiros estavam presentes. A senhora Domingues enfatizou que “(...) de lá (Tijucas) que veio a tradição para cá. Porque aqui não existia essas coisas”<sup>423</sup>. Como o objetivo era angariar fundos, os idealizadores da festa utilizaram uma comemoração em que grande parte dos operários da fábrica se identificariam. Apesar de ser um pouco incomum para os moradores de Blumenau, famílias como a de Isolde, bastante ligadas a uma tradição germânica, também foram gostando. A mãe da mesma sempre ajudava a preparar as culinárias típicas:

(...) eu sei que tinha que fazer aquelas coisas de farinha, cuzcuz, uma coisa assim. Então minha mãe fazia isso lá no hotel num fogão grande e tudo e isso era levado tudo nesses balaios de roupa. (...) Tinha pão, era *schmiado* com banha” (...) eu ajudava a costurar (...) por exemplo eu não tinha um sentido de vamos dizer ir no meio, pular e cantar esse eram tudo versinhos que rimam, essa parte não me interessou muito eu não era desse tipo assim. Mas então em troca eu costurava, essa Lili (amiga) trazia pilhas para fazer assim um babado de uma cor, de outra, tudo franzido! (...) Passar um barbante num chapéu de palha e tudo isso<sup>424</sup>.

A senhora Isolde ainda complementa: “Nessas festas todo mundo ajudava (...) todo mundo trabalhava para isso dar certo”<sup>425</sup>. Os festejos, geralmente, eram iniciados com um desfile pela Rua da Glória. Por sinal, os desfiles não eram apenas uma prática dos jogos de futebol. Esse desfile trazia consigo a idéia de *convidar* os moradores a participar dos festejos.

---

<sup>420</sup> DAY, Adalberto. Op. cit.

<sup>421</sup> Amazonas promoverá grande festival joanino. Op. cit.

<sup>422</sup> HÄRBE, Ingeborg. Op. cit.

<sup>423</sup> ZIMMERMANN, Domingues. Op. cit.

<sup>424</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

<sup>425</sup> Idem.

No desfile de caipiras, geralmente, se representava um casamento que, junto dos violeiros e gaiteiros, seguiam ao chamado “arraial da alegria”. No roteiro teatral descrito por José Pêra, todos os anos eram reservados para uma nova história. Em 1944, por exemplo, foi o filho do *nhô Fulgêncio* que protagonizou uma engraçada história caipira <sup>426</sup>.



**Fig. 19:** Festa junina: desfile caipira na década de 50.  
Fonte: Acervo particular de Adalberto Day.

As atrações do dia da festa dividiam-se entre os desafios de viola, caipiradas, cantorias, etc <sup>427</sup>. Tudo isso envolvia também muita comida, algumas delas, específicas para o momento da comemoração como beijos, corujas, cana assada, pinhão, etc. A parte musical das festas do Amazonas era prioridade do conjunto de gaitas e violas do Jazz Garcia. As moças do bairro Garcia, nem todas, mas aquelas que se sentiam mais à vontade com os vestidos de babados, aprendiam as músicas a serem cantadas nas quadrilhas ao mesmo tempo em que dançavam. O senhor Dario enfatizou que nessas festas “(...) eram (...) tudo muito educado, uma educação fantástica. Se tivesse moças de maior, e tivesse filhas de maior podia dançar também. Mas, já na boca da noite tinham que ir embora. Então, era uma coisa fantástica”<sup>428</sup>. Usando vestes e interpretando determinados personagens fictícios, os operários poderiam teatralizar e satirizar sua própria vida, que muitas vezes, foi vivida na “roça”.

A senhora Isolde revelou que em relação às festas juninas a nova administração da fábrica “(...) tolerou um pouco, mas conseguiu que não ajudasse mais com dinheiro, não ajudar mais com isso, não dar mais o campo...”<sup>429</sup>. No dia 1º de maio de 1946, foi instaurado pela

<sup>426</sup> Festa joanina no estádio do Aimoré. *Cidade de Blumenau*, 23/06/44.

<sup>427</sup> Grande festa joanina no Garcia. *Cidade de Blumenau*, 26/06/1943.

<sup>428</sup> CUNHA, Dario João da. Op. cit.

<sup>429</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.

direção da fábrica um novo período de “assistência aos operários”. As atividades ligadas ao futebol e ao Amazonas Esporte Clube, que tinham sido o ponto de encontro entre os moradores do bairro e, principalmente entre os operários da Empresa Industrial Garcia, não eram mais consideradas como referência pelos diretores da fábrica.

Entretanto, as festas de 1º de maio não perderam as características das antigas festas de São João, como, por exemplo, as danças, jogos, teatros, caipiradas, e outras. Esse é um indicativo que a organização da festa ainda estava ao cargo das mesmas pessoas que cuidavam da festa de São João, entretanto, a festa não era mais promovida pelo Amazonas Esporte Clube e, sim, pelo Centro Recreativo. Para completar as atividades do novo empreendimento, foi inaugurado no dia 07 de setembro de 1946 um grande salão para ser a sede do Centro Recreativo:

Procedeu-se a solene cerimônia da inauguração do Salão de Festas do Centro Recreativo e Beneficente, cujo ato inaugural foi presenciado por grande massa popular que afluiu aos festejos comemorativos. O (...) C.R.B.E.E.I.G. fundado em 1º de maio do corrente ano, sob os auspícios da Empresa Industrial Garcia, é um empreendimento de elevado alcance benemérito que bem traduz os propósitos patrióticos e humanos dos dirigentes daquela organização que objetiva proporcionar o bem-estar de seus empregados e operários, dando-lhes o apoio moral e material em seu benefício<sup>430</sup>.

O Centro Recreativo sugeria ainda uma forte ligação com o Estado e com a brasilidade. Durante o período nacionalizador de Getúlio Vargas, muitos operários descendentes de alemães ou teuto-brasileiros, e que tinham como costume falar o alemão, sofreram perseguições, não só entre os agentes como no próprio bairro com outros moradores. A senhora Isolde lembra que sua mãe era um forte alvo de vizinhos que pretendiam denunciá-la, já que ela mal sabia falar o português e recorda ainda que preferia ficar dentro da fábrica a maior parte do tempo porque tinha medo do que poderia acontecer do lado de fora<sup>431</sup>. Colocar a fábrica e os operários próximos aos atos patrióticos impedia, de certa forma, a manifestação da diversidade étnica e cultural do bairro. As atividades sugeridas pelo Amazonas Esporte Clube eram um exemplo dessa diversidade já que reunia teuto-brasileiros, luso-brasileiros, brasileiros, negros, brancos, católicos e luteranos.

---

<sup>430</sup> Um memorável espetáculo cívico e patriótico. *A Nação*, 11/09/1946.

<sup>431</sup> HOLBRICH, Isolde. Op. cit.



**Fig. 20:** Festa de inauguração do salão do C.R.B.E.E.I.G. em 1946.  
Fonte: *O Vale do Itajaí*, n. 19, set./1946, ano II.

A nova proposta da administração da fábrica era a organização de uma empresa em que seus operários trabalhassem pela pátria e seu desenvolvimento, tanto que no dia na inauguração colocaram uma operária para fazer uma declaração pública de patriotismo enfatizando o seu papel e o de seus companheiros na economia do Brasil. Com as propostas assistencialistas, procuravam limitar o contato com ambientes que poderiam ser considerados prejudiciais aos operários. Nesse sentido, no salão do Centro Recreativo, as antigas danças ao ar livre seriam agora limitadas a um espaço fechado em que as regras de uma boa conduta poderiam ser melhor estabelecidas e vigiadas. O novo centro disponibilizava “(...) magnífica praça de esportes, amplo e moderno salão para *representação e festas*, enfim, o que existe de modelar em estabelecimentos no gênero”<sup>432</sup>. Os empregadores queriam se apropriar das atividades realizadas pelos operários no bairro e colocá-las num ambiente de maior vigilância e pautada nas necessidades nacionais.

O dia da inauguração do Centro esteve envolto em muitas homenagens, e as maiores homenageadas daquele dia foram as mulheres. Foram eleitas entre elas uma rainha, condessa, duquesa, princesa, marquesa, viscondessa e baronesa. A eleição dessas representantes femininas, na fábrica, as faziam exemplos a serem seguidos, monumentos de beleza, de educação, mas, principalmente de disciplina. Nos concursos desse tipo, geralmente, eram eleitas pessoas que mais se destacavam em quesitos do gênero. A postura séria e comportada, os ges-

---

<sup>432</sup> As comemorações do Dia da Pátria na Empresa Industrial Garcia. *O Vale do Itajaí*, n.19, set./1946, ano II. Grifos meus.



tos comedidos, a responsabilidade de *carregar* aquele título por muito tempo. Elas eram monumentos vivos, símbolos de uma nova fase. A cerimônia de coroação em nada se parecia com as festas caipiras em que se destacavam as sátiras e a informalidade:

É anunciada pelo microfone instalado no salão a chegada da Rainha do Centro e das respectivas damas de companhia. Toques de clarim anunciam sua entrada triunfal no salão (...) Sua Majestade entra e se dirige solenemente ao camarote onde se encontra o senhor Ernesto Stodieck Jr. e respectiva família, cumprimenta-os e segue para o trono ricamente adornado, instalado no palco, na outra extremidade do salão. Reina intensa expectativa. (...) A cerimônia da coroação se realiza com tanta naturalidade e perfeição que adquire um cunho de impressionante realidade (...) Sentada no trono, Rainha e Damas, em suas ricas vestes, ofereciam um quadro verdadeiramente belo<sup>433</sup>.

A seqüência de coroação que lemos aqui parece que nos leva a um outro lugar, mas não a uma festa entre os operários da Empresa Industrial Garcia. Muitas diferenças são marcantes entre os bailes ao ar livre das outras festas. Entre quatro paredes poderiam ser vigiados com mais intensidade e ter o comportamento moldado. Muito diferente das festas em tablados a céu aberto em que todos “viviam” a festa ao invés de atuarem nela. Nesse caso, a impressão mais forte é que nada ali era espontâneo, já que a entrada da Rainha, seus gestos, cada passo dado na coroação pareciam terem sido ensaiados por muitas vezes. Era uma encenação de uma prática cultural fora da realidade vivida por eles.



**Fig. 21:** Festa de inauguração do salão do C.R.B.E.E.I.G.: Rainha e Damas de companhia com diretor e funcionários da E.I.G.

Fonte: *O Vale do Itajaí*, n. 19, set./1946, ano II.

Posteriormente, junto ao salão, seria ainda colocado um projetor para que os operários pudessem ver filmes nas próprias dependências do Centro. A criação desse espaço de

<sup>433</sup> A inauguração do salão de festas. *Cidade de Blumenau*, 10/09/1046.

lazer e diversão surgiu com o argumento de que, em função do isolamento do bairro, havia a necessidade de uma vida própria. O Centro Recreativo surgiu com a bandeira de que ali “(...) o empregado sente-se à vontade, (...) onde encontra o máximo conforto. Produto de seu trabalho, sem sofrer influências estranhas”<sup>434</sup>.

Os operários já tinham em seu bairro lugares em que poderiam dançar. Os outros salões particulares eram muito procurados. As tardes dançantes, domingueiras ou mesmo os bailes sugeriam que seus frequentadores utilizassem esses locais como forma de exaltar os ânimos reprimidos durante a semana de trabalho. Tanto os homens quanto as mulheres dançavam valsa, samba, rancheira e outras. O senhor Willi admite que nos bailes ele exagerava e “(...) quase não tinha juízo, ia no baile, tomava cerveja, pagava para os outros meia dúzia de cerveja”<sup>435</sup>.

Os “palácios dos sonhos temporários”<sup>436</sup>, como Hobsbawm denomina os cinemas que surgiram na Inglaterra, eram também espaços muito procurados entre os operários fora da fábrica. Em seu livro “Mundos do trabalho”, Hobsbawm explica que tanto os cinemas quanto os bailes serviram como uma forma de emancipação de muitas moças de famílias operárias<sup>437</sup>. Ou seja, a imagem que quis se passar das rainhas eleitas no dia da inauguração do salão do centro, nada mais era do que renovar a idéia de “moça de família”, que estava sendo perdida com as possibilidades surgidas em relação ao lazer e sociabilidade. Os cinemas eram também os lugares em que se poderiam encontrar rapazes e em que ambos poderiam desprender-se dos gestos rígidos e repetitivos da fábrica. No bairro Garcia existia o “Cine Garcia”<sup>438</sup>.

Apesar desse destaque dado ao Centro e às atividades realizadas nele, em nenhum momento ele foi lembrado pelos operários. Esse silêncio e até desconhecimento do que foi o Centro tem suas particularidades. O senhor Alfredo comentou que esse novo empreendimento “(...) não teve muita simpatia por parte dos operários, não”<sup>439</sup>. Depois das notícias desse ano de 1946, nada mais se falou do Centro.

No início da década de 50, o Amazonas Esporte Clube retornou às atividades e o grande salão construído para o Centro Recreativo, era agora sede do Amazonas. Antes de seu “desaparecimento” não havia uma sede própria. “Nós tínhamos um salão muito lindo!”<sup>440</sup>,

---

<sup>434</sup> Centro Recreativo e Beneficente dos Empregados da Empresa Industrial Garcia. *O Vale do Itajaí*, n. 19, set./1946, ano II.

<sup>435</sup> ZIMMERMANN, Willibaldo. Op. cit.

<sup>436</sup> HOBSBAWN, Eric. Op. cit., p.265.

<sup>437</sup> Idem, ibidem.

<sup>438</sup> Ver: OLEGÁRIO, Reinaldo. Relembrando o cinema em Blumenau. Entrevistador: Roberto Marcelo Caresia. *Blumenau em Cadernos*, t.XLIV, nº. 3, 4, mar./abr./2003, p.82.

<sup>439</sup> ITEN, Alfredo. Op. cit. Grifos meus.

<sup>440</sup> CUNHA, Dario João da. Op. cit.



falou o senhor Dario se referindo ao Amazonas, mas, em verdade, aquele salão era do antigo Centro. Os operários pareciam não considerar ou lembrar do salão como o Centro Recreativo e sim como o Amazonas visto que a proposta da criação do Centro parece não ter sido um sucesso, já que teve um fim precoce.

Lembrando da frase do senhor Antônio, “(...) depois que entrou o senhor Stodieck acabou-se tudo, foi tudo pro monte”<sup>441</sup>, entende-se um pouco dos sentimentos de muitos operários que viram chegar o fim do Amazonas Esporte Clube. No jornal *Cidade de Blumenau*, noticiou-se que, com a inauguração do Centro, a impressão que se tinha era de que “a Empresa não dá ao operário somente o trabalho que dignifica e enobrece e, sim, também, assistência social e recreativa e tudo o mais que pode tornar a vida do homem verdadeiramente feliz”<sup>442</sup>. Mas, a impressão que os operários nos passam é de que suas necessidades e expectativas de vida não podem ser reduzidas a um trabalho dignificante e uma atividade social e recreativa. Eles não deixaram de mostrar sua insatisfação, apesar de parecer que tinham tudo para serem felizes, desde casas até um ambiente “sadio” de divertimento. A década de 40 revela a crescente insatisfação e a contínua mobilização dos operários, expressa nos movimentos de 1941, 1945 e 1950. Um dos resultados dessa última greve foi o retorno das atividades do Amazonas Esporte Clube na década de 50.

---

<sup>441</sup> SILVA, Antônio Cândido da. Op. cit.

<sup>442</sup> Assistência social na E.I.G. *Cidade de Blumenau*, 25/09/46.

## ABRINDO ESPAÇO PARA OUTRAS IMAGENS

As festas do Centenário de Blumenau atuaram como um campo para a produção de uma imagem mais “brasileira” da cidade, logo após o período nacionalizador em que as regiões de colonização alemã foram atingidas diretamente pelas propostas normatizadoras do Estado Novo. Nesse sentido, alguns elementos e personagens da história de Blumenau foram suprimidos das histórias contadas durante os festejos. Foram os industriais e o potencial industrial da região os principais argumentos utilizados pelos organizadores da festa para inserir a cidade num discurso em que se exaltava o impacto causado pela presença da colonização alemã na economia do país.

Era um momento em que novas lideranças políticas, ligadas em grande parte ao meio industrial, procuravam ganhar espaço, promovendo a importância dos “pioneiros”, “vultos do progresso”, ou mesmo empreendedores que estavam, de certa forma, ligadas a cada um deles. Foi através das perspectivas de “adiantamento” e “superioridade” que Blumenau deveria se inserir num panorama nacional. Contudo, muitos personagens continuaram “anônimos” e muitas lembranças “esquecidas” nesse processo, em especial, os trabalhadores da cidade que apareciam nos discursos apenas quando procurava-se destacar a capacidade e o “amor” ao trabalho que se idealizou para a região.

Analisando esses festejos, entende-se que o que ocorreu em 1950 não é um fato do passado. Ele é muito presente nos dias atuais. Os interesses políticos ocupam um espaço considerável nas organizações dos festejos de aniversários e outras celebrações que se inserem no calendário festivo da cidade. A idéia de uma história “pronta e acabada”, em que personagens e fatos escolhidos são utilizados para sustentar esse imaginário em torno de uma cidade brasileira acima de tudo, mas que prioriza o trabalho ordeiro e disciplinado, é um fato cada vez mais presente nos momentos de celebração. Infelizmente, personagens “(in)visíveis” são desconsiderados desses momentos e a diversidade de outras imagens da cidade suprimidas como parte da “história oficial”.

Por mais que se procure sustentar essas imagens idealizadas com propósitos políticos e econômicos distintos, as contradições a estes discursos estão presentes em todos os cantos da cidade. Em especial, os trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau que já demonstraram que não “vestem” o manto do conformismo dado a eles. Entretanto, na história

dos movimentos sociais da cidade, outras greves aconteceram em momentos e em indústrias específicas.

Foi possível averiguar que essa visão em torno dos trabalhadores e da população em geral da cidade era bastante condicionada. A perfeição da cidade fazia parte de um projeto político que não procurava perceber as imperfeições e estas foram suprimidas da memória, tanto que, depois de março de 1950, a greve passou a ser um momento praticamente inexistente na história da cidade, a favela Farroupilha, um fato pouco conhecido hoje em dia, e as obras de modernização da cidade, um fato recorrente do espírito progressista de Blumenau.

Durante a greve, os operários puderam constituir a sua própria coletividade, mostrar um pouco de suas histórias individuais e apontar os problemas nesse “abençoado Vale do Itajaí”. A “satisfação” desses operários viria de uma relação entre fábrica e a vida fora da fábrica que não poderia ser simplificada apenas na interiorização da idéia de trabalho projetada na região.

Na pesquisa documental, bem como através dos depoimentos, a greve da Empresa Industrial Garcia, principalmente, deixou transparecer uma organização operária que refletia a própria vida dentro e fora do trabalho, principalmente, porque foram os próprios operários que delimitaram funções e trataram das conversações e propostas, durante os 27 dias de movimento. Apesar das tentativas dos periodistas de caracterizarem a greve como um movimento subversivo, desorganizado, espontâneo e desesperado, a fortificação do piquete em frente ao portão, nas horas mais críticas, a cumplicidade existente entre os operários do bairro em manterem a organização em frente ao portão nos revezamentos, na disciplina de horários e, principalmente, na permanência das famílias em suas casas, mostraram exatamente o contrário.

Essa mesma solidariedade foi expressa no momento em que ocorreu a decisão de voltar ao trabalho. Após um acordo com os patrões, uma lista percorreu o bairro para que houvesse um comprometimento destes para a volta ao trabalho. Entretanto, a demissão de operários, após o final da greve, foi percebida também pelos colegas como a imposição de uma autoridade. Afirmações, como a senhora Domingues, que explicava que não participaria da greve porque seria colocada na rua, exemplificam esse sentimento de repressão. Ainda assim, posicionamentos como o dessa senhora que se considerava uma “não grevista”, mas apoiava o movimento, permanecendo em casa, demonstram que essa posição autoritária poderia e foi confrontada.

A cumplicidade desses operários tinha início não só no fato destes trabalharem na mesma fábrica, mas suas histórias de vida assemelhavam-se muito. O processo migratório que trouxe muitos trabalhadores para a região na década de 20, 30 e 40 aproximou famílias e pes-

soas que, saídas de uma situação de vida problemática, mudaram de cidade, de vida, de rotina e seguiram os caminhos da proletarização. O impacto causado em seus corpos, em seu cotidiano e em suas famílias eram as maiores dificuldades apontadas pelos operários. Não era só a falta de dinheiro, mas também a falta de tempo, fazia com que estes trabalhadores estranhassem a vida de fábrica em comparação ao trabalho no campo. Uma “prisão”, assim eram expressos os sentimentos envolvidos com o trabalho na fábrica.

As crianças nascidas no bairro estudavam até os 13 anos e, aos 14, trocavam os bancos escolares em que já tinham tido contato com a disciplina de horários e a responsabilidade da frequência, para fortalecer a economia familiar com o trabalho na fábrica. O trabalho na fábrica era uma estratégia de sobrevivência familiar, por isso, quando fosse o momento, os filhos também seguiam os caminhos dos pais. Para fortalecer essas estratégias, os pais tinham que assegurar a permanência do “bom” nome da família, para que os filhos e demais parentes também tivessem a oportunidade de um emprego na Empresa Industrial Garcia; ou seja, essa dedicação e disciplina em relação ao trabalho tinham suas bases relacionadas às estratégias familiares de sobrevivência.

Havia uma estratégia da direção da fábrica em concentrar os operários dentro do bairro, dando a eles moradia e empregando os filhos e parentes dos que já trabalhavam na indústria, evitando assim o desperdício de tempo e as faltas ao trabalho. Durante a década de 40, com a troca de diretores-gerentes, o senhor Ernesto Stodieck Jr. assumiu o cargo e iniciou vários projetos de assistência aos operários. Entretanto, essa mudança não foi recebida pelos operários com entusiasmo. O saudosismo pelo tempo do antigo diretor-gerente, o senhor João Medeiros Jr., indicava uma dificuldade de aproximação entre o novo patrão que se posicionava com mais seriedade e autoritarismo perante os empregados.

A mudança de chefia aconteceu num momento importante para a indústria têxtil nacional, a 2ª Guerra Mundial aumentou a produção de tecidos e a Empresa Industrial Garcia também se inseriu nesse contexto. O impacto desse momento, aliado aos problemas de secas e falta de energia, e, conseqüentemente, o trabalho noturno e o encarecimento do custo de vida, foram decisivos para que os problemas no cotidiano dos operários fossem intensificados. Apesar de a indústria ter se beneficiado com o aumento da produção, os operários, trabalhando 10h por dia, com muitos de seus direitos suspensos em função do estado de guerra, não perceberam os reflexos desse crescimento nos salários.

No caso da Empresa Industrial Garcia, a utilização desse dinheiro poderia ser visto nos novos projetos assistencialistas que pareciam antes justificar os baixos salários, sob o argumento de que a fábrica oferecia todos os recursos necessários aos operários. Entretanto, as

despesas com médicos, Cooperativas, moradia e outros eram, posteriormente, descontadas da Folha de Pagamento, o que implicava num soma final bastante reduzida; ou seja, as atividades relacionadas ao cotidiano dos operários estavam cada vez mais ligadas ao trabalho na fábrica. Isso implicava em maior disciplina e em bom comportamento para a permanência no emprego.

Era no espaço mantido pela fábrica, o Amazonas Esporte Clube, que estes trabalhadores expressavam suas principais práticas de lazer e sociabilidade. Apesar de ser subvencionado pela empresa, o Amazonas tinha vida própria. Quem organizava as festas, comemorações e bailes, por exemplo, eram os próprios operários. Junto ao Amazonas estava o time de futebol, o *alvi-celeste* que era o orgulho dos operários da Empresa Industrial Garcia, principalmente porque suas vitórias eram expressivas nos campeonatos locais. Nesse mesmo campo, as festas juninas reuniam os operários em atividades lúdicas e que tinham o propósito, além de divertir, de angariar fundos para o time de futebol. Nesse sentido, percebe-se que a importância desse esporte era o reflexo de tantas outras atividades em torno do bairro. Mulheres, crianças, homens, todos depositavam seu tempo, habilidade e criatividade na confecção de roupas, preparação das comidas, organização das barracas, do baile, das danças. O campo do Amazonas era um espaço em que os operários se reuniam e tinha um sentido de organização operária mais expressiva, muitas vezes, que o Sindicato.

Partindo da mesma perspectiva assistencialista, a direção da fábrica procurou “reorganizar” essas atividades de lazer e sociabilidade. Com a fraca atuação dos jogadores do Amazonas, a partir de 1943, vê-se que a direção da fábrica não tirava dos jogadores as responsabilidades enquanto operários. A falta de afinidade nos jogos, treino e, principalmente, ânimo, deram abertura a um fato: a direção da fábrica deixou de manter financeiramente o clube. Um indício desse posicionamento foi a organização de um festival em que se procurou arrecadar dinheiro para manter o funcionamento do clube.

O plano da nova administração foi utilizar a infra-estrutura do campo para a sede do novo Centro Recreativo e Beneficente dos Operários da Empresa Industrial Garcia, inaugurado em 1º de maio de 1946, sendo esta, a primeira comemoração ao dia do trabalho entre os operários da Empresa Industrial Garcia. Meses mais tarde, a inauguração de um salão para bailes e festas do centro mostrou que era intenção dessa administração vigiar e disciplinar não somente as atividades dentro da fábrica, mas também as atividades de lazer. Contudo, apesar de não ouvirmos mais notícias do Amazonas ou das festas juninas, os operários recriaram nas festas dos trabalhadores, aspectos das festas juninas.

Entretanto, a criação desse Centro não foi expressiva para os operários. Durante a greve, as reivindicações não eram apenas aquelas publicadas no jornal *A Nação*. Os empregadores tiraram dos operários, aquilo que para eles, era de direito legitimado pela fábrica. O Amazonas Esporte Clube era muito mais de um clube de futebol, era o espaço em que os operários recriavam costumes e práticas identitárias de suas cidades de origem, e o espaço em que o futebol levava os nomes dos operários da Empresa Industrial Garcia para um patamar elevado. Concorrendo com times com uma constituição social diferenciada, as disputas deslocavam para o jogo, as problemáticas sociais que havia na cidade.

A ação direta dos operários, em relação ao movimento grevista de 1950, traz consigo o desrespeito, e as injustiças vividas não somente na fábrica como fora dela. Essa consciência de união e organização de classe era baseada nas experiências compartilhadas pelos operários, que sentiam diariamente o impacto do trabalho em suas vidas. O sentimento de “prisão”, presenciado dentro da fábrica, durante essa nova administração, estendia-se para fora, no bairro, nos limites impostos pela fábrica em relação às práticas de lazer e sociabilidade, na falta de dinheiro e de tempo; o que significa que a satisfação dos operários não se baseava nessa “proteção” concedida pelos empregadores.

Portanto, há muito que se falar a respeito desses trabalhadores na história de Blumenau, ao ver-se que os trabalhadores mencionados durante as festas do centenário não eram os mesmos que se reconheciam nestes discursos, pois não se vêem enquanto obreiros em pród do desenvolvimento regional, mas como trabalhadores que têm direitos e uma vida própria.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e presente.** 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária.** Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.
- ALMEIDA, Jaime de. A festa como objeto da história: o problema das fontes. *In: Separata dos anais do IV Encontro de História.* UNESP. Franca, 1982.
- ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren.** Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- AMARAL, Rita de Cássia. Cidade em festa: o povo-de-santo (e outros povos) comemoram em São Paulo. *In: TORRES, Lilian de Lucca (org.). Na Metrópole: textos de antropologia urbana.* São Paulo: UDUSP; FAPESP, 1996.
- ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo.** (Dissertação de mestrado) São Paulo: USP, 1992.
- BALSINI, Afonso. O que devemos aos estrangeiros. SILVA, José Ferreira da (org.). *Calendário Blumenauense*, ano I, 1934.
- BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro na primeira república. *In: \_\_\_\_\_; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as paginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo:** Nobel, 1985.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A Colônia alemã Blumenau: na província de Santa Catarina no sul do Brasil.** Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 Anos, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico. Razões Práticas: sobre a teoria da ação social.** São Paulo: Papirus, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo (imprensa paulista 1920-1945).** Ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- CAREZIA, Roberto Marcelo. **Ícones da Vida Moderna: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955).** Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2002.
- CAREZIA, Roberto Marcelo; ROCHA, Balbino Simor. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis.* Blumenau: FURB, v.9, n°. 35, abr./jun.2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. *In: PANDOLFI, Dulce (org). Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: os trabalhadores das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- CARONE, Edgar. **A República Liberal II.** Evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-1979.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidade em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. O que comemorar?. *Projeto História*. São Paulo, n.º.20, abr.2000.

CORDEIRO, Graça Índias. Território e identidades sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.º. 28, 2001.

COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: \_\_\_\_\_. [et. al.]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

DAY, Adalberto. O Amazonas Esporte Clube. *Blumenau em Cadernos*, t.XLV, n.º. 11/12, nov./dez., 2004.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e estado corporativista: o caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau (1941-1959)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1985.

DUARTE NETO, Bento Herculano. **Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira**. São Paulo, LTR, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ESSUS, Ana Maria Mauad de S. Andrade; GRINBERG, Lúcia. “O século faz cinquenta anos”: fotografia e cultura política em 1950. *Projeto História* (27) – Brasil 1954-1964. Ed. Marco Zero: São Paulo.

FAUSTINO, Evemara. Rua Araranguá: memória e origem. *Blumenau em Cadernos*, n.º. 11/12, nov./dez.2002, t.XVIII.

FERREIRA, Cristina. Identidade e Cidadania na comunidade Teuto-brasileira do Vale do Itajaí. In: \_\_\_\_\_.; FROTSCHER, Méri (orgs.) **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política*, n.º. 28, jun.1943.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONTES, Paulo, **Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química, a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”. A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: \_\_\_\_\_. [et. al.]. **Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.



FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na 1ª metade do século XX. RAMPINELLI, Waldir José (org.). **História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2003.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GONZALEZ, Ricardo. Lo próprio y lo ajeno. Actividades culturales y fomentismo en una asociación vecinal. Barrio Nazca (1925-1930). In: ARMUS, Diego (org.) **Mundo urbano y cultura popular: estudios de História Social Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.

GUTIÉRREZ, Leandro H.; ROMERO, Luis Albertto. **Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HOGGART, Richard. **As utilizações da Cultura 1: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLLENWEGGER, Rudolf. Como era visto o Vale do Garcia pelo prof. Rudolf Hollenwegger (artigo publicado originalmente em 1916). *Blumenau em Cadernos*, t.XXVI, n.02, fev. 1985.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62, 1973.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva. O IV centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n.º.20, abr.2000.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe: na cidade das chaminés**. Brasília: Marco Zero e Ed. da UnB, 1988.

\_\_\_\_\_. Formas de proletarização, história incorporada e cultura operária. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d.

\_\_\_\_\_. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de.; AVELINO, Yvone Dias. Linguagens textuais e comemorações. *Projeto História*, São Paulo, n.º.20, abr.2000.

MATTA, Roberto da. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: \_\_\_\_\_.; FLORES, Luiz Felipe B. Neves; GUEDES, Simoni Lahud; VOGEL, Arno. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Pinakotheke, 1982.

MAY, Patrícia Humblick. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONIS, Carlos López. **O direito de greve: experiências internacionais e doutrina da OIT**. São Paulo: LTR: IBRART, 1985.

NIEHBUR, Marlus. **Ecossistemas e sombras: memória operária em Brusque-SC na década de 50**. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

- OLIVEIRA, Almir Leal de. História, tradição e patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. *Projeto História*. São Paulo, nº. 20, abr./2000.
- OLEGÁRIO, Reinaldo. Relembrando o cinema em Blumenau. Entrevistador: Roberto Marcelo Caresia. *Blumenau em Cadernos*, t.XLIV, nº. 3, 4, mar./abr./2003.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d..
- \_\_\_\_\_. São Paulo operária e suas imagens. *Espaço & Debates*, nº. 33, 1991.
- \_\_\_\_\_. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, nº. 4, 1992.
- PENA, Maria Valéria. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina no trabalho fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários mulheres, prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez.1993.
- QUEIROZ, Raquel de. Olhos azuis – I. *Blumenau em Cadernos*, tomo XVIII, nº. 05/06, mai./jun, 2002.
- REVEL, Jacques; FARGE, Arlette. As regras do motim: o caso dos raptos de crianças (Paris, maio de 1750). In: REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1989.
- RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SAMUEL, Raphael. Escopofilia. *Projeto História*. São Paulo, nº. 21, nov.2000.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- SCHWAB, Aparecida Beduschi; ALMEIDA, Rufino Porfírio. **O movimento operário: evolução do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Blumenau, 1950-1988**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1991.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, nº. 37, 20.10.1982. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº. 44, dez.2002, p.427.
- SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2004.
- SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. *Jornal de Santa Catarina*, 29-30/10/1972. *Apud: Blumenau em Cadernos*, tomo XLI, nº. 9/10, set./out. 2000.
- SIMÃO, Vilma Margarete. Da hegemonia passiva à hegemonia ativa. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A.; TOMIO, Fabrício de R.L. **Nosso Passado (in) comum: contribui-**

- ções para os debates sobre a história e historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000.
- SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo: Editora Nacional, 1968
- SOARES, Mariza de Carvalho. A “carta de caminha”: um exemplo de práticas e representações. *Projeto História*, São Paulo, n°.20, abr./2000, p.11.
- SOUZA, Maria de Lourdes; AGUIAR, Olga Maria Boschi de. **A greve nas indústrias têxteis de Blumenau.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1991.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950).** Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. Lucha de clases sin clases? *In:* \_\_\_\_\_. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Anagrama, 1979.
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. **Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985-1994).** Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1995.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Linguagens visuais e comemoração. *Projeto história*. São Paulo, n°. 20, abr./2000.
- WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## ACERVOS E FONTES

### ACERVOS PRIVADOS

#### - Adalberto Day

Hino do centenário da Empresa Industrial Garcia.

Histórico da Empresa Industrial Garcia e Artex.

Relato Histórico do Bairro Garcia.

Relato Histórico do Bairro da Glória.

Relato Histórico do Bairro Progresso.

Relação de Casas Populares.

27 fotografias relacionadas ao Amazonas Esporte Clube, festas de 1º de maio e festas juninas e diversas.

### ARQUIVO HISTÓRICO “JOSÉ FERREIRA DA SILVA”

#### - Acervo fotográfico

5.13 – Indústrias.

5.19 – Bairros.

5.2 – Centenário de Blumenau.

5.9 – Ruas.

9 – Lazer.

21.8.1 – Favela Farroupilha.

#### - Periódicos

Revista *O Vale do Itajaí* (1945-1950).

*Cidade de Blumenau* (1940-1950).

*A Nação* (1943-1950).

*O Lume* (1949-1950).

*A Folha* (1950).

*Itajaí* (março 1950).

*Gazeta Blumenauense* (1919).

#### - Coleção de dossiês

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, 22/08/1950. *In: Coleção de dossiê, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54.*

Carta para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no Rio de Janeiro. *In: Coleção de dossiê, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, eventos, correspondências, 28/-9/1949.*

COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Préstimo histórico.** Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. *In: Coleção de dossiê, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9.*

COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. **Programa dos festejos**. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. *In: Coleção de dossiê*, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9.

Correspondência para o tenente coronel comandante do 32º Batalhão de Caçadores. *In: Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, documentos de organização da entidade sindical, 1941/42, 08/05/1942.

Empresa Industrial Garcia S/A. Gozam os seus produtos de fama, prestígio e preferência em todo o país. *In: Coleção de dossiê*, 26.1, Estabelecimentos industriais, Artex.

Empresa Industrial Garcia, resumo histórico de sua fundação. Lembrança dos festejos comemorativos do cinquentenário realizado em 10/06/1934. *In: Coleção de dossiê*, 26.1, Estabelecimentos industriais, Artex.

Estatutos da União Beneficente dos Trabalhadores de Blumenau. *In: Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 08.

Genealogia de Júlia Strzalkowska. *In: Coleção de dossiê*, 6.6.14 (doc.1), Educação – Escola Municipal São José.

Portaria de 14 de março de 1951. *In: Coleção de dossiês*. 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, atas, correspondências, portarias, etc, 1950/54. Relatórios da Liga Blumenauense de Esportes. *In: Coleção de Dossiê*. Esporte (1941-1957).

#### **- Outras fontes**

*Centenário de Blumenau*. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **O Itajaí-Açú e outras águas**. Ensaio histórico descritivo. Blumenau: Tipografia e Livraria Blumenauense, 1945.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau. *In: Separata da "Revista Brasileira de Geografia"* nº.3, ano XXVII, jlh./set./1965. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de geografia e estatística, conselho nacional de geografia, 1966.

NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Biblioteca militar, Vol.cx. Edifício do Ministério da Guerra: Rio de Janeiro, 1947.

RAMOS, Nereu. Alocução proferida por ocasião da entrega de diplomas à primeira turma de professores de educação física, em 06 de maio de 1939. *In: A obra nacionalizadora do Estado Novo*, 1939.

Relatório de visita dos delegados às indústrias. *In: Coleção de dossiê*, 26.5, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Caixa 07, documentação organizada pela entidade sindical 1941-42.

Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau, referente ao ano de 1950, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Junior.

SILVA, José Ferreira da. **A imprensa em Blumenau**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Cia. Ed. Nacional: São Paulo; RJ; RE; Bahia; Pará; POA, 1946. Série 5ª, vol. 250.

\_\_\_\_\_. **Assimilação e populações marginais no Brasil**: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. Biblioteca pedagógica brasileira, vol. 18. Cia. Editora Nacional: SP; RJ;RE, POA, 1940

#### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Ofício da Secretaria de Segurança Pública para o Governador do Estado. Of. nº. 2603/SOAS/CGP, 06/12/1950, p.189.

Correspondências diversas recebidas ao palácio do governo, jan.-dez. 1949/50, 21/07/1950 – Comissão dos festejos do 1º centenário de Blumenau.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BLUMENAU**

LIMA, Medeiros. Uma cidade faz cem anos. *O Cruzeiro*, n.º. 22, ano VII, 22/07/1950.

### **BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

- **Periódicos** (jan-mar/1950)

*Itajaí* (Itajaí)

*Correio do Povo* (Jaraguá do Sul)

*O Rebate* (Brusque)

*A Gazeta* (Florianópolis)

*Jornal de Joinville* (Joinville).

### **BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSC**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Município de Blumenau: aspectos históricos e geográficos; alguns resultados estatísticos; aspectos fotográficos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

### **ARQUIVOS INTERNET**

CORREIA, *João Carlos*. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*. Portugal. Ano XXI, n.º. 818, 6-19 de fevereiro de 2002. p.38-39. Apud: Pierre Bourdieu: sociólogo cidadão. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obex04.html>. Acesso em: 07/03/2005.

GUEDES, Maria do Carmo. **A jurisdição constitucional na constituição de 1946.** Disponível em: [http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev15\\_mariadocarmo.html](http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev15_mariadocarmo.html): Acesso em: 28/10/2004.

### **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FLORIANÓPOLIS).**

Censo Demográfico de Santa Catarina. 1940-1970.

Censo Industrial de Santa Catarina. 1949-1970.

### **CEMOP – LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

LUZ, Ronaldo da. **Ronaldo da Luz.** Vida na cooperativa da Artex. [mai. 1991]. Entrevistador: Bento J. Nascimento. Blumenau: FURB/CEMOP.

CUNHA, Dario João da. **Dario João da Cunha.** [2002]. Entrevistador: Ricardo Machado. Blumenau: FURB/CEMOP.

SILVA, Antônio Cândido da. **Empresa Industrial Garcia:** depoimento de um tecelão. [1991]. Entrevistadora: Rose Mary Soares Voltolini.

### **DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS**

ANTON, Eugen. **Eugen Anton**: depoimento [dez.2003]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2003.

DAY, Adalberto. **Adalberto Day**: depoimento [jan.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

HÄRBE, Ingeborg. **Ingeborg Härbe**: depoimento [mai.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001

HOLBRICH, Isolde. **Isolde Holbrich**: depoimento [mar.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

ITEN, Alfredo. **Alfredo Iten**: depoimento [mai.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

KERTISCHKA, Gerhard Defler. **Gerhard Defler Kertischka**: depoimento [fev.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

KERTISCHKA, Ruth. **Ruth Kertischka**: depoimento [fev.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

MALHEIROS, José. **José Malheiros**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

MISSFELD, Ruth. **Ruth Missfeld**: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

SCHWABE, Norma. **Norma Schwabe**: depoimento [mar.2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

SCHWABE, Paula. **Paula Schwabe**: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Blumenau: FURB, 2001.

ZIMMERMANN, Domingues. **Domingues Zimmermann**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

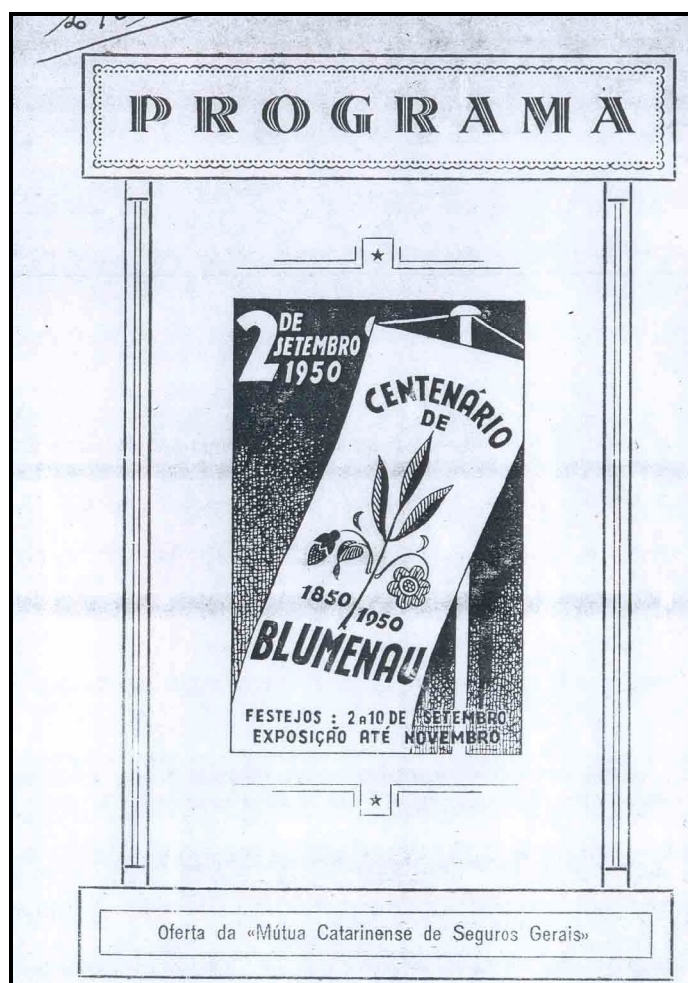
ZIMMERMANN, Willibaldo. **Willibaldo Zimmermann**: depoimento [jul.2004]. Entrevistadora: Ellen Annuseck. Florianópolis: UFSC, 2004.

## **ANEXOS**



## ANEXO I

Capa do livreto contendo a programação dos festejos



**Fonte:** COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. Programa dos festejos. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. In: *Coleção de dossiê*, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9.

## ANEXO II

### Programação dos festejos do Centenário de Blumenau

1850 - 1950	1850 - 1950
<p><i>As 20 horas</i> — CULTO FESTIVO na Igreja Evangélica.</p> <p><i>As 20,30 horas</i> — Première de gala da Ópera "ANITA GARIBALDI", de autoria do historiador José Ferreira da Silva, musicada pelo Maestro Heinz Geiger e executada pela Orquestra Sinfônica da Soc. Dramático-Musical "Carlos Gomes", bailes nos Clubes.</p> <p><b>Dia 3 de Setembro</b></p> <p><i>As 8,30 horas</i> — INAUGURAÇÃO da Exposição Agro-Pecuária pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no antigo Clube Ginástico, organizada pelo Governo do Estado. Discurso do Dr. Leoberto Leal.</p> <p><i>As 10 horas</i> — PRÉSTITO histórico da Colonização do Vale do Itajaí. Visita do Exmo. Sr. Presidente da República e Ministro da Guerra ao Quartel do 2ºº Regimento de Infantaria.</p> <p><i>As 22 horas</i> — BAILE DE GALA nos salões do Teatro Carlos Gomes, promovido pela Prefeitura Municipal.</p> <p>Baile nos demais Clubes.</p> <p><b>Dia 4 de Setembro</b></p> <p><i>As 9 horas</i> — INAUGURAÇÃO dos bustos, em bronze, de D. PEDRO II e CURT HERING, nas praças respectivas à Rua Hermann Hering (Bom Retiro) com discursos dos Srs. Dr. Arão Rebelo, Dr. Paulo Malta Ferraz e Dr. Max Tavares d' Amaral.</p> <p><i>As 14 horas</i> — SESSÕES CINEMATOGRAFICAS gratuitas dedicadas aos escolares.</p> <p><i>As 16 horas</i> — HOMENAGEM ao sábio-naturalista FRITZ MUELLER, junto ao seu monumento, à Rua São Paulo, com discurso do Sr. José Ferreira da Silva. Em seguida, inauguração do busto, em bronze, de PEDRO CHR. FEDDERSEN no Largo Cel. Feddersen, em Itoupava. Seta, com discursos dos Srs. Drs. Júlio H. Zaborny e Arno P. Hoersch.</p> <p><i>As 20 horas</i> — Segunda apresentação da Ópera "ANITA GARIBALDI".</p> <p><b>Dia 5 de Setembro</b></p> <p><i>As 9 horas</i> — "ROVAS CICLÍSTICAS organizadas pela Liga Blumenauense de Desportos.</p> <p><i>As 15 horas</i> — ENCONTRO amistoso de Futebol entre o Guarani F. C. de Blumenau e E. C. Floriano, da cidade de Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul.</p> <p><i>As 20 horas</i> — CONFERÊNCIA do economista Dr. Valentin Bouças, no Teatro Carlos Gomes, patrocinada pelo Governo do Estado.</p> <p><b>Dia 6 de Setembro</b></p> <p><i>As 9,30 horas</i> — APRESENTAÇÃO dos animais expostos (equinos e bovinos) no Campo da Exposição Agro-Pecuária.</p> <p><i>As 20 horas</i> — Terceira apresentação da Ópera "ANITA GARIBALDI", no Teatro Carlos Gomes.</p> <p>CONCERTO religioso na Igreja Evangélica.</p>	<p><b>Dia 7 de Setembro</b></p> <p><i>As 6 horas</i> — ALVORADA pela banda de música do 2ºº R. I.</p> <p><i>As 9 horas</i> — DESEFILE cívico-militar, tomando parte o 2ºº R. I., todos os Es-tabelecimentos de Ensino, Associações de Classe e Sociedades Esportivas e Recreativas de Blumenau.</p> <p>Campeonato de Atletismo. Festejos em conjunto com o 2ºº R. I.</p> <p><i>As 14 horas</i> — Entrega de uma espada de ouro, ao Exmo. Sr. General Otávio da Silva Paranhos, cidadão honorário de Blumenau, no Teatro Carlos Gomes. Orador: Dr. Achilles Balsani.</p> <p><i>As 15 horas</i> — PARTIDA de Futebol entre o Clube visitante e o G. E. Olímpico, de Blumenau, Campeonato estadual.</p> <p><i>As 20,30 horas</i> — FESTA PIROTÉCNICA - Fogos de artifício.</p> <p><b>Dia 8 de Setembro</b></p> <p><i>À tarde e à noite</i> — CAMPEONATOS de Basket e Volley-Ball entre as seleções de Florianópolis, Joinvile, Tubarão, Brusque, Itajaí e Blumenau, promovidos pela Liga Blumenauense de Desportos.</p> <p><i>As 20,30 horas</i> — CONCERTO SINFÔNICO pela Orquestra do Clube Concórdia de Curitiba.</p> <p><b>Dia 9 de Setembro</b></p> <p>CONTINUAÇÃO dos campeonatos de Basket e Volley-Ball.</p> <p>Torneio de Tênis entre o Tabajara T. C., de Blumenau, e o E. C. Pinheiros, de São Paulo.</p> <p><i>As 20 horas</i> — CONFERÊNCIA DO MAGNÍFICO REITOR da Universidade do Brasil, e atual Ministro de Educação e Saúde, Doutor PEDRO CALMON, no Teatro Carlos Gomes, sob o alio patrocínio do Governo do Estado.</p> <p><b>Dia 10 de Setembro</b></p> <p><i>As 10 horas</i> — LANÇAMENTO da pedra fundamental da «CASA DR. BULL-MENAU», no local previsto à Alameda Duque de Caxias. Discursos pelo Prefeito Municipal, sr. Frederico Guilherme Busch Jr., e pelo revmo. Frei Ernesto Emmen-dorfer.</p> <p><i>As 13,30 horas</i> — CONCENTRAÇÃO DE ATLETAS na praça Dr. Vitor Konder, seguida de desfile pela Rua 15 de Novembro até o edifício da Prefeitura Municipal. — ENCERRAMENTO do campeonato do Centenário, promovido pela L. B. D., em disputa da "TAÇA DO CENTENÁRIO", entre os Clubes locais da 1ª. Divisão.</p> <p><i>As 20 horas</i> — CONCERTO sinfônico e Bailados, no Teatro Carlos Gomes, com a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado e outras altas Autoridades.</p>

Fonte: COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. Programa dos festejos. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. In: *Coleção de dossiê*, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9.

### ANEXO III

Capa do livreto do préstito histórico



**Fonte:** COMISSÃO DE FESTEJOS DO CENTENÁRIO. Préstito histórico. Blumenau: Ed. da Comissão de festejos, 1950, s./p. AHJFS. In: *Coleção de dossiê*, 10.1.B.5, Blumenau, Caixa 9.

## ANEXO IV

### Hino do Centenário de Blumenau

#### HINO DO CENTENÁRIO DE BLUMENAU

Letra de **EDUARDO MÁRIO TAVARES.**

1. Há cem anos, por estas paragens,  
— Terras férteis, imensas, sem dono —  
Brava tribo de rudes selvagens  
Viu surgir o primeiro colono.  
O machado clareiras abria,  
Tombam selvas, e, qual desafio,  
A pequena colônia surgiu  
Debruçada nas margens do rio.

**Estribilho:**

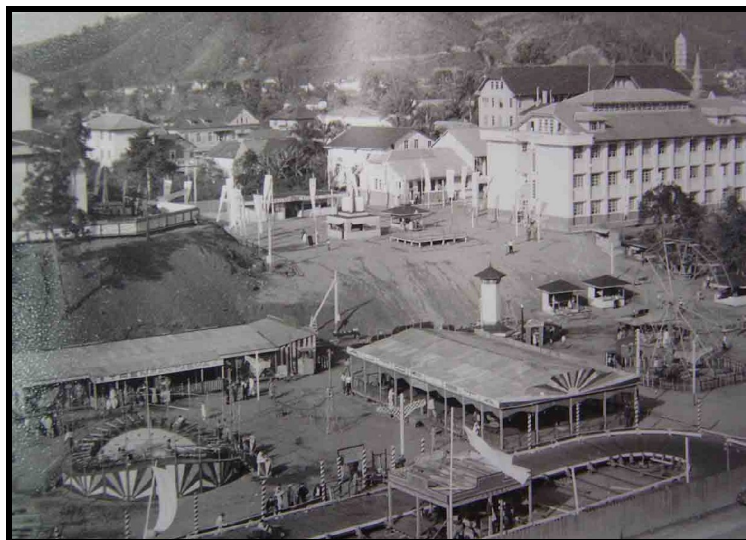
Celebremos o audaz pioneiro,  
Sonhador, de visão temerária,  
Que de um virgem sertão brasileiro  
Fez surgir Blumenau centenária.

2. A colônia evoluiu: campo em fora  
As espigas se inclinam doiradas;  
Brotam flores aos beijos da aurora,  
Cantam aves nas invias quebradas;  
Pelos vales, um sol luminoso  
Medra o fruto, fecunda a semente,  
E, irrigando as campinas, moroso  
Passa o rio ondeando contente.

3. Blumenau! Blumenau! Tuas fontes  
Contam lendas de heróis europeus;  
E ressoam, gemendo, nos montes  
As canções brasileiras do adeus.  
Em teu seio a riqueza se expande,  
O' rincão meu formoso e gentil,  
E o progresso tornou-te tão grande  
Que és o orgulho do nosso Brasil!

## ANEXO V

Parque de diversões dos festejos  
do Centenário de Blumenau.



**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.



## ANEXO VI

Foto do banquete oferecido a autoridades no salão do teatro Carlos Gomes



**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.

## ANEXO VII

Desfile alegórico: carro representando os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai.



**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.

## ANEXO VIII

Desfile alegórico: carro representando o Vapor Progresso.

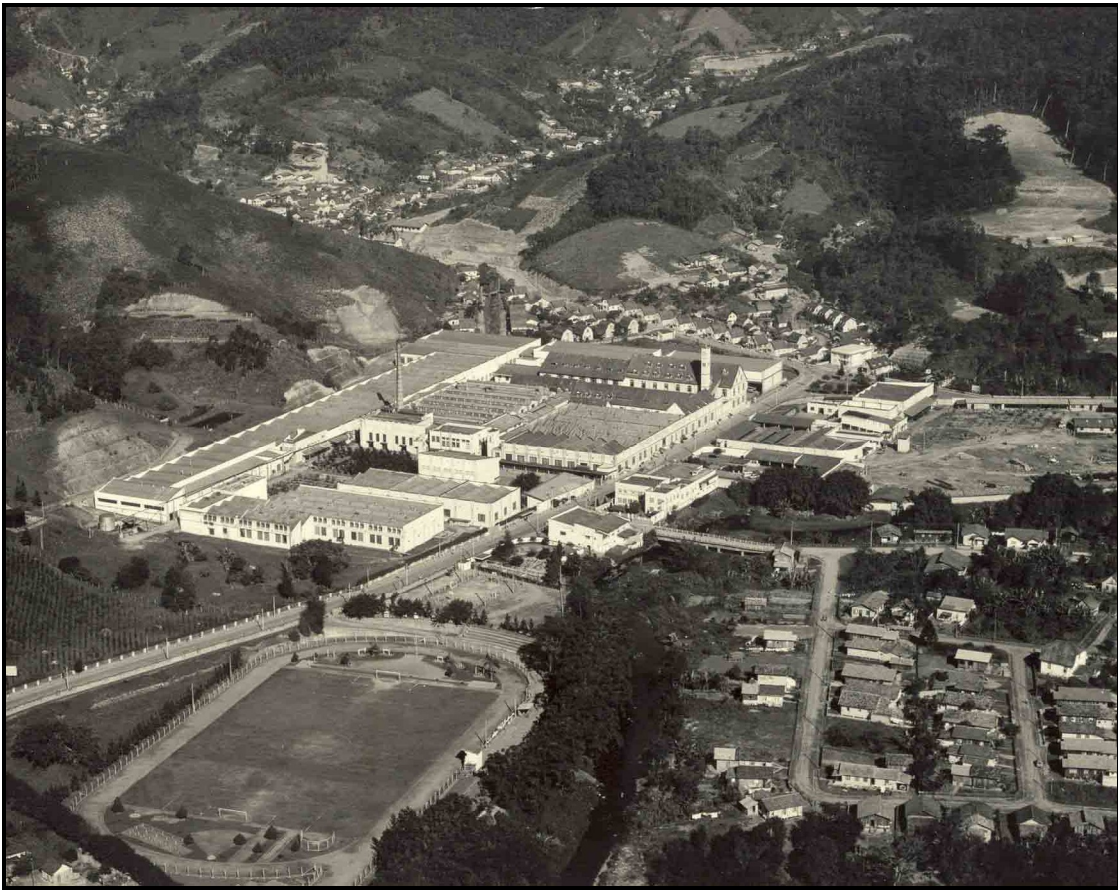


**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”.



## ANEXO IX

Empresa Industrial Garcia em 1963 com o novo campo do Amazonas Esporte Clube.



**Fonte:** Acervo particular de Adalberto Day.

## ANEXO X

Anúncio do Cine Garcia (o único encontrado nos periódicos locais no período pesquisado).

**Cine Garcia**  
**Domingo e Segunda-feira**  
Dia 1º e 2 de abril, às 8.30  
apresentamos o grandioso filme da Columbia  
(2 vezes premiado)  
**Os Comandos atacam de Madrugada**  
Os fabulosos "Comandos"... finalmente surgem na tela, em um drama de amor e de aventura que passará a história! Com o genial PAUL MUNI no seu maior papel; e Anna Lee, Eillian Gish, Sir Cecil De Mille e Robert Montgomery. 10 partes, duração 100 minutos.  
**Domingo, 1º de abril, às 2 horas**  
Continuação do filme em série  
**Os Valentes da Guarda**  
4º e 5º episódio e mais um formidável «Far West»  
A seguir:  
**Grande Domingueira**  
Abrilhantada por um Jazz local

Fonte: Cidade de Blumenau, 01/04/1945.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.